

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE BELAS-ARTES



**O Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia
de Monchique**

Inventário, Estudo e Preservação

Clotilde Maria Ribeiro do Vale Cruz Pratas

Dissertação

Mestrado em Museologia e Museografia

Dissertação orientada pela Profa. Doutora Elsa Cristina Carvalho Gomes Garrett Pinho

2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu Clotilde Maria Ribeiro do Vale Cruz Pratas, declaro que a presente dissertação de mestrado intitulada “O Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia de Monchique. Inventário, Estudo e Preservação”, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia ou outras listagens de fontes documentais, tal como todas as citações diretas ou indiretas têm a devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas académicas.

O Candidato

[assinatura]

Lisboa, 4 de setembro de 2019

RESUMO

As Santas Casas da Misericórdia são possuidoras de um património cultural riquíssimo, ilustrativo de mais de 500 anos de história. Também a Santa Casa da Misericórdia de Monchique (SCMM) é detentora de um património móvel variado, que não tinha ainda sido estudado, quer pela instituição, quer pela União das Misericórdias Portuguesas - Gabinete do Património Cultural.

A presente dissertação tem por objeto a inventariação museológica do acervo da SCMM, permitindo assim conhecê-lo na sua plenitude e, conseqüentemente, criar as bases para a sua gestão, salvaguarda e divulgação.

Estudado em conformidade com os normativos e as boas práticas museológicas, o património cultural inventariado abarca bens de várias categorias de Arte, nomeadamente, pintura, escultura, fotografia, ourivesaria, metais, têxteis, mobiliário, epigrafia, equipamento e utensílios e, ainda, ciências médicas e da saúde, dentro da supercategoria de Ciência e Técnica, bens datáveis entre os sécs. XVIII e XXI, sendo o séc. XVIII predominantemente constituído pelo património integrado da SCMM.

Neste contexto, foram inventariados 299 objetos que, mais do que o valor artístico intrínseco, relevam, na sua componente imaterial, para a instituição e para as populações por ela servidas, enquanto testemunhos do passado e associados ao culto religioso e às “obras de misericórdia” praticadas pela Santa Casa.

Para além de descrevermos o processo de inventariação deste património e de alicerçarmos as bases para a futura elaboração de uma política de conservação preventiva, a partir do reconhecimento dos principais fatores de risco, nesta dissertação damos também a conhecer a Santa Casa da Misericórdia de Monchique, no seu todo, ao mesmo tempo que explanamos, a título de enquadramento, a origem das Santas Casas e a sua importância para as comunidades.

Palavras-Chave: Misericórdia de Monchique; património cultural; inventário museológico; conservação preventiva; salvaguarda.

ABSTRACT

The Santas Casas da Misericórdia possess a rich cultural heritage, illustrative of more than 500 years of history. The Santa Casa da Misericórdia de Monchique (SCMM) is also the owner of a varied movable patrimony that had not yet been studied, neither by the institution nor by the União das Misericórdias Portuguesas - Gabinete do Património Cultural.

The purpose of this dissertation is to make the inventory of the collection of the SCMM, allowing us to know it in its fullness and, consequently, to lay the foundations for its management, safeguard, and diffusion.

Studying in accordance with normative and good museological practices, the inventoried cultural heritage encompasses goods of various categories of art, such as painting, sculpture, photography, goldsmithing, metals, textiles, furniture, epigraphy, equipment and utensils, as well as medical and health, within the supercategory of Science and Technology. These objects can be dated between the XVIII and XXI centuries. Being the XVIII century predominantly constituted by the combined patrimony of the SCMM.

In this context, 299 objects were inventoried, which, rather than the intrinsic artistic value, are relevant in their immaterial component to the Institution and to the populations served by it, as testimonies of the past associated with religious worship and the "works of mercy" practiced by the Santa Casa.

In addition to describing the process of inventorying this heritage, and laying the foundations for the future development of preventive conservation policy, based on the recognition of the main risk factors.

In this dissertation we are, also, going to know the Santa Casa Misericórdia de Monchique in its whole, while explaining, at the same time, as a framework, the origins of the Santas Casas and their importance to the communities.

Keywords: Misericórdia de Monchique; cultural heritage; inventory museological; preventive conservation; safeguard

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Elsa Garrett Pinho, gratulo por me ter orientado nesta fase da minha vida académica. Todo o cuidado que teve na leitura e correção deste meu trabalho. Agradeço todas as palavras amigas e de incentivo durante este percurso atribulado.

Ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Monchique, António Manuel Silva

Ao Senhor Vice-Provedor da SCMM, Dr. Rui André

À Senhora Dona Maria Eulália Duarte Silva e ao Senhor Joaquim António Marreiro da Silva,

A toda equipa da SCMM,

Ao Dr. Mariano Cabaço, Diretor do Gabinete do Património Cultural da UMP,

A toda equipa da UMP,

A todos os meus Professores do Mestrado de Museologia e Museografia,

Aos meus colegas de mestrado e de licenciatura,

Ao fotógrafo Eduardo Jacinto.

À minha família, por toda a disponibilidade e paciência.

À minha mãe e irmã por todo o apoio.

Índice

Índice de Imagens.....	6
Índice de Gráficos.....	9
Índice de Tabela.....	10
Abreviaturas e Acrónimos.....	11
Introdução	13
Parte I - O inventário como instrumento fundamental para a salvaguarda do património cultural. O caso das Misericórdias Portuguesas.....	20
Parte II - A Santa Casa da Misericórdia de Monchique e o seu património artístico	35
1. A Santa Casa da Misericórdia de Monchique.....	35
1.1. O património cultural da Santa Casa da Misericórdia de Monchique..	42
2. O acervo de valor museológico.....	58
2.1. Metodologia para a inventariação.....	65
2.2. O Universo Inventariado.....	73
Parte III- A Conservação Preventiva do património cultural móvel da SCMM ..	98
1. Fatores de risco presentes na SCMM	101
a) Luz.....	102
b) Humidade Relativa (HR%) e Temperatura (° C).....	105
c) Poluentes atmosféricos.....	106
d) Pragas	107
e) Fator humano	108
f) Incêndio.....	110
g) Sismo.....	112
h) Furto e Vandalismo	114
Conclusões	117
Bibliografia.....	122
Anexo documental 1- Memória Descritiva Complementar do Programa de inventário da UMP- Gabinete do Património Cultural	133
Anexo documental 2- Programa de Inventário 12/12 da UMP- Gabinete do Património Cultural	139
Anexo documental 3 – Projeto Viver Património da UMP- Gabinete do Património Cultural	140

Anexo documental 4- Projeto Capacitação (Relatório Final) da UMP- Gabinete do Património Cultural.....	145
Anexo documental 5- Ficha Modelo de Inventário usada no terreno da UMP- Gabinete do Património Cultural	154
Anexo documental 6- Ficha Modelo de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique.....	155
Anexo documental 7 – Ficha de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (inv. SCMM1)	161
Anexo documental 8 – Ficha de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (inv. SCMM5)	167
Anexo documental 9 - Ficha de inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (inv. SCMM48).....	174
Anexo documental 10- Ficha de inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (inv. SCMM131).....	180
Anexo documental 11- Excerto do Livro Geral de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique.....	186

Índice de Imagens

Figura 1: Património arquitetónico da freguesia de Monchique (legenda: 1 - Igreja Matriz; 2- Igreja da Misericórdia; 3- Ermida de São João Baptista; 4- Ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz; 5- Ermida de S. Sebastião; 6- Ermida de S. João de Deus; 7- Ermida de Santo António dos Casais. Fonte: <i>Inventário Artístico do Algarve, A talha e a Imaginária, Volume XIV- Concelho de Monchique</i> (LAMEIRA, 1997: 69)	37
Figura 2: Fotografia da Igreja da Misericórdia de Monchique (fotografia antes de 1754); António Maria Callapez; Séc. XX; fotografia p/b; 41x41x2; N° Inv.: SCMM88;.....	46
Figura 3: Fotografia do aspeto da rua de Monchique antes da destruição da torre sineira da Igreja da Misericórdia; António Maria Callapez; Séc. XX; fotografia p/b; 41x41x2; N° Inv.: SCMM89	46
Figura 4: Fachada principal da Igreja da Misericórdia de Monchique na década de 1960; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968: 295)	47
Figura 5: Fachada principal da Igreja de Monchique, à data atual; ©Eduardo Jacinto.....	47
Figura 6: Cruzeiro; Autor desconhecido; Séc. XIX; Calcário; 278x127; N° Inv.: SCMM61; ©Eduardo Jacinto.....	47
Figura 7: Altar-mor da Igreja da Misericórdia de Monchique; Custódio de Mesquita; Séc. XVIII; Madeira; 520x396; N° Inv.: SCMM19; ©Eduardo Jacinto	48

Figura 8: Arco do Triunfo da Igreja da Misericórdia de Monchique, restauro de 1821; Autor: Clotilde Pratas	48
Figura 9: Altar-mor da Igreja da Misericórdia de Monchique, década de 1960; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968: 296)	49
Figura 10: Altar lateral, proveniente do antigo Convento de Nossa Senhora do Desterro; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 530x230; Nº Inv.: SCMM124; ©Eduardo Jacinto	50
Figura 11: Altar lateral, proveniente do antigo Convento de Nossa Senhora do Desterro; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 530x280; Nº Inv.: SCMM20; ©Eduardo Jacinto.....	50
Figura 12: Igreja da Misericórdia de Monchique, arco datado de 1985, onde originalmente se situava o coro; Autor: Clotilde Pratas	51
Figura 13: Acesso à Bancada dos Irmãos; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968: 297)	52
Figura 14: Igreja da Misericórdia de Monchique - aspeto atual da Bancada dos irmãos; Mestre Pedro da Silva/ Mestre António Rodrigues; Séc. XVIII; Madeira; 247x848x130; Nº Inv.: SCMM27; ©Eduardo Jacinto	52
Figura 15: Sala de despacho da Igreja da Misericórdia de Monchique; ©Eduardo Jacinto.....	53
Figura 16: Armário com espólio documental na sala de despacho; ©Eduardo Jacinto.....	54
Figura 17: Antiga farmácia da Misericórdia, modernamente convertida em sala de apoio; ©Eduardo Jacinto	55
Figura 18: Teia do altar-mor, recolocada na sala de reuniões do Centro de Dia da Misericórdia de Monchique; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 18x380x8 Nº Inv.: SCMM119; ©Clotilde Pratas.....	56
Figura 19: Lanterna processional não inventariada; ©Clotilde Pratas.....	61
Figura 20: Cálice de Comungantes; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968:300)	62
Figura 21: Custódia; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968: 299)	62
Figura 22: Naveta e Turíbulo; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968:299)	63
Figura 23: Retrato de Benfeitor não identificado; Autor desconhecido; início Séc. XX; fotografia-positivo p/b; 71x66x4; Nº Inv.: SCMM67;©Clotilde Pratas	63
Figura 24: Frasco de medicamento (Carmim); Séc. XX; Vidro; 12x3,5; Nº Inv.: SCMM131-17; ©Clotilde Pratas	64
Figura 25: Bandeira Real- <i>Virgem da Misericórdia</i> (anverso); Joaquim Mendonça Faísca; Séc. XVIII; Óleo s/ tela; 119x107x6; Nº Inv.: SCMM12; ©Clotilde Pratas	76
Figura 26: Bandeira Real- <i>Virgem da Piedade</i> (reverso); Joaquim Mendonça Faísca; Séc. XVIII; Óleo s/ tela; 119x107x6; Nº Inv.: SCMM12; ©Clotilde Pratas	76
Figura 27: Bandeira Real - <i>Virgem da Misericórdia</i> ; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968: 298).....	77

Figura 28: Bandeira Real (reverso)- <i>Virgem da Piedade</i> ; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968: 298)	78
Figura 29: Bandeira Real (reverso)- <i>Virgem da Piedade</i> ; Autor desconhecido; Séc. XXI; Óleo s/ tela; 240x89x9; Nº Inv.: SCMM13; ©Clotilde Pratas.....	79
Figura 30: Bandeira Real (anverso)- <i>Virgem da Misericórdia</i> ; Autor desconhecido; Séc. XXI; Óleo s/ tela; 240x89x9; Nº Inv.: SCMM13; ©Clotilde Pratas.....	79
Figura 31: Bandeira da Paixão- <i>Jesus perante o Sumo Sacerdote</i> (anverso); Autor desconhecido; Séc. XIX; Óleo s/ tela; 106x88x6; Nº Inv.: SCMM5; ©Eduardo Jacinto.....	80
Figura 32: Bandeira da Paixão- <i>Anjo da Paixão</i> (reverso); Autor desconhecido; Séc. XIX; Óleo s/ tela; 106x88x6; Nº Inv.: SCMM5; ©Eduardo Jacinto.....	80
Figura 33: <i>Visitação</i> ; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Óleo s/ tela; 274x230x11; Nº Inv.: SCMM138; ©Eduardo Jacinto	81
Figura 34: Altar-mor da Igreja da Misericórdia de Monchique em 1968; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968: 296)	81
Figura 35: <i>Menino Jesus Profetizando</i> ; Diogo Magina (?); Séc. XVIII; Óleo s/ tela; 200x22; Nº Inv.: SCMM16; ©Eduardo Jacinto	82
Figura 36: Opa; Autor desconhecido; Séc. XX; Algodão; 110x77; Nº Inv.: SCMM90; ©Clotilde Pratas.....	83
Figura 37: Casula; Autor desconhecido; Séc. XIX; Seda/ Linho; 120x68; Nº Inv.: SCMM50-1; ©Clotilde Pratas	83
Figura 38: Varas (conjunto); ©Clotilde Pratas.....	84
Figura 39: Varas (pormenor); Autor desconhecida; Séc. XIX; Madeira; Nº Inv.: SCMM93 a SCMM98; ©Clotilde Pratas	84
Figura 40: Matraca; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira/ Ferro; 59x25x2; Nº Inv.: SCMM15; ©Clotilde Pratas.....	85
Figura 41: Matraca; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira/ Ferro; 55x22x3,5; Nº Inv.: SCMM14; ©Clotilde Pratas	85
Figura 42: Cadeira da mesa dos mesários; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira/ Couro; 100x40x46; Nº Inv.: SCMM58-2; ©Clotilde Pratas	85
Figura 43: Mesa de Mesários; autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira/ Couro; 187x115x155; Nº Inv.: SCMM58-1; ©Clotilde Pratas.....	85
Figura 44: Brasão de armas da Misericórdia de Monchique; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; 131x94x10; Nº Inv.: SCMM45; ©Clotilde Pratas	86
Figura 45: Imagem de Roca- <i>São Francisco</i> ; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; 150x40x40; Nº Inv.: SCMM3; ©Clotilde Pratas	87
Figura 46: Imagem de Roca- <i>São Francisco</i> (pormenor); Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; Nº Inv.: SCMM3; ©Clotilde Pratas	87
Figura 47: Cabeça de imagem de roca- <i>São Francisco</i> ; Fonte: <i>As Misericórdias do Algarve</i> (PINTO & PINTO, 1968: 301)	87
Figura 48: Imagem de Roca - <i>São João Evangelista</i> ; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; 136x40x40 Nº Inv.: SCMM1; ©Clotilde Pratas.....	88
Figura 49: Imagem de Roca - <i>Virgem das Dores</i> ; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; 136x40x40 Nº Inv.: SCMM2; ©Clotilde Pratas	88

Figura 50: Retábulo com as esculturas <i>Virgem das Dores e São João Evangelista</i> ; ©Clotilde Pratas	89
Figura 51: Assinatura das esculturas (Nº Inv.:SCMM21; SCMM22) (pormenor); ©Clotilde Pratas	89
Figura 52: Crucifixo; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 200x120x25; Nº Inv.: SCMM60; ©Clotilde Pratas.....	90
Figura 53: Púlpito; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 220x84x130; Nº Inv.: SCMM26; ©Clotilde Pratas.....	90
Figura 54: Missal Romanum; Autor desconhecido; Séc. XIX; Papel/Couro/Cartão; 23x9x28,5; Nº Inv.: SCMM41; ©Clotilde Pratas.....	91
Figura 55: Pedra de Ara; Autor desconhecido; Séc. XX; Linho/ Calcário (?); 24x4x35; Nº Inv.: SCMM99; ©Clotilde Pratas.....	91
Figura 56: Marca em jarro de estanho; Santiago; Séc. XX; Estanho; 20x14x12; Nº Inv.: SCMM32; ©Clotilde Pratas	92
Figura 57: Contraste em cálice de prata; Águia do Porto; Séc. XIX; Prata; 20x12,5x575; Nº Inv.: SCMM53; ©Clotilde Pratas	92
Figura 58: Armário com frascos de medicamentos; ©Clotilde Pratas.....	92
Figura 59: Frasco de medicamento (Cochonilha); Autor desconhecido; Séc. XX; Vidro/Papel; 12x3,5 ;Nº Inv.: SCMM131-2; ©Clotilde Pratas	93
Figura 60: Pormenor da Figura 61- Estúdio fotográfico- Redondo, Palácio Foz. Lisboa; ©Clotilde Pratas	93
Figura 61: Retrato de Benfeitores; Redondo; Séc.XX; fotografia p/b; 67,5x 77,5; Nº inv.: SCMM62; ©Clotilde Pratas	93
Figura 62: Retrato fotográfico de um Benfeitor - Dona Micaela; José Ayres; Séc.XX; fotografia p/b; 89x76; Nº Inv.: SCMM63; ©Clotilde Pratas	94
Figura 63: Pormenor da Figura 62; Estúdio fotográfico José Ayres, Lisboa; ©Clotilde Pratas	94
Figura 64: Aspeto da Sala de despacho, com exposição direta dos bens culturais à luz solar; ©Eduardo Jacinto.....	102
Figura 65: Pormenor da Casula Nº inv.: SCMM50-1; ©Clotilde Pratas.....	103
Figura 66: Sacristia da SCMM, pormenor das duas imagens de roca; ©Clotilde Pratas.....	103
Figura 67: Sala de despacho, armário com o espólio documental não inventariado e armário com os frascos de medicamentos; ©Clotilde Pratas...104	
Figura 68: Centro de dia sala com os retratos dos Benfeitores expostos; ©Clotilde Pratas.....	113
Figura 69: Centro de dia, com o armário com as peças de ourivesaria; ©Clotilde Pratas.....	113

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Divisão do património das Misericórdias por três categorias; Fonte: O <i>património das Misericórdias - Um passado com futuro</i> (LAMAS & MORGADO, 2012:18).....	25
--	----

Gráfico 2: O património cultural da SCMM: (integrado; móvel; arquitetónico) ..	59
Gráfico 3: Tratamento de dados dos bens culturais da SCMM inventariados divididos por categorias	60
Gráfico 4: Distribuição bens culturais móveis da SCMM por períodos cronológicos.....	75
Gráfico 5: Tratamento dos dados dos estúdios fotográficos dos retratos dos Benfeitores da SCMM- Estúdios Fotográficos	95
Gráfico 6: Análise dos dados dos bens que ainda são usados nos rituais religiosos	96

Índice de Tabela

Tabela 1: Tipologias do <i>património nuclear</i> das Misericórdias do Alentejo; Fonte: <i>O património das Misericórdias- Um passado com futuro</i> (LAMAS & MORGADO, 2012:21).....	24
Tabela 2: Fatores de risco dos vários materiais	116

Abreviaturas e Acrónimos

Alt. – Altura

CCDRN- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Comis.- Comissário

Coord.- Coordenação

Consult.- Consultado em

DGPC- Direção-Geral do Património Cultural

DPLP- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

Et all. – e outros

Ex.- Exemplo

Fig.- Figura

Figs.- Figuras

FMI- Frei Miguel instituidor

FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

FEADER- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Gráf.- Gráfico

GPC- Gabinete do Património Cultural

H.R.- Humidade Relativa

IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Inv.- Inventário

IPM- Instituto Português de Museus

IV- Infravermelhos

LGI- Livro Geral de Inventário

LQMP- Lei-Quadro dos Museus Portugueses

Nº- Número

Nºs- Números

Org.- Organização

POC- Programa Operacional da Cultura

QREN– Quadro de Referência Estratégica Nacional

SCM- Santa Casa da Misericórdia

SCMM – Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Séc.- Século

SIPA- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UMP- União das Misericórdias Portuguesas

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UV- Ultravioleta

Vol. – Volume

Introdução

A presente dissertação tem como objeto de estudo o património cultural móvel e integrado de valor histórico-artístico, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (SCMM).

Localizada na secular vila de Monchique, em plena serra algarvia, que apresenta condições únicas de fauna e flora, a Santa Casa da Misericórdia de Monchique tem origens temporais ainda desconhecidas. Contudo, existem estudos que nos apontam várias datas para a sua fundação: a fundação a 7 de abril de 1745, conforme é referido no livro *As Misericórdias do Algarve* (GOODOLPHIM apud PINTO & PINTO, 1968: 283), ou segundo um episódio da cópia de um manuscrito original, alusivo à Misericórdia de Monchique, e datado de 1594 (PINTO & PINTO, 1968: 283), que nos remete para dois séculos antes, ou de acordo com o estudo feito no âmbito *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (PAIVA, 2005: Vol. 4: 311), que veio afirmar que a instituição é anterior a 1580.

Interessámo-nos pela SCMM por ser uma instituição bastante antiga e cuja missão humanitária se compagina com as demais Misericórdias, tendo, desde sempre, desempenhado um papel importantíssimo no apoio sociocultural à população, prestando, nomeadamente, assistência aos vários tipos de *misérias* físicas e espirituais.

As Misericórdias Portuguesas foram fundadas por D. Leonor de Lencastre (1458-1525), esposa de D. João II, e para além de beneficiarem de proteção régia, foram sendo criadas por pessoas letradas e com bastante importância em cada comunidade. Instituições seculares, as Misericórdias são atualmente detentoras de um vasto património cultural rico e significativo, imóvel, móvel e imaterial, cujo interesse coletivo é por todos reconhecido, tornando-o merecedor de estudo aprofundado e de ampla difusão.

Neste sentido, as Santas Casas da Misericórdia têm-se empenhado, nas últimas duas décadas, na inventariação dos respetivos acervos patrimoniais de valor histórico-artístico, não apenas como medida de salvaguarda e de

conhecimento, mas também com o propósito último de os divulgar junto da sociedade civil, nomeadamente através da sua exposição em núcleos museológicos, bem como, através da sua disponibilização na internet.

Se há casos em que esta iniciativa é assumida individualmente por cada Santa Casa da Misericórdia (de que Aveiro é exemplo), noutros porém, é a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), que com recurso a programas e fundos comunitários, tem assegurado a realização do inventário dos bens culturais e a respetiva informatização na aplicação *Matriz 3.0-Inventário e Gestão de Coleções Museológicas*, desenvolvido pelo Ministério da Cultura, para futura divulgação *on-line*.

Muito embora consciente da utilidade e da necessidade de conhecer o património cultural móvel e integrado de que a SCMM, simultaneamente, é proprietária e guardiã, até ao momento em que iniciámos este estudo, a instituição não havia ainda diligenciado no sentido de ser feito o respetivo inventário, de acordo com modelos e princípios museológicos.

Descortinámos várias obras que abordavam como tema o património da Santa Casa da Misericórdia de Monchique, cuja informação diversificada e de primordial importância, nos ajudou neste estudo: *As Misericórdias do Algarve*, de Helena Pinto e Vítor Pinto, que conforme indicado pelo título da obra, tratou-se de um estudo feito pelas várias Misericórdias algarvias, onde inclusive, foi realizado um pequeno levantamento do património, sendo, por isso, uma obra basilar para o nosso estudo. *O Inventário Artístico do Algarve: a talha e a imaginária - Concelho de Monchique*, de Francisco Lameira, disponibilizou um pequeno tomo das peças que a SCMM possuía em 1997; *Os Retábulos das Misericórdias Portuguesas*, do mesmo autor, menciona o retábulo-mor da Igreja da Misericórdia de Monchique e o seu entalhador; A obra de Gascon, *Subsídios para a monografia de Monchique*, que estuda Monchique e a SCMM. A coleção *Portugaliae Monumenta Misericordium*, foi outro estudo fundamental, que contribuiu para o desenvolvimento da presente dissertação, apesar da informação diminuta que possuía, especificamente, sobre a Misericórdia objeto de estudo do nosso trabalho. São poucas as obras que abordam como tema a

SCMM e o seu património cultural, apesar da escassa informação, toda a investigação bibliográfica realizada por nós foi essencial para ligar os pontos fundamentais da história da instituição. Sendo, por conseguinte, o nosso estudo sobre o património cultural da SCMM, o mais completo e atualizado, será certamente um ponto basilar e de referência para estudos futuros.

Associando o gosto pela área do inventário e estudo das coleções às ligações de índole pessoal, que desde há muito mantemos com a região algarvia e, em particular, com o concelho de Monchique, com a vontade demonstrada pela SCMM em acolher o nosso projeto académico, realizámos o inventário científico dos bens móveis e integrados com valor cultural, pertencentes àquela instituição, de que seguidamente damos conta.

Apesar de sabermos da existência de um inventário antigo, referido na bibliografia estudada, não foi possível consultá-lo devido ao facto de não se ter conseguido localizá-lo. Sendo, por conseguinte, o inventário realizado por nós, o primeiro que estuda o património artístico-cultural da SCMM, de acordo com as boas práticas museológicas, permitindo assim dar a conhecer um património inédito e contribuindo para a sua preservação.

Após um primeiro levantamento para reconhecimento do universo em análise, constatámos que a SCMM possui um acervo variado, constituído por bens de diversas categorias como *Pintura, Ourivesaria, Metais, Têxteis, Mobiliário, Escultura, Ciências Médicas, Epigrafia, Utensílios e equipamento*, entre outras.

O acervo que identificámos como de valor museológico, é constituído por bens culturais datáveis entre os séculos XVIII e XXI, conforme pudemos aferir pela observação material dos mesmos, mas também, por confrontação com a bibliografia e pesquisa arquivística que realizámos previamente.

Excluímos, desde o primeiro momento deste inventário, os bens bibliográficos e arquivísticos existentes na SCMM, cuja catalogação respeita regras próprias e conhecimentos especializados, tendo somente inventariado três missais, que a SCMM expôs num dos armários. Começámos por elaborar

uma ficha de inventário adaptada à realidade patrimonial da instituição, tendo por modelo a ficha *Matriz* criada pelo extinto Instituto Português de Museus (atualmente Direção-Geral do Património Cultural) e utilizada por todos os museus e palácios nacionais.

No que diz respeito às boas práticas museológicas, criámos ainda o *Livro Geral de Inventário*, documento estrutural e estruturante do acervo, no qual agrupámos as informações necessárias à fácil e imediata identificação dos bens em questão, a saber: o número de inventário, a identificação sumária e a datação de cada um dos bens, assim como a respetiva localização.

Assumindo a priori a dificuldade de definir os limites do universo inventariável, como sempre sucede em circunstâncias análogas, ou seja, na inventariação de bens móveis pertencentes a entidades não museológicas, optámos por incluir neste inventário somente os bens que reconhecidamente reúnem valores de memória histórica e de significado cultural e ideológico para a instituição e para a comunidade.

Partindo do princípio inquestionável de que o inventário museológico está sempre em aberto, quer para correção e/ou valorização dos dados nele contidos, quer para inclusão de novos bens adquiridos pela instituição, os bens relativamente aos quais não reconhecemos, inicialmente, valor cultural, não foram incluídos nesta fase do inventário. No entanto, se numa fase posterior, e na sequência de um trabalho de investigação mais aturado, a SCMM entender que outros bens deverão vir a integrar o referido inventário, poderá fazê-lo.

Durante este estudo foram inventariados no total 299 bens culturais, foram atribuídos 148 números de raiz de inventário, e em vários números de inventário foram criados grupos, que são números que se dividem (N^os de inv. SCMM1-1; SCMM1-2; SCMM1-3). Por estarmos a usar um método manual, sem recorrer a qualquer plataforma digital, o número total de fichas elaboradas é de 157.

De referir ainda que nos deparámos com dificuldades várias durante o percurso de inventariação, nomeadamente, a criação de categoria e a sua atribuição nas variadas peças, assim como na identificação da autoria dos bens

que integram o nosso inventário; apesar disso, conseguimos identificar quatro artistas: o escultor José Ferreira Thedim (1892-1971), conhecido por ter esculpido a imagem da *Virgem de Fátima*, que se encontra na Capelinha das Aparições, sendo de sua autoria duas esculturas que integram o nosso inventário, o *São João Evangelista* (inv. SCMM21) e a *Virgem das Dores* (inv. SCMM22). O retábulo-mor da Igreja (inv. SCMM19) tem como entalhador Custódio de Mesquita (LAMEIRA, 2009:60); os dois retábulos laterais, de autor desconhecido, doados pelo Reverendo Vigário da Vila de Monchique, em 1764, e provenientes do Convento da Nossa Senhora do Desterro, os retábulos eram originalmente constituídos por telas pintadas, as quais foram retiradas para darem lugar a dois quadros autónomos que igualmente são referidos no presente inventário, sendo o mais interessante o *Menino Jesus Profetizando* (inv. SCMM16), provavelmente do pintor algarvio setecentista Diogo Magina (?), tema iconográfico bastante incomum de se encontrar nas Misericórdias. A bandeira real (inv. SCMM12) de qualidade estética baixa, é obra do pintor Joaquim Mendonça Faísca.

Todas as tarefas associadas à realização de um inventário (fotografar, analisar, avaliar o estado de conservação, medir e marcar), foram feitas no local onde as peças se encontravam. Para o efeito, foi montado um estúdio fotográfico portátil em todas as divisões onde se encontravam as peças inventariadas, na Igreja, na Sacristia, na Sala de despacho e no Centro de dia. Esta medida foi tomada por sabermos que o manuseamento e a deslocação das peças são sempre fatores de risco para a degradação das peças, por isso, esta foi a escolha que se nos apresentou mais adequada. As peças de maiores dimensões foram movimentadas com ajuda de um funcionário da SCMM, que nos abriu as portas e mostrou as instalações, tendo também dado informação sobre as peças, ou seja, como estas foram adquiridas, assim como histórias e rituais a que estão ligadas. Inventariadas conforme a ordem do local onde se encontravam, esta metodologia foi decidida com a SCMM, devido à ocupação dos vários espaços, quando existem eventos da própria instituição, funerais, reuniões, etc.

No trabalho de campo, fizemo-nos acompanhar de várias fichas em papel para podermos atribuir um número de inventário e identificar imediatamente cada

peça. No momento do tratamento digital dos dados, criámos várias pastas, identificadas pelo número de inventário da respetiva peça, dentro das quais foram arquivadas as imagens¹ da peça, também elas identificadas com o número de inventário atribuído ao objeto (ex.: SCMM1.1; SCMM1.2).

No âmbito desta dissertação, e devido ao elevado número de fichas preenchidas, optámos por somente disponibilizarmos algumas fichas de inventário de várias categorias, tendo sido omitido, por questões de segurança, o campo de localização, a totalidade das fichas foi entregue à instituição.

Porque a inventariação não tem por único objetivo o conhecimento deste acervo, mas também a sua salvaguarda futura, entendemos que este trabalho não estaria completo sem que adiantássemos algumas medidas básicas para a conservação preventiva desta coleção, que poderão vir a servir de base à desejável conceção de um verdadeiro plano de conservação global.

Na sequência do que fica dito, estruturámos a presente dissertação em três partes, na primeira das quais abordámos o conceito e a função promocional do inventário museológico, aludindo, seguidamente, ao caso das Misericórdias Portuguesas, cujo património cultural móvel tem vindo a ser objeto de inventário extensivo nas últimas décadas. Ainda neste capítulo, abordámos a importância que a União das Misericórdias Portuguesas teve e continua a ter na salvaguarda de todo o património das Santas Casas, e o modo como o respetivo Gabinete de Património Cultural tem desenvolvido vários projetos neste âmbito, chamando a si não apenas a realização dos inventários, mas também a sua informatização.

A segunda parte, constituída por dois capítulos, é dedicada ao caso específico da Santa Casa da Misericórdia de Monchique e do seu património artístico. No capítulo 1, intitulado *Santa Casa da Misericórdia de Monchique*, abordámos a história da instituição, as suas funções e características, e a respetiva integração na vila de Monchique, passando depois a apresentar, em

¹ Usámos o ponto final e o respetivo número para termos a possibilidade de organizar as fotografias, e a ficha da peça com o número da peça. As fotografias foram trabalhadas num programa de edição de fotografia *PHOTOSCAPE*.

subcapítulo, o património cultural de que é detentora, com especial enfoque na Igreja da Misericórdia de Monchique.

O capítulo 2. é integralmente dedicado ao acervo de valor museológico da SCMM, que o nosso trabalho de inventário veio dar a conhecer em toda a sua extensão. No subcapítulo 2.1. *Metodologia para inventariação*, descortinámos todo o processo que realizámos durante este estudo, bem como, as opções tomadas no decurso do mesmo, sendo que sempre nos regemos pelos princípios e boas práticas recomendadas nas *Normas de Inventário* elaboradas pelos organismos do Ministério da Cultura, para uso da comunidade museológica nacional e cujos títulos se encontram referidos na bibliografia geral.

No subcapítulo 2.2. é descrito e analisado em pormenor o universo patrimonial inventariado, sendo também apresentadas as características mais interessantes de alguns dos bens artísticos que compõem o acervo. Na terceira parte, avançaremos com uma primeira proposta de conservação preventiva para todo o conjunto inventariado, onde identificámos várias situações que são fatores de risco para os bens que a instituição possui, sugerindo depois algumas medidas que podem ser consideradas para a sua preservação futura, sendo respeitado sempre o pressuposto de que não nos encontramos numa instituição museológica e que muitos dos bens em apreço continuam a desempenhar uma função própria em contexto religioso, para além de assumirem um relevante valor simbólico para a comunidade que a Santa Casa serve.

Do ponto de vista museológico, atentámos que este projeto tem valor, a SCMM possuidora de um património cultural com potencial para dar a conhecer, mas que ainda não tinha sido estudado e possuindo nós uma ligação com a região, faz todo o sentido prestarmos os nossos conhecimentos para uma correta gestão da coleção.

Parte I - O inventário como instrumento fundamental para a salvaguarda do património cultural. O caso das Misericórdias Portuguesas

Neste capítulo abordámos o que é o inventário de valor museológico, como é que o mesmo é definido e qual é a sua importância para a preservação e salvaguarda do património cultural. Relembrando, assim, a importância que a União das Misericórdias Portuguesas teve e ainda continua a ter para a salvaguarda do património das Misericórdias Portuguesas, com a criação e desenvolvimento dos diversos programas de inventariação concebidos ao longo dos últimos anos.

Numa definição mais comum e abrangente, *inventário* consiste numa relação de bens pertencentes a uma entidade singular ou coletiva, podendo conter a descrição, mais ou menos, minuciosa dos bens listados, ou corresponder a uma simples menção ou enumeração². Em contexto contabilístico-empresarial, institucional ou particular, o inventário tem por objetivo o conhecimento das existências.

Aplicado ao património cultural, o conceito de inventário (e a correspondente ação de inventariação) deve ser entendido como uma ferramenta basilar da salvaguarda do património, uma vez que, unicamente é possível proteger e conservar o que se conhece.

Neste sentido, a Lei de Bases do Património Cultural reconhecendo como tarefa fundamental do Estado o dever de *assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular através do conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural enquanto instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana* (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, artigo 3.º), cita a inventariação como o primeiro pilar na construção da política cultural, definindo-a como *o levantamento sistemático, atualizado e*

² A partir da definição constante do *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP), disponível online em < <https://dicionario.priberam.org/inventário> > [consult. 10 de dezembro de 2018]

tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respetiva identificação (artigo 6.º, alínea a)).

Por conseguinte, os museus enquanto entidades responsáveis pelo estudo e preservação de bens culturais móveis, ou seja, de testemunhos materiais com valor de cultura e de civilização, têm a obrigação de realizar o inventário exaustivo e desenvolvido das suas coleções, que pelas características únicas do universo em estudo, assume-se como um sistema próprio, assente em técnicas e normas específicas e a que se dá o nome de *inventário museológico*.

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses (LQMP) identifica o inventário como uma das funções museológicas, definindo-o como *a relação exaustiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada museu, independentemente da modalidade de incorporação*, visando a identificação e individualização de cada bem cultural (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, artigo 16.º, nºs 1 e 2).

A União das Misericórdias Portuguesas³ (UMP), entidade orientadora, coordenadora e dinamizadora das Santas Casas da Misericórdia Portuguesa, às quais presta apoio nas diferentes vertentes sociais, tem igualmente incentivado o desenvolvimento e a implementação de políticas e ações de salvaguarda dos bens culturais das diversas Misericórdias nacionais, sabendo

³ A missão da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) é, de acordo com os termos e o espírito do artigo 4.º dos seus estatutos, ser o instrumento promotor, quer dos valores e atividade das Misericórdias portuguesas na sociedade portuguesa, quer do movimento das Misericórdias no plano europeu, mundial e da cultura e civilização portuguesas e lusófonas.

Neste contexto, cabe na missão da UMP ser o elemento chave da promoção das catorze obras de misericórdia em todas as Misericórdias portuguesas assegurando a sua autonomia, e a sua identidade individual e coletiva e assumindo-se ao mesmo tempo como a garante da orientação, coordenação, dinamização e representação das Santas Casas, pela via da defesa dos seus interesses, da organização de serviços de interesse comum e do fomento dos princípios que formaram a base cristã da sua origem e determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e desenvolvendo o seu bom relacionamento comum.

A missão da UMP deve pois, desenvolver-se centrando a sua atividade no apoio às Misericórdias e às suas opções e prioridades nas áreas do envelhecimento, na saúde, na infância e juventude, no combate à pobreza e na defesa e salvaguarda da sua cultura e património. Assim a UMP deve poder ser muito mais do que a mera soma das suas associadas. Website da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), disponível online em <<https://www.ump.pt/Home/uniao/missao-e-visao/>> [consult. 20 de janeiro de 2019]

que estas são detentoras de um vasto património cultural, merecedor de estudo e de inventariação sistemática.

Esta rica herança cultural, ilustrativa de mais de 500 anos de história de tão veneráveis instituições e de generosos legados e doações de beneméritos, abrange o património arquitetónico e integrado, assim como, o património móvel e o imaterial que lhe está intimamente associado. Atualmente, existem cerca de 388 Misericórdias no ativo, espalhadas por Portugal continental e insular.

Reconhecendo o valor dos acervos histórico-artísticos pertencentes às Santas Casas e sabendo da urgência em salvaguardar - e dar a conhecer - tão relevante património, a UMP desenvolveu vários apoios com o objetivo de promover o respetivo inventário científico.

Data de 1996 o primeiro Protocolo de colaboração firmado entre a UMP e o Estado, através do extinto Instituto Português de Museus (IPM), cujos conteúdos seriam desenvolvidos em novo acordo celebrado três anos mais tarde, tendo por objeto a inventariação, o estudo e a salvaguarda dos bens culturais móveis pertencentes à Misericórdia de Vila Nova de Gaia, à qual seguir-se-ia a Misericórdia de Vila Franca de Xira, também em 1999.

No âmbito da parceria estabelecida entre a UMP e o IPM, entre 2000 e 2001 seriam inventariados os bens culturais móveis e aplicados das Santas Casas da Misericórdia de Évora, Cascais e Montemor-o-Velho, trabalho realizado por técnicos especialistas daquele organismo do Ministério da Cultura.

Por razões de ordem conjuntural que impediriam a prossecução do apoio direto do Estado à inventariação do património histórico-artístico das Misericórdias, a UMP chamaria a si a prossecução do trabalho anteriormente realizado, procurando, para o efeito, apoio financeiro comunitário.

Assim, seria no âmbito do Programa Operacional da Cultura (POC), entre 2005 e 2007, que a realização de inventários de cariz museológico nas Santas Casas tomaria proporções maiores, tendo, neste contexto, sido inventariados os acervos de cerca de 27 Misericórdias por todo o país, a saber: Alcácer do Sal, Alter do Chão, Barcelos, Braga, Caminha, Cantanhede, Castro Daire,

Chamusca, Crato, Faro, Fundão, Lamego, Mangualde, Mirandela, Nazaré, Pavia, Portalegre, Santarém, Setúbal, Tarouca, Tavira, Tentúgal, Torres Vedras, Valença, Viana do Castelo, Vila Real e Vimieiro. No total foram inventariados 10.666 bens culturais.

Também em 2005, a Santa Casa da Misericórdia de Aveiro apresentou autonomamente ao POC o projeto *A arte na Misericórdia: inventariar e divulgar*, que seria aprovado, tendo seguido as práticas e usado os normativos de todas as outras instituições análogas.

Durante dois anos (2010-2011) o inventário das Misericórdias continuou a ser parcialmente financiado por fundos comunitários, desta feita no âmbito do QREN, através do ON.2 - Novo Norte - Programa Operacional Regional do Norte⁴ (2007-2013), ao abrigo do qual foram inventariados os bens culturais de 21 Misericórdias a norte de Portugal, nomeadamente, Arcos de Valdevez, Alfândega da Fé, Amarante, Azurara, Espinho, Esposende, Fão, Guimarães, Melgaço, Mogadouro, Monção, Murça, Póvoa do Lanhoso, Penafiel, Peso da Régua, Ponte de Lima, Póvoa Varzim, Santo Tirso, Vila Nova de Cerveira, Vale de Cambra e Vila do Conde, tendo sido inventariadas, no seu total, 6.252 peças. No final deste projeto, resultante de candidatura apresentada e aprovada pela UMP⁵, e em cumprimento de obrigações contratuais, foi editado um livro com as melhores peças que foram sendo estudadas e inventariadas naquele contexto, intitulado *O Património das Misericórdias – Um Olhar a Norte*.

Ao abrigo do mesmo Programa, gerido pela CCDRN, seria apresentada e aprovada a candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.

Em 2010 e 2011, foram ainda inventariados os acervos das Misericórdias de Estremoz, Manteigas, Mora, Óbidos, Proença-a-Nova, Santar, Seia, Sertã e Soure.

⁴ Cf. Anexo documental 1 - *Memória Descritiva Complementar do programa de inventário da UMP- Gabinete do Património Cultural*

⁵ Operação NORTE-09-0347-FEDER-000038 apresentada ao Eixo III – *Valorização do Espaço Regional*, intitulada *Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Norte*, com um investimento elegível de € 154.422,00. Dados constantes do website Novo Norte-QREN, em < <http://www.novonorte.qren.pt/pt/investimento-publico/projectos-aprovados/> >

No ano seguinte, em 2012, o trabalho de inventário do património cultural móvel prosseguiu em 20 Misericórdias do Alentejo, no âmbito de uma candidatura da UMP ao Eixo 2 do Programa *In Alentejo (2007-2013)*⁶, findo o qual foi também elaborada uma publicação sobre o inventário que foi feito nas Misericórdias inventariadas, *O Património das Misericórdias - Um passado com Futuro*. As Misericórdias inventariadas foram: Abrantes, Alandroal, Alcáçovas, Alpalhão, Alvito, Beja, Borba, Cabeção, Cabeça de Vide, Campo Maior, Gavião, Monsaraz, Mourão, Nisa, Reguengos de Monsaraz, Rio Maior, Serpa, Sousel, Viana do Alentejo e Vila Viçosa, tendo sido, no total, inventariadas 7.339 peças. Esse mesmo projeto, contribuiu para a criação de estatísticas de tipologias de peças que se encontram atualmente nas Misericórdias relacionadas com o património religioso, das 20 Misericórdias inventariadas os bens que quase todas possuíam eram as bandeiras como podemos constatar na tabela.

Misericórdias	Abrantes	Alandroal	Alcáçovas	Alpalhão	Alvito	Beja	Borba	Cabeção	Cabeça de Vide	Campo Maior	Gavião	Monsaraz	Mourão	Nisa	Reguengos de Monsaraz	Rio Maior	Serpa	Sousel	Viana do Alentejo	Vila Viçosa
Bandeira																				
Cadeiral																				
Cofre																				
Selo																				
Tribuna																				
Sepultura																				
Carreta																				
Panos de Esquife																				
Vara																				
Tochas																				
Matracas																				
Umbela																				
Lanterna																				
Cinturão																				
Andor																				
Pálio																				
Cruz Processional																				
Senhor Morto / dos Passos																				
Retrato																				

Tabela 1: Tipologias do *património nuclear* das Misericórdias do Alentejo; Fonte: *O património das Misericórdias- Um passado com futuro* (LAMAS & MORGADO, 2012:21)

Apesar de a Tabela 1 se reportar exclusivamente aos bens culturais das Misericórdias alentejanas, podemos afirmar que as bandeiras são comuns a todas as Misericórdias Portuguesas, porque são um elemento incontornável e caracterizador destas instituições. Foi ainda analisada a quantidade de bens

⁶ Operação ALENT-08-0347-FEDER-000395, designada *Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Alentejo*, com um custo total elegível aprovado de € 188.854,0, conforme expresso no website do Programa, disponível em <http://www.alentejo.portugal2020.pt/phocadownload/inalentejo/operacoes_aprovadas/eixo2.pdf>

inventariados nos três tipos de património (Gráfico 1.), tendo-se chegado à conclusão que o dito *património nuclear*⁷ correspondia a uma percentagem de 11,4 % do total, o *património associado*⁸ a 56,9%, e o *património circunstancial*⁹ a 33, 9% (LAMAS & MORGADO, 2012: 21).

Gráfico 1. - As três categorias de património nas Misericórdias

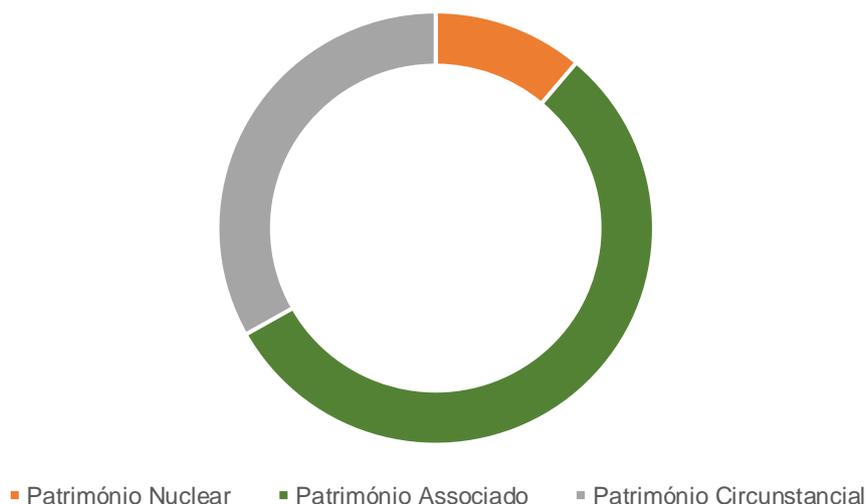


Gráfico 1: Divisão do património das Misericórdias por três categorias; Fonte: *O património das Misericórdias - Um passado com futuro* (LAMAS & MORGADO, 2012:18)

Ao abrigo do Projeto 12-12¹⁰ da UMP só foram inventariadas três Misericórdias: Portimão, Montijo e Leiria, sendo de notar que várias das Santas Casas anteriormente citadas, tendo o seu património móvel devidamente estudado e conservado, promoveram a criação de pequenos museus ou núcleos museológicos, permitindo, deste modo, o acesso e a fruição pública mais constantes ao respetivo património.

⁷ Refere ao património ligado à atividade das Santas Casas no culto religioso (bandeiras; varas; matracas; lanternas; andores)

⁸ Engloba o património associado as outras atividades que as SCM desenvolvem; espólio dos antigos hospitais/farmácias.

⁹ Património doado por benfeitores, que não integram nem o património religioso nem nas atividades que as SCMM desenvolvem (ex.: casacos de pele; palacetes; mobiliário)

¹⁰ Cf. Anexo documental 2 – *Programa de Inventário 12/12 da UMP- Gabinete do Património Cultural*

A partir de 2014, surge uma parceria entre Árvore - Cooperativa da Atividade Artísticas e UMP, em que vários artistas são escolhidos para criarem diversas obras com o tema *Nossa Senhora do Manto*, obras de arte contemporânea que foram posteriormente adquiridas pelas diversas Misericórdias. Esta parceria vai já na terceira edição, cujos temas incidem atualmente sobre as obras Espirituais/Corporais das Misericórdias. Esta iniciativa possibilita que as instituições possam aumentar o seu património artístico, ao mesmo tempo que promovem a criação artística contemporânea.

Para além dos projetos de inventário de bens culturais móveis acima referidos, a UMP tem apostado na promoção mais ampla das Misericórdias, sendo neste contexto que surge o Projeto *VIVER Património*¹¹, com o objetivo de as Misericórdias abrirem as portas das suas igrejas ao público. Para tal, procurou-se fomentar o voluntariado, designadamente junto de colaboradores seniores que passariam a assegurar a abertura regular das igrejas; todavia, apesar de esse levantamento de recursos ter sido concretizado, o projeto não conheceu, até ao presente, grande sucesso. Foi ainda realizado um levantamento de outros recursos patrimoniais detidos pelas Misericórdias Portuguesas - arquitetónico, galerias de retratos, património imaterial, museus e/ou núcleos museológicos - projeto¹² desenvolvido pelo fundo *Capacitação*¹³.

O Fundo Rainha Dona Leonor, criado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em colaboração com a UMP, *para apoiar os valores e as atividades das Misericórdias de todo o País, no princípio da autonomia cooperante*¹⁴ passou a afetar, desde o ano de 2017, 25% do seu orçamento a intervenções de

¹¹ Cf. Anexo documental 3 – *Projeto Viver Património da UMP- Gabinete do Património Cultural*
¹² Cf. Anexo documental 4- *Projeto Capacitação (Relatório final) da UMP- Gabinete do Património Cultural*

¹³ *Portugal 2020 adotado entre Portugal e a comissão europeia, que reúne a atuação dos 5 fundos europeus estruturais e de investimento- FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP – no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal entre 2014 e 2020; A programação e implementação do Portugal 2020, organizam-se em 4 domínios temáticos: competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano; sustentabilidade e eficiência no uso de recursos. Considera ainda, os domínios transversais relativos à reforma da administração pública e à territorialização das intervenções.* Anexo documental 4- *Projeto da Capacitação (Relatório final) da UMP- Gabinete do Património Cultural*

¹⁴ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Disponível em <<http://mais.scml.pt/frdl/objetivos/>> [11 de dezembro de 2018]

conservação e restauro do património histórico das Misericórdias. Para apresentação das candidaturas, as Misericórdias são aconselhadas a fazerem o inventário prévio do seu património cultural móvel, muito embora esta condição não seja obrigatória, pelo que nem sempre é seguida. Desde a referida data, apenas algumas Misericórdias aderiram a este fundo, pois compete a cada uma delas financiar o inventário, sendo os técnicos superiores do Gabinete do Património Cultural da UMP, especialistas em inventariação nas Santas Casas, que fazem esse estudo intensivo e rigoroso. Até ao presente momento, as Misericórdias cujos acervos foram inventariados neste contexto, foram as de Coruche, Buarcos e Tomar.

Os inventários do património histórico-artístico das Misericórdias encontram-se informatizados na aplicação *Matriz 3.0 - Inventário e Gestão de Coleções Museológicas*, desenvolvida pelo Ministério da Cultura através dos seus organismos competentes. Os dados recolhidos *in loco*, em respeito para com os normativos nacionais, são inseridos na referida aplicação informática por especialistas que fazem este trabalho há algum tempo (podendo-se até mesmo dizer que são eles que melhor conhecem todo o património das Misericórdias do país), sendo a plataforma constantemente atualizada, porquanto as Misericórdias cujos inventários estão informatizados vão dando conhecimento dos bens culturais que vão adquirindo, o que permite a cada Santa Casa manter o seu inventário completo e atualizado.

A equipa de inventariação da UMP prepara-se com todo o material indispensável para poder inventariar todo o tipo de peças, e desloca-se até à respetiva Misericórdia, onde estará uma pessoa responsável para abrir as portas da igreja/ salas/ edifícios, acompanhar os técnicos de inventariação e mostrar onde se encontra todo o património. Toda a equipa está devidamente treinada e munida de um olhar crítico, pois sabe-se que muitos bens que as Misericórdias possuem, apesar do carinho que as comunidades por eles possuem, não cumprem os critérios necessários para entrarem num inventário de cariz museológico. Depois de todos os dados terem sido recolhidos manualmente

para uma ficha normalizada¹⁵ que a UMP criou para este tipo de instituição, irá ser em gabinete que a equipa estuda aprofundadamente cada bem, inserindo-o na base de dados. Os números de inventário que são atribuídos às diversas peças seguem uma lógica predefinida: por norma aquele é constituído por iniciais com letra maiúscula (sigla da entidade proprietária), seguida de numeração sequencial. Por exemplo, na Santa Casa da Misericórdia de Tomar o número atribuído começa primeiro com as iniciais, SCMTO 0001; se forem criados conjuntos, o número de raiz será desdobrado tantas vezes quantas os elementos que o compõem (ex.: SCMTO 0001.01, SCMTO 0001.02).

Posteriormente à informatização dos dados, são impressas as fichas e enviadas para a respetiva Misericórdia. Atualmente as fichas não estão online para acesso de todos, mas este é um objetivo que desejavelmente será cumprido no futuro. É importante referir ainda que este inventário global, após ser concluído, irá contribuir para a criação de um museu virtual, projeto que a UMP pretende realizar o mais breve possível, como forma de promover a identidade própria das Misericórdias, através do património cultural de que são detentoras, e que foi sendo reunido ao longo dos séculos.

A Santa Casa da Misericórdia de Monchique (SCMM) nunca fora abrangida pelos programas supracitados, nem sequer havia inventariado o seu património cultural, o qual acabou por constituir o objeto de estudo da presente dissertação, vindo, deste modo, permitir colmatar a lacuna existente no conhecimento da realidade patrimonial da instituição, dotando-a de um instrumento de gestão essencial e permitindo, no futuro, a sua divulgação e *devolução* à comunidade, para quem este património possui enorme importância, bem como, uma forte carga identitária.

Foi com estes objetivos em mente que realizámos o inventário do património cultural móvel e integrado da Santa Casa da Misericórdia de Monchique, até hoje pouco conhecido e insuficientemente valorizado, de que daremos notícia em capítulo próprio.

¹⁵ Cf. Anexo documental 5- *Ficha Modelo de inventário da UMP- Gabinete do Património Cultural*

Qualquer que seja a Santa Casa da Misericórdia o seu património móvel e imóvel varia consoante a sua história, contudo, podemos dividir o património dessas instituições em três grandes categorias, a primeira das quais diz respeito ao património proveniente do culto religioso, assim genericamente caracterizado:

-Trata-se de objetos intimamente ligados às práticas misericórdianas e, como tal, este conjunto é relativamente homogéneo. Os objetos mais frequentes referem-se a peças que foram (ou são ainda) utilizadas nas saídas processionais. Encontram-se entre elas as bandeiras processionais, as varas dos mesários, pálios, matracas, lanternas, andores e imagens (de roca sobretudo). (LAMAS & MORGADO, 2012: 20)

Estes objetos, para além do valor material intrínseco têm valor intangível, devido ao significado de que se revestiam no seu contexto original, ou seja, pelas manifestações culturais a que estavam associados ou davam forma, rituais esses que fazem parte da identidade da instituição e da própria comunidade.

A segunda categoria reporta-se ao património dos hospitais e farmácias, relacionado com uma das catorze obras de caridade que são respeitadas pelas Santas Casas: assistir os enfermos.

Por último, existe o património doado e legado por beneméritos, sendo esta última categoria bastante diversificada e heterogénea, e variando de Santa Casa para Santa Casa.

As Misericórdias surgem em Portugal com proteção régia, espalhando-se assim por todo o território português, apesar da origem das Misericórdias ter sido tão protegida ao longo dos anos, estas não escaparam às várias crises que abalaram Portugal, pelo que surgem vários momentos, na história das Misericórdias, em que é comum a perda de património.

Entre os principais acontecimentos que lapidaram gradualmente o património das Misericórdias, identificámos as invasões francesas, a guerra-civil de 1832-34, a Lei da Desamortização de 1866, a Lei de Separação do Estado

das Igrejas¹⁶, a Implantação da República (1910) e a Revolução de 25 de abril de 1974.

Para além da mão humana, a mãe natureza também não ajudou na preservação do património das Misericórdias que, ao longo dos anos, têm sofrido as consequências de vários desastres naturais, como terremotos, incêndios e inundações (ALEMÃO & RAIMUNDO, 2001:16). Contrariamente a estes flagelos, reconhece-se um fator que contribuiu para o aumento de bens de culto nos acervos das Misericórdias: a extinção das ordens religiosas. Assim tendo sucedido, especificamente, na Igreja da Misericórdia de Monchique onde, ao longo do nosso percurso exaustivo de inventário, nos deparámos com bens que vieram do antigo Convento de Nossa Senhora do Desterro, como iremos pormenorizar nos próximos capítulos.

Ao longo dos tempos, as Misericórdias preocuparam-se em contabilizar os bens que tinham em sua posse, embora sejam poucos os registos que chegaram até aos dias de hoje. Convém ter a noção de que a mesa administrativa é constantemente alterada (de 4 em 4 anos existe eleições para eleger a mesa)¹⁷, sendo, por conseguinte, uma importante causa de perdas e mudanças de ideias de como administrar o património, uma vez que uma mesa administrativa pode ter maior sensibilização e preocupação para com o património cultural do que outra.

Sendo esta uma razão acrescida para a necessidade de um inventário, justificando-se um registo cientificamente correto que permitisse um controlo rigoroso do que deveria ser transmitido de uma Mesa Administrativa para a que se lhe seguiria. Apesar da preocupação por todos partilhada, poucas são as Mesas que fizeram um inventário cientificamente correto e atualizado do seu património cultural, apesar da insistência da UMP; consequentemente, admitindo-se que alguns bens tenham desaparecido, sem que deles exista registo.

¹⁶ Aprovada por Decreto com força de lei, de 20 de abril de 1911.

¹⁷ *O mandato dos representantes é de quatro anos, renovável, não podendo exceder 12 anos consecutivos.* Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (artigo 64.º-C).

O inventário museológico que realizámos na Santa Casa da Misericórdia de Monchique respeitou os normativos nacionais em matéria de registo e documentação de bens culturais móveis, abarcando os bens para o culto religioso e os objetos usados na farmácia da Misericórdia (já com valor de memória e, por isso, integrados no conceito de bem cultural), entre outros bens da Irmandade.

À semelhança do que sempre acontece em contextos análogos, ao inventariarmos um património que não pertence a uma instituição museológica, deparámo-nos com várias questões conceptuais, a primeira das quais será a de saber como definir e delimitar o que é, efetivamente, património cultural. Questionámo-nos sobre se deveríamos integrar no inventário em curso os bens que não tivessem valor estético e/ou material intrínseco, sabendo, previamente, não serem estes que, obrigatoriamente, determinam os parâmetros do valor cultural de um objeto, a informação por ele contida e transmitida, extravasa em muito a sua simples materialidade, pelo que muitos destes objetos - sobretudo os de cariz utilitário - têm inclusive valor imaterial, associado à conotação que os Irmãos lhe atribuem e nele colocam. Conscientes desta dificuldade maior, uma vez que, ao nos propormos realizar o inventário científico, segundo os princípios reconhecidos e adotados pela Museologia, estaremos a definir aquilo que é o património cultural móvel da SCMM, procurando fundamentos legais para as decisões tomadas.

A supracitada Lei de Bases do Património Cultural começa por esclarecer como conceito de património cultural *todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial protecção e valorização, e que reflitam valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, ampliando o conceito de modo a abarcar (...) quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.* (artigo 2.º, n.ºs 1, 3 e 6)

São estes pressupostos legais que, em princípio, definem os limites dos bens culturais a inventariar e que também adotámos no contexto em análise,

mesmo sabendo-se que um inventário nunca está concluído, mas que é antes, um processo em permanente atualização, admitindo, portanto, em qualquer altura a inclusão de novos bens culturais. Devendo existir a preocupação de não inventariar bens cujo valor cultural seja passível de discussão, sob pena de abrir caminho para um futuro abatimento no inventário, desses mesmos bens, procedimento extremo a evitar a todo o custo.

No entanto, para melhor se compreender a extensão do conceito de património imaterial ou intangível, importará atentar na definição que é dada pela *Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO (Paris, 17 de outubro de 2003): *Entende-se por 'património cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências - bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados - que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural (...)* (artigo 2.º, n.º 1)

Podemos ainda constatar que as Santas Casas são, pela sua missão social secular, detentoras de vastíssimo e inigualável património, associado a vários rituais e manifestações de cariz religioso (procissões, romarias, festas, etc.), que ao longo dos tempos vão sendo passados de irmão para irmão, contudo não havendo registo concreto e fidedigno, alguns dos rituais inerentes ao património imaterial vão-se perdendo.

Ainda a propósito da importância do inventário, importará referir que, como instrumento de conhecimento e de salvaguarda do património que pertence a todos nós, conforme é estabelecido na supracitada Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (designadamente no seu artigo 11.º), todos os cidadãos têm direito à fruição do património cultural, competindo igualmente a todos a responsabilidade de o preservar, defender e valorizar, dever esse que incumbe, mais diretamente, aos respetivos detentores e proprietários.

Sucedendo que, como ficou dito, somente é possível conservar o que é conhecido, e que esse conhecimento rigoroso, sistemático e exaustivo do património – em qualquer das suas expressões – depende diretamente do inventário, sendo o regime patrimonial de inventário, ou inventariação,

precisamente a forma de proteção mais básica prevista na lei vigente, abrangendo todos os bens culturais, *independentemente da sua propriedade pública ou privada* (artigos 16.º e 19.º). No caso das Misericórdias, estamos em presença de bens propriedade de pessoas coletivas privadas, sendo que, como já referido, em muitos casos os inventários do património cultural das Santas Casas são feitos com o apoio financeiro público e tendo por objetivo maior a sua difusão *on-line*.

*Se La documentacion es fundamental para el trabajo del conservador, y es utilizada como una fuente básica de información sobre la colección*¹⁸. (FERNÁNDEZ, 2013: 159), o mesmo se passa relativamente a todos os bens culturais, que se encontram em contexto extra-museológico, pois sem um inventário científico e desenvolvido¹⁹, não será possível gerir os acervos e assegurar a sua devida conservação, quer de um ponto de vista estritamente físico e de estabilidade dos materiais, quer ainda no sentido de conhecer a localização exata dos objetos, prevenindo, deste modo, eventuais furtos ou roubos, assim como, mantendo os bens culturais em condições ambientais estáveis e que lhes sejam adequadas. Quando o inventário é inexistente, não é criterioso ou está desatualizado, ficam naturalmente comprometidas todas as restantes funções que implicitamente estão adstritas aos detentores e proprietários dos bens culturais, entre as quais se contam o dever de preservação, mas também o de estudo e de divulgação devida desse património cultural, para além de que, é o inventário que permite ainda demonstrar a propriedade dos bens culturais dele constantes e acumular toda a informação

¹⁸ *A documentação é fundamental para o trabalho do conservador, e é utilizada como fonte básica de informação sobre a coleção.*

Tradução livre

¹⁹ *Por inventário científico ou desenvolvido entende-se, para além da mera compilação de dados físicos sobre os objetos (n.º de inventário, dimensões, marcas, materiais e técnicas, inscrições e assinaturas, imagens, etc.) a recolha de informações complementares mas essenciais ao conhecimento e à gestão dos bens, nomeadamente, historial, leitura e interpretação de marcas, bibliografia específica sobre cada um dos bens inventariados, participação dos mesmos em exposições e outras cedências temporárias, etc. Este é, aliás, o modelo de inventário museológico preconizado e exigido pela Direção-Geral do Património Cultural, até mesmo em contexto de credenciação dos museus pela Rede Portuguesa de Museus, conforme expresso nos diversos cadernos de Normas de Inventário publicadas desde 1999 pelos organismos do Ministério da Cultura com competências em matéria de salvaguarda do património cultural móvel de valor histórico-artístico. (FREITAS & PINHO, 2000: 15)*

que foi sendo reunida sobre os mesmos, ou seja, permitir uma gestão eficaz e eficiente dos acervos em causa (STIFF, 2007: 2).

Em suma, entendemos que um inventário realizado em moldes científicos é um instrumento fundamental para a proteção do património cultural, sem o qual se torna impossível salvaguardar o mesmo.

Esse inventário, que se pretende ser o mais completo e rigoroso possível, deverá estar em permanente atualização, de modo a acompanhar a própria progressão do trabalho de investigação que venha a ser produzido dentro ou fora da respetiva instituição detentora ou proprietária (em contexto académico, por exemplo), assim como, a produção de informação que é frequentemente gerada quando os objetos são cedidos para fins expositivos, entre outros.

Mais, para que o legado patrimonial às gerações vindouras possa ser assegurado com o maior rigor, o inventário não pode esgotar-se na dimensão estritamente física dos objetos, mas deve também abranger o que de intangível aqueles compreendem, e que, verdadeiramente, lhe dão todo o seu verdadeiro significado.

Esta tem sido a preocupação subjacente ao trabalho que a UMP tem vindo a realizar nos últimos anos, com o objetivo de salvaguardar um legado único e enriquecedor do património português, contribuindo para a preservação da memória coletiva e da identidade de um povo. É importante referir uma vez mais, que com a realização de inventários, muitas Misericórdias criaram museus ou núcleos museológicos para dar a conhecer o seu património à comunidade local. Sendo disso exemplos as Misericórdias²⁰

Sobre os mesmos critérios e propósitos assentou a inventariação do património cultural móvel e integrado da SCMM, que realizámos em sede da presente dissertação, conforme expresso nos próximos capítulos.

²⁰ Santa Casa da Misericórdia de Tavira, de Vila do Conde, de Viana do Castelo, de Amarante, de Póvoa de Lanhoso e de Beja.

Parte II - A Santa Casa da Misericórdia de Monchique e o seu património artístico

1. A Santa Casa da Misericórdia de Monchique

O Algarve, situado mais a sul de Portugal, é a região mais meridional do país, que congrega o litoral, a serra e a sub-região intermédia, designada por barrocal. Correspondendo ao distrito de Faro, o Algarve é dividido geograficamente em duas partes - usando dois termos náuticos: o Barlavento (Sagres, Lagos, Aljezur, Portimão, Monchique, Lagoa, Silves e Albufeira) e o Sotavento (Loulé, Faro, São Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Castro Martim e Vila Real de Santo António) (CAPELA, 2012: 18).

A presente dissertação incide sobre Monchique - dita *montanha sagrada* e cuja sede de concelho é a vila homónima - que se situa no interior algarvio, e é constituída por 3 freguesias: Monchique, Marmelete e Alferce.

Monchique encontra-se na serra mais alta do Algarve, tendo, assim, uma vista privilegiada por toda a região, criando ainda uma barreira entre o Alentejo e o Algarve (DIONISIO, 1927:281). Esta vila tem uma serra única, com uma fauna e flora diversificadas, devido ao seu clima e, embora hajam algumas plantações de eucaliptos, existem terrenos não explorados e espécies únicas, ainda por estudar. A serra é conhecida e explorada pelo Homem há vários séculos, existindo ainda, espalhados pela mesma, vestígios da passagem de diversos povos que ali habitaram, traduzidos em testemunhos materiais mais ou menos conhecidos e divulgados.

O verão de 2018 ficará para sempre marcado por um incêndio de grandes proporções que deflagrou na serra de Monchique e que devido às características do terreno, bem como, às condições meteorológicas, foi difícil de controlar, tendo levado vários dias, até ter sido dado como extinto, após já ter sido queimada uma vasta área de serra, casas de habitação, e ainda negócios ligados à exploração da terra e turismo.

Este incêndio chegou mesmo às portas da vila de Monchique, ameaçando não somente os seus habitantes, mas também muito do seu património cultural, tendo mesmo havido a probabilidade de atingir a Igreja da Misericórdia. Se tal tivesse acontecido, o inventário que realizámos e que serve de suporte à presente dissertação, teria assumido uma relevância incontornável e imediata, uma vez que este constitui o único levantamento atualizado e tendencialmente exaustivo de todos os bens culturais móveis de valor histórico-artístico, existentes naquele templo e pertencentes à SCMM.

As Caldas de Monchique sempre foram muito conhecidas e exploradas, devido às suas águas com características curativas, e já no período do Império romano foram construídas as termas, sendo uma zona que tem ganho importância ao longo dos séculos, historicamente sabe-se que vários reis, como D. João II, D. Manuel I e D. Sebastião, foram passar longas temporadas nestas termas, para se curarem das suas maleitas.

Monchique, considerada vila²¹ a 16 de janeiro de 1773, por D. José I, é atualmente uma mistura de modernidade e ruralidade, muitas das casas são revestidas por sienito nefelínico²², rocha muito comum nesta zona, sendo também a calçada feita desse material, dando um toque escuro à paisagem da vila, em contraste com as casas de características algarvias, caiadas de branco.

Segundo a tradição, D. Sebastião aquando da sua visita à região em 1578, ficou tão estupefacto com a beleza da região, devido às suas riquezas de recursos naturais (lã, linho e madeira de castanheiro), bem como, com a população que os explorava, que quis conceder-lhe o estatuto de vila, contudo as vilas vizinhas não o permitiram²³, Monchique só terá sido elevada a vila cerca de dois séculos mais tarde.

²¹ Separando-se assim do concelho de Silves

²² Rocha muito comum na serra de Monchique, esteticamente parecida ao granito.

²³Dados constantes do website Câmara Municipal de Monchique – Município. Disponível em <<http://www.cm-monchique.pt/pt/menu/186/compendio-historico.aspx>> [consult. em 22 de janeiro de 2018]

Senhora do Desterro situa-se no cimo da vila, tendo igualmente sido ameaçado pelas chamas do trágico incêndio de 2018.

Na freguesia de Marmeleite encontra-se a respetiva Igreja Matriz e a Capela de Santo António, enquanto na freguesia de Alferce merece ainda destaque a Igreja Matriz, os edifícios de valor cultural que ilustram a riqueza do património algarvio, demonstrando que o Algarve não é somente praia e litoral, mas que existe um interior com uma identidade própria e vários séculos de história, embora ainda não esteja devidamente difundida e explorada turisticamente.

Apesar de serem escassos os pelourinhos que no Algarve chegaram até aos nossos dias, sabe-se que existiu um pelourinho em Monchique, mesmo na praça da Misericórdia, até 1820,²⁵ símbolo de poder e sinónimo da autonomia jurídica da vila (GASCON, 1993: 172). Atualmente o pelourinho já não existe por ter sido destruído, os poucos fragmentos de que temos conhecimento encontram-se guardados na Câmara Municipal de Monchique. Diz a tradição que, se a bandeira real saísse quando alguém estivesse a ser julgado no respetivo pelourinho, aquele era perdoado dos seus crimes.

A primeira Misericórdia surge em 1498, em Lisboa, fundada por D. Leonor de Lencastre quando esta foi regente, no reinado de D. Manuel I, sendo uma Confraria dedicada à assistência aos mais desfavorecidos.

Em 1516, surgiu o primeiro *Compromisso* impresso, que permitiu um aumento na criação das Misericórdias por todo o país, sendo que todas tinham que se reger por aquele *Compromisso* das Santas Casas, cuja base são as 14 obras de misericórdia, 7 espirituais e 7 corporais, como segue: *E Pois o fundamento desta sancta confraria e jrmadade he cumprir as obras de misericordia. he neçessario de saber as ditas obras As quaes som quatorze. a saber. sete sprituaes e sete corporaes. - As sete sprituaaes som as seguintes. a saber. -A primeira he. Ensynar os simprezes. -A segunda he Dar boom*

²⁵ Os pelourinhos são sempre colocados num local central, onde se concentrava o poder, e em Monchique, esse núcleo urbano central era delimitado pela antiga câmara, localizada na Rua Açougue, a Igreja Matriz e a Igreja da Misericórdia.

conselho a quem o pede. -A terçeyra he. Castigar com caridade os que erram.- A quarta he. Consolar os tristes desconsolados. - A quinta he. Perdoar a quem nos errou. -A sexta he Sofrer as injurias com paciencia. -A septima he rogar a deus pollos viuos e pollos mortos. -E as sete corporaes som as seguintes. a saber. -A primeira he. Remijr catiuos e visitar os presos. -A segunda he. Curar os emfermos. -A terceira he. Cubrir os nuus. -A quarta he. Dar de comer aos famintos. -A quinta he. Dar de beber aos que ham sede. -A sexta he. Dar pousada aos peregrijs e pobres. -A septima he. Enterrar os finados. (MONTENEGRO, 2016: 117)

No supracitado *Compromisso* de 1516, é referido que as misericórdias têm de possuir uma bandeira (ou pendão) que deve sair em todos os atos, razão pela qual aquele bem é o símbolo da Irmandade²⁶.

Mais tarde, o uso da bandeira volta a ser referido no *Acórdão de 15 de Setembro de 1576*, do *Livro de Acórdãos de Misericórdia*, sendo que neste caso a descrição é feita com maior detalhe sobre a iconografia da bandeira, havendo referência à personagem Frei Miguel Contreiras (religioso da Santíssima Trindade), como instituidor: *De commum acordo, e unanime consentimento determinámos que no pintar das bandeiras esteja de huma parte a Imagem de Christo nosso Redemptor, e da outra a Santissima Virgem, Mãi de Misericordia. À sua mão direita hum Papa, hum Cardial, e hum Bispo, como cabeça da Igreja Militante, e hum Religioso da Santissima Trindade, grave, velho, e macilento, de joelhos, e mãos levantadas, com estas letras, F.M.I., que querem dizer, Frei Miguel Instituidor; e da parte esquerda da mesma Senhora, hum Rei, e huma Rainha, em memoria do inclito Rei D. Manoel, e da Rainha D. Leonor, como primeiros Irmãos desta Irmandade: mais dous velhos graves, e devotos, companheiros do Veneravel Instituidor, e aos pés da Senhora algumas figuras de miseráveis, que representem os pobres* (SERRÃO,2011: 643)

Posteriormente, o *Alvará* de 26 de abril de 1627, vem reformular a iconografia e ordena o seu cumprimento por parte de todas as Irmandades,

²⁶ (...) *E pera hyrem com os justicadis segundo adiante sera declarado. E auera huu pendan que tenha d ambas as partes a ymagem de nossa senhora de misericordia pintada. Que estará em hua astea grande com hua cruz de paa em cima: pera hyr diante da misericordia em todos os autos quando for ordenado. E auera hua campã manual pera chamamento da gente: sem a qual nunca a dita confraria sayra.*(MONTENEGRO, 2016: 130)

mesmo que para isso se tenham de emendar todas as bandeiras. A continuação do aparecimento de Frei Miguel Contreiras nas bandeiras reais, beneficia Filipe II pois a supracitada ordem religiosa é espanhola, mostrando assim que as Santas Casas foram fundadas por um espanhol.

Com a Restauração de 1640, muitas Santas Casas retiraram a inscrição “FMI” (Frei Miguel Instituidor) das bandeiras, mas ainda é possível encontrar bandeiras com a imagem do Frade e as referidas iniciais. Sobre esta questão e a figura de Frei Miguel Contreiras existem muitas teorias, mas nenhuma tem consistência e fundamentação inabalável, pelo que não passam de meras hipóteses que não nos cumpre extrapolar no âmbito da presente dissertação, por se tratar de um assunto algo marginal ao tema em estudo. Importante será referir que as Santas Casas são identidades autónomas, que têm o objetivo de auxiliar os outros.

O património que as Santas Casas nos oferecem tem tudo a ver com a missão que desenvolveram e ainda desenvolvem no presente, mas podemos ter um olhar mais *poetizado* deste património, dividindo-o em três tipos: o património de fé (arte sacra), o património de amor, relacionado com os cuidados de saúde que são dados aos que mais precisam e, por último, o património de afeto, que agrupa as doações que são feitas às Misericórdias, como símbolos do apreço e da gratidão que as pessoas têm pela ajuda que essas instituições prestam aos mais necessitados. Podemos, ainda, dividir este universo cultural em i) património artístico nuclear, feito perante os requisitos da instituição encomendadora e maioritariamente associados à arte sacra; ii) património artístico associado, feitos ou não pela instituição (arte sacra comum e medicina) e iii) património artístico circunstancial, constituído por doações (LAMAS & MORGADO, 2012: 18).

O património nuclear, que é constituído unicamente para servir a realidade das Misericórdias, é composto por objetos únicos que não encontramos noutros locais religiosos, entre os quais bandeiras - sendo este o bem mais identificativo de cada Misericórdia -, cadeirais, cofres, selos, tribunas, sepulturas, carretas, panos de esquife, varas, tochas, matracas, umbelas, lanternas, cinturões,

andores, pálios, cruzeis senhor morto, imagens do Senhor dos Passos, retratos de benfeitores, entre outros.

A variedade deste património único e fascinante que nos conta a história secular destas Santas Casas - apesar de algumas peças serem específicas de algumas Misericórdias – permite-nos concluir que existe um padrão comum, isto é, que os bens culturais móveis inscrevem-se, invariavelmente, num dos três grandes tipos acima mencionados, padrão que iremos também encontrar na SCMM.

1.1. O património cultural da Santa Casa da Misericórdia de Monchique

As Misericórdias, Irmandades de leigos unidos pela mesma fé, e mobilizados em prol da caridade fraterna, são um tipo de instituição que teve enorme importância social, ao longo dos séculos. Para além das obras de carácter eminentemente social e solidário, as Misericórdias apresentam-se-nos, hoje em dia, como entidades detentoras de um vasto património de grande valor cultural, arquitetónico, histórico-documental, simbólico e identitário²⁷.

Devido ao despacho de D. Manuel I, de 14 de março de 1499, no sentido de todas as cidades e vilas criarem Confrarias da Misericórdia (VIEIRA & LACERDA, 2010:19)²⁸, assistiu-se a um crescimento exponencial de património arquitetónico por todo o país, patrocinado por aquelas instituições.

As Misericórdias assumiram, também, um papel importantíssimo na proteção das comunidades, bastando para tal recordar o facto de que, em casos de catástrofes naturais, se a Igreja Matriz fosse destruída, seria a Igreja da Misericórdia que passaria a acolher todas as cerimónias, tal como aconteceu em Monchique, Tavira, Alcantarilha e Aljezur, na sequência do terramoto de 1755.

O Algarve foi, precisamente, uma das regiões do país que sofreu grandes tremores de terra ao longo dos anos, os quais foram degradando o património das Misericórdias aí situadas, conseqüentemente, grande parte desse património acabou por não sobreviver até aos dias de hoje.

A localização das Igrejas da Misericórdia é reveladora da sua relevância na sociedade, pois foram construídas no centro das localidades, perto dos locais e das instituições mais importantes, como a Igreja Matriz. Existindo vários locais

²⁷ Informação retirada: DGPC, Kits-Património Kit06 Igrejas da Misericórdia, IHRU /IGESPAR. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/inventario/kit06.pdf, p.7[consult. 13 de março de 2018]

²⁸ Este despacho régio surge no ano seguinte ao da criação da primeira Santa Casa da Misericórdia em Portugal, por ação da rainha D. Leonor, em 1498.

onde é possível constatar tal facto, como por exemplo, em Silves, em Alcantarilha e em Albufeira.

Atualmente existem 23 Misericórdias em todo o Algarve, muitas das quais são bastante antigas e outras nem tanto, como é o caso da Misericórdia de Armação de Pêra, fundada em 1982²⁹. São ainda relativamente recentes, conforme referido no livro *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968: 365), a Misericórdia de Vila do Bispo, fundada em 1954, e as Misericórdias de Olhão e de Vila Real de Santo António, que não possuem património artístico relevante.

É importante entender que muitas das Misericórdias que foram surgindo já existiam, embora com o nome de Confraria, ou seja, designando um grupo de pessoas com o mesmo objetivo de vida e de religião comum, tornando-se, por vezes, difícil conseguir-se datar com precisão a criação das Santas Casas.

Muito embora erigidas em diferentes épocas, as igrejas das Misericórdias têm algo em comum na sua estrutura, características que estão também patentes na Igreja da Misericórdia de Monchique: templo de planta retangular, de nave única com capela-mor demarcada, fachadas simples com frontão, o interior mais rico que o exterior, onde coabitam vários materiais e técnicas artísticas, como retábulos de talha dourada, pinturas sobre tela, painéis de azulejos e imagens sacras, que traduzem materialmente a mensagem e o significado. Existem ainda Misericórdias que têm anexado a Sacristia, Sala de despacho e Hospital³⁰.

Apesar de ser incerta a data da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Monchique, existem diversas pistas que podem indiciar a sua antiguidade, embora nem todos os autores, que se debruçaram sobre o tema, sejam unânimes. Costa Goodolphim, por exemplo, afirma que a SCMM foi fundada à

²⁹ Veja-se, a propósito, o website da Santa Casa da Misericórdia de Armação de Pera - A Instituição, Disponível em <<http://scmap.weebly.com/a-instituiccedilatildeo.html>> [consult. 12 de março de 2018]

³⁰ Informação retirada: DGPC, Kits-Património Kit06 Igrejas da Misericórdia, IHRU /IGESPAR, Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/inventario/kit06.pdf> , p.117 [consult. 13 de março de 2018]

data de 7 de abril de 1745, no livro *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968: 283), baseando-se para tal nas características que o imóvel apresenta, a nível arquitetónico e decorativo, escrevendo a propósito: *Foi fundada esta Misericórdia em 7 de abril de 1745, e rege-se ainda pelo compromisso de Lisboa, por autorização dada pelo santo officio, do ordinário e do paço em 1745 (...). Socorre os doentes no seu hospital, distribui esmolas, e tem o encargo das festas a Santa Izabel e Nossa Senhora das Dores. O hospital tem duas enfermarias.* (GOODOLPHIM, 1897: 203)

Relativamente à Misericórdia de Monchique, ainda não foi possível chegarmos a uma data concreta da sua fundação, criada por volta do século XVI (início ou meados), atendendo ao episódio da cópia de um manuscrito original alusivo à Misericórdia de Monchique, datado de 1594, conforme relatado na obra *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968:283)³¹.

Também o estudo e o levantamento documental feito no âmbito da coleção *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (PAIVA, 2005: Vol. 4, 311), produzida pelo Centro de Estudos de História Religiosa e editada pela UMP, vieram comprovar que a fundação da SCMM é anterior a 1580.³²

³¹ *Em 1594, o escrivão da Santa Casa era encarregado pelo provedor Joam Álvaro, o Velho, de “Novam tresladar e emendar o livro do número da irmandade por estar o livro velho em (?) e portanto moadou a nós Luis Allvez q ho treslladase”. A indicação do livro estar velho, pode levar-nos, sem grande erro, a situar a instituição da irmandade no primeiro quartel do séc. XVI (...)* (PINTO & PINTO, 1968:283)

³² *Anterior a 1580 - Monchique – Os dados disponíveis para fomentar a existência da Misericórdia de Monchique neste período, isto é antes de 1580, podem merecer alguma discussão. Goodolphim propusera a data de 1745, mas há vestígios muito anteriores a esta data. O documento mais remoto que refere a Misericórdia são umas folhas soltas de um Livro dos irmãos da Irmandade, já indicado por Maria Helena Pinto e Vítor Pinto e actualmente conservado no Arquivo da instituição. Lá pode ler-se que se tratava de um traslado mandado fazer pelo provedor, porque o original já estava velho: “Livro do numero da irmandade de ... de Monchique que aguora novamente treslladp e emef[endo] por mandado do provedor Joam Alv[aro] por estar o livro velho... e portanto moadou a nos Luis Alvares que ho tresladase. O qual eu tresladey como escrivão da Caza bem fielmente, ho asyney com ho dito provedor e tesoureiro e outros irmãos que presentes estavam, aos dezanove dias do mês de Julho de mil quynhentos e noventa e quatro annos”. Ora, se em 1594, o livro dos irmãos já estava tão velho que reclamava um traslado é porque a Confraria já teria alguns anos. Não é, portanto forçado conceder que ela já existiria antes de 1580.* (PAIVA, 2005: Volume 4, 11)

A atual igreja e o hospital³³ que lhe está adossado pela cabeceira, data do século XVII, tendo em consideração a documentação seiscentista que se conhece.

A Igreja da Misericórdia de Monchique já se encontra inventariada, constando na base de dados do Estado, como é o caso do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), originalmente criado pelo IRHU com o objetivo de dar a conhecer, salvaguardar e valorizar o património arquitetónico português³⁴, sistema que é atualmente administrado pela Direção-Geral do Património Cultural.

O templo da SCMM que chegou até nós, revela, pela sua traça, ter começado a ser construído no século XVII, com uma decoração de estilo maneirista, atualmente dispõe de duas volutas e um frontão arredondado, no frontispício. No lado esquerdo do imóvel existia uma torre sineira, que foi destruída em 1754, para alargamento da rua, medida fundamental para assegurar uma boa circulação de veículos, tendo aquela sido reconstruída nas traseiras do edifício, onde ainda existe um pequeno sino. Ao longo dos tempos muitas foram as obras que o hospital e a igreja sofreram, tanto a nível arquitetónico como a nível da decoração no interior do templo³⁵.

³³ Conforme SIPA- Igreja da Misericórdia de Monchique (...) 1602- *Escritura de compra de uma casa para se construir o Hospital, que confrontaria com a igreja da Misericórdia*; 1639- *Primeira notícia acerca da existência do Hospital(...)* Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=10512> [consult. 5 de outubro de 2018]

³⁴ Consulte-se, para o efeito. Aquele sistema de informação em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8>

³⁵ 1732- *Feitura do Retábulo-mor, da autoria Custódio de Mesquita*; 1732-1773- *Pinturas do retábulo-mor e de outros altares, bem como da tela que fecha a boca da tribuna do retábulo-mor*; 1733- *Transferência da entrada para a sala de despacho, que passou a fazer-se pelo o exterior da igreja*; (...) 1740- *A capela-mor ameaça ruína*; 1743- *Nota de despesa, dando conta da ação de pedreiros que rebaixaram o portal e conserto do telhado*; 1747-1752- *Obras de conservação da abobada da capela-mor*; 1752-1753- *Acréscimo do retábulo-mor*; 1753- *Mestre Pedro da Silva trabalha nos confessionários e constrói a primeira tribuna para a irmandade*; 1754- *Construção da torre sineira, que enquadrava a igreja pelo lado norte*; 1760-1765 – *construção da balaustrada da tribuna dos Irmãos, obra do Mestre António Rodrigues (...)* (SIPA- Sistema de Informação para o Património Cultural- Igreja da Misericórdia de Monchique. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=10512> [consult. 7 de outubro de 2018]



Figura 2: Fotografia da Igreja da Misericórdia de Monchique (fotografia antes de 1754); António Maria Callapez; Séc. XX; fotografia p/b; 41x41x2; N° Inv.: SCMM88;



Figura 3: Fotografia do aspeto da rua de Monchique antes da destruição da torre sineira da Igreja da Misericórdia; António Maria Callapez; Séc. XX; fotografia p/b; 41x41x2; N° Inv.: SCMM89

Podemos fazer uma divisão dos diferentes monumentos de construção pelo qual a Igreja da SCMM passou ao longo do séc. XX, assim, na década de quarenta, a demolição da torre sineira e construção do campanário, na década de oitenta, restauros feitos na Igreja no seu interior (alteração do chão, construção das casas de banho), na década de noventa, o antigo hospital é transformado em Centro de dia.



Figura 4: Fachada principal da Igreja da Misericórdia de Monchique na década de 1960; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968:295)



Figura 5: Fachada principal da Igreja de Monchique, à data atual; ©Eduardo Jacinto



Figura 6: Cruzeiro; Autor desconhecido; Séc. XIX; Calcário; 278x127; N^o Inv.: SCMM61; ©Eduardo Jacinto

Na fachada da Igreja podemos ver algumas alterações pelas quais passou, ao longo dos tempos, mais precisamente, desde 1968 até ao presente, podemos verificar que existiram algumas alterações pontuais na fachada principal da Igreja: foi retirada a grade da janela de sacada e adicionado, no lado esquerdo da fachada, o brasão da Misericórdia, como podemos constatar através da comparação das figuras supra (Figs. 4 e 5).

À Misericórdia de Monchique está associado um cruzeiro – que serve para identificar um local sagrado – situado junto à entrada do respetivo Centro de dia, sendo, aliás, comum, as Misericórdias terem cruzeiros (algumas até possuem mais do que um), especificamente, o da SCMM é um cruzeiro pétreo, em forma de cruz latina, que assenta numa base quadrangular. A informação que obtivemos da comunidade local, sobre este cruzeiro, foi de que se trata de uma reprodução do que existiria, tendo sido construído com parte da pedra característica do original.

No interior da Igreja, várias foram as campanhas de obras feitas ao longo dos anos: na nave única, com uma capela-mor separada por um arco de volta perfeita, existia, no lado esquerdo, acesso direto ao púlpito, e no lado direito, passagem para a sacristia. Existem quatro arcos recuados onde se encontram os quadros e dois retábulos. No arco triunfal encontra-se gravada a data de 1821, referente a obras que foram efetuadas.



Figura 7: Altar-mor da Igreja da Misericórdia de Monchique; Custódio de Mesquita; Séc. XVIII; Madeira; 520x396; N° Inv.: SCMM19; ©Eduardo Jacinto

O altar-mor, de talha barroca, foi intervencionado várias vezes; em 1732

interveio no restauro do retábulo Custódio de Mesquita, *Mestre entalhador com oficina aberta em Monchique, que terá provavelmente executado o retábulo da capela-mor da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Monchique. Sendo, porém, certo que em 1732, realizou uma pequena intervenção neste retábulo, ainda subsistente.* (LAMEIRA, 2009: 60)



Figura 8: Arco do Triunfo da Igreja da Misericórdia de Monchique, restauro de 1821; Autor: Clotilde Pratas

Em 1732, terá sido intervencionado o retábulo e sacristia e passados vinte anos, houve uma nova intervenção, onde foi feita uma pintura que tapa a boca da tribuna, tendo por tema a *Visitação*. Em 1747, foi ainda intervencionada a

capela-mor e o retábulo então retirado, mas mais tarde reposto, em 1751-52, tendo sido necessário um ajuste, praticamente impercetível devido à perícia do entalhador (PINTO & PINTO, 1968: 285). Podendo adiante ver-se (Fig.9), a tela *Visitação*, usada para tapar a tribuna; o retábulo com o escudo no centro; as colunas torsas. Atualmente, a tela encontra-se numa moldura, estando pendurada numa sala do Centro de dia.



Figura 9: Altar-mor da Igreja da Misericórdia de Monchique, década de 1960; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968: 296)

Existe, também, referência a dois dos altares laterais e retábulos atualmente colocados na Igreja da Misericórdia, que vieram do Convento Franciscano de Nossa Senhora do Desterro (LAMEIRA, 1997: 132) reproduzidos a seguir (Figs. 10 e 11).



Figura 10: Altar lateral, proveniente do antigo Convento de Nossa Senhora do Desterro; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 530x230; Nº Inv.: SCMM124; ©Eduardo Jacinto



Figura 11: Altar lateral, proveniente do antigo Convento de Nossa Senhora do Desterro; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 530x280; Nº Inv.: SCMM20; ©Eduardo Jacinto

São, uma vez mais, os autores da obra *As Misericórdias do Algarve* que referem dois retábulos muito semelhantes, colocados nos arcos cegos da Igreja da Misericórdia, datados de 1764, e doados pelo Reverendo Vigário da Vila de Monchique, o *retábulo da Sagrada Família*, do Convento Franciscano de Nossa Senhora do Desterro (Pinto & Pinto, 1968:286). Como podemos ver, são retábulos bastante semelhantes, com talha e marmoreado, decorados com elementos assimétricos e com fundo de pano de damasco vermelho, onde antes teriam uma pintura sobre tela, representando, respetivamente a *Virgem das Sete Dores* e o *Menino Jesus Profetizando*, tema iconográfico bastante invulgar de se encontrar nas Misericórdias e na arte sacra, em geral, simbolizando o anúncio do Novo Testamento. Atualmente, estas duas telas encontram-se em molduras expostas na nave da Igreja, constatámos, contudo, que a transferência e realocação das duas pinturas não se encontra descrita em nenhum

documento, mas são as pessoas da Misericórdia que se recordam das telas ainda colocadas nos retábulos.

Mais recentemente, foi destruído o coro³⁶ por estar degradado, na sequência da obra foi construído um arco, em 1985, a tapar metade da janela (Fig.12).



Figura 12: Igreja da Misericórdia de Monchique, arco datado de 1985, onde originalmente se situava o coro; Autor: Clotilde Pratas

Na construção original era possível aceder ao púlpito através da torre sineira, o que atualmente já não é possível, devido à destruição desta, como já referido, sendo, atualmente, a porta que dava acesso à torre sineira, um armário onde se guardam as alfaias.

Num dos armários da sacristia encontra-se no seu interior a porta de acesso à bancada da Irmandade (Fig.13).

No *Livro das despesas* da SCMM é referido, que em 1778, foi feita uma encomenda de um *quadro novo*, o que poderá ser uma referência a um dos quadros, como os da *Virgem das Sete Dores* ou da *Sagrada Família* (PINTO & PINTO, 1968: 285), muito embora seja impossível determinar com exatidão, a que pintura se reporta aquele documento.

³⁶ A última obra de marcenaria mandada fazer pela Mesa, foi o coro alto. Retirado o antigo, por ameaçar ruína, substituiu-se por outro, também de madeira, mas sem menos beleza e de ridículo acesso por uma escadinha lançada a partir da tribuna dos Irmãos. (PINTO & PINTO, 1968: 286)



Figura 13: Acesso à Bancada dos Irmãos; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968: 297)

A porta original de acesso à bancada era decorada com os mesmos elementos do púlpito, tendo sido substituída, porventura aquando de uma campanha de obras na Igreja, pela porta banal e sem qualquer decoração, que hoje ali se encontra.



Figura 14: Igreja da Misericórdia de Monchique - aspeto atual da Bancada dos irmãos; Mestre Pedro da Silva/ Mestre António Rodrigues; Séc. XVIII; Madeira; 247x848x130; N^o Inv.: SCMM27; ©Eduardo Jacinto

Na mesma ocasião, o chão de mosaicos e as mísulas serviam para suportar a estrutura não existente, que anteriormente eram pilares de madeira como podemos ver na Figura 14.

A sacristia possui, até hoje, um arcaz onde se encontrava guardado o arquivo da SCMM³⁷, em boas condições para ser consultado, o que atualmente não acontece.

Na Igreja existe um património artístico diversificado, crucifixos de vários tamanhos e épocas, os retábulos, pinturas, imagens de roca, bandeiras entre outros. Na sala de despacho (Fig.15), onde se reúnem os irmãos, encontram-se guardados em armários, missais, sinos, cálices, medalhas, matracas, entre vários outros objetos de culto. Num outro armário envidraçado, o que não será o mais recomendado para uma boa conservação das peças têxteis, encontram-se expostos os paramentos, como as casulas e as opas, que já não são usadas, colocadas verticalmente em cruzetas³⁸. Junto a uma parede encontram-se as bandeiras, estando as mesmas com vários rasgões e com o verniz oxidado.



Figura 15: Sala de despacho da Igreja da Misericórdia de Monchique; ©Eduardo Jacinto

³⁷ *Entre os documentos do arquivo, de interesse para o inventário artístico e histórico da Misericórdia de Monchique, folheámos os livros de despesas, os tombos, e os livros de atas, tendo encontrado notícias desde o final do séc. XVI. Uma parte importante da prova da atividade da Santa Casa, tanto em relação a obras, como à assistência a pobres e doentes, ou ainda à compra de objetos para embelezamento da igreja, encontra-se em folhas soltas ou em cadernos incompletos.* (PINTO & PINTO, 1968: 289)

³⁸ Cabides

Existe, ainda, um armário com frascos de medicamentos, da antiga farmácia, sendo interessante saber e constatar que esta instituição tem uma preocupação em guardar as suas memórias, apesar de, por vezes, não estarem nas melhores condições de acondicionamento.

Num armário (Fig.16) colocado junto a uma parede com humidade, encontram-se diversos livros e atas, isto é, espólio documental ainda por analisar e que anteriormente se encontrava bem-acondicionado na sacristia, mas que devido ao seu estado de conservação atual não nos foi possível consultar, pois o manuseamento destes exemplares iria, certamente, acelerar a sua degradação física. Quando este espólio for estudado e acondicionado, em conformidade com as boas práticas de conservação preventiva, toda a informação nele contida irá ser primordial, a fim de adicionar informação ao inventário iniciado no âmbito da presente dissertação.



Figura 16: Armário com espólio documental na sala de despacho; ©Eduardo Jacinto

Do lado direito da Igreja, quando se entra, existe uma sala de apoio aos atos (Fig.17) que ali se realizam, como os funerais ou as procissões, anteriormente esta sala era a antiga farmácia da Misericórdia.



Figura 17: Antiga farmácia da Misericórdia, modernamente convertida em sala de apoio;
©Eduardo Jacinto

O Centro de dia, anteriormente Hospital da Misericórdia, encontra-se, nos dias de hoje, encerrado. Trata-se de um edifício de 3 pisos, existindo, no primeiro piso, uma sala ampla, no segundo, uma sala grande para reuniões, e no último, uma zona de repouso onde se encontram vários bens culturais que foram inventariados no âmbito deste estudo. Como podemos ver na imagem anterior (Fig.9) o altar tinha uma teia³⁹ ou balaustrada de capela-mor em madeira, a qual foi retirada, adaptada e recolocada no Centro de dia, na sala de reuniões (Fig.18). Apesar da balaustrada não ter grande valor estético é interessante entender o modo como a instituição funciona e como olha para os seus bens culturais, pois é prática comum os funcionários da SCMM alterarem os locais originais, onde estavam os bens para os colocar em áreas secundárias, como forma de reaproveitamento de materiais.

Este tipo de atitude - fundada na intenção de melhorar a estética do local, sem contudo atender ao risco de descontextualização dos bens - é comum nas Misericórdias, portanto, não apenas em Monchique, o que requer um *olhar crítico*

³⁹ Está incluída no inventário que realizámos.

por parte dos inventariantes, de modo a identificarem quais os bens que foram removidos dos seus locais originais. Situação análoga à da teia, sucedeu com a porta de acesso ao púlpito que, por ser esteticamente mais bonita, foi transferida para a sala de acesso à sala de apoio.



Figura 18: Teia do altar-mor, recolocada na sala de reuniões do Centro de Dia da Misericórdia de Monchique; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 18x380x8 N.º Inv.: SCMM119; ©Clotilde Pratas

No Centro de dia da SCMM existem ainda vários retratos de benfeitores que, apesar de questionarmos o seu valor intrínseco, incluímos neste estudo e no correspondente inventário, devido ao seu valor de memória e ao significado que os mesmos tiveram para a Misericórdia, respeitando, assim, quem foram, o que fizeram e o que generosamente doaram a uma instituição por natureza solidária e filantrópica. Também no piso superior do mesmo edifício se encontram expostas várias peças de ourivesaria, inventariadas, e outros bens que não têm relação direta com o culto religioso, e que não foram inventariados.

A SCMM possui um Hospital⁴⁰, construído no séc. XVII, junto à Igreja. Em 1681-82 houve um violento incêndio que danificou o edifício, sendo o mesmo refeito, posteriormente, em 1683. Já em 1965 foi encerrado definitivamente o

⁴⁰ A primeira notícia do hospital, encontrada no arquivo, é de 1639, data em que se começou a escrever o “Titulo de despesas” num livro para se inventariarem “as pessas que se entregarão aos mordomos Pedro Ramos, Ant^o Machado e Gregório Bentes (...)” (PINTO & PINTO, 1968: 290)

primitivo hospital, tendo o espaço sido reestruturado e inaugurado em 1993, como Centro de dia.

Entre 1920 e 1921, foi construído um novo Hospital da Misericórdia, que embora ainda seja propriedade da SCMM, é onde, atualmente, se encontra a funcionar o Centro de Saúde de Monchique. Note-se que a SCMM possui um espólio documental relacionado com o hospital, onde encontramos vários tipos de informação, desde as doenças ali tratadas, os nomes dos pacientes, mortes ocorridas, materiais comprados, etc., ou seja, importantíssimas fontes de informação histórica sobre esta instituição, a merecer, no futuro, um estudo aprofundado, porquanto nunca anteriormente realizado.

2. O acervo de valor museológico

Devido ao vasto património da SCMM e ao tempo de que dispúnhamos para desenvolver esta dissertação, escolhemos restringir o inventário somente ao património artístico/cultural de valor museológico.

Não foram, por isso, inventariados os fundos bibliográficos e arquivísticos da Santa Casa, que obedecem a diferentes critérios de catalogação. Naturalmente, fizemos ainda uma triagem tão rigorosa quanto possível, que nos permitiu distinguir os bens culturais dos demais objetos utilitários, que integram o património da SCMM.

Os bens que constituem este acervo, são de diferentes categorias e tipologias: têxteis, ourivesaria, metais, pintura, escultura, epigrafia, mobiliário, ciências médicas, utensílios e equipamentos e documentos gráficos, nesta última categoria só foram inventariados três missais, que se encontravam expostos num armário e já não estando em uso para o culto.

Todo este património encontra-se disperso pela Igreja da Misericórdia e pelas diversas salas que constituem esse edifício: a sala da antiga farmácia, sacristia, sala de despacho e o Centro de dia, anteriormente Hospital da Santa Casa da Misericórdia.

O inventário realizado no âmbito deste trabalho é *primário* e usámos esta designação por haver objetos que não foram incluídos, devido à incerteza de estes bens possuírem valor cultural material ou imaterial. Por não considerarmos lógico incluir bens que no futuro pudessem vir a ser retirados deste estudo (implicando o abatimento ao inventário, que é sempre um procedimento melindroso e a evitar), todos os que nos suscitaram dúvidas, não foram incluídos neste inventário museológico, que não pode nem deve ser confundido com qualquer outro inventário de existências pertencentes à SCMM.

Podemos dividir o património inventariado em dois tipos: património integrado e património móvel. Dentro do património integrado, considerámos todos os bens que fazem parte intrínseca da estrutura da Igreja da Misericórdia, e que lhe dão

conteúdo funcional e iconográfico, não sendo (em princípio) amovíveis: balaustrada ou teia, tribuna dos mesários, coro-alto, púlpito, arcaz, cadeiral, mesa de altar e retábulos. No nosso estudo a percentagem de património integrado é inferior ao do património cultural móvel, como podemos entender no gráfico.

Gráfico 2.-Património Cultural da SCMM

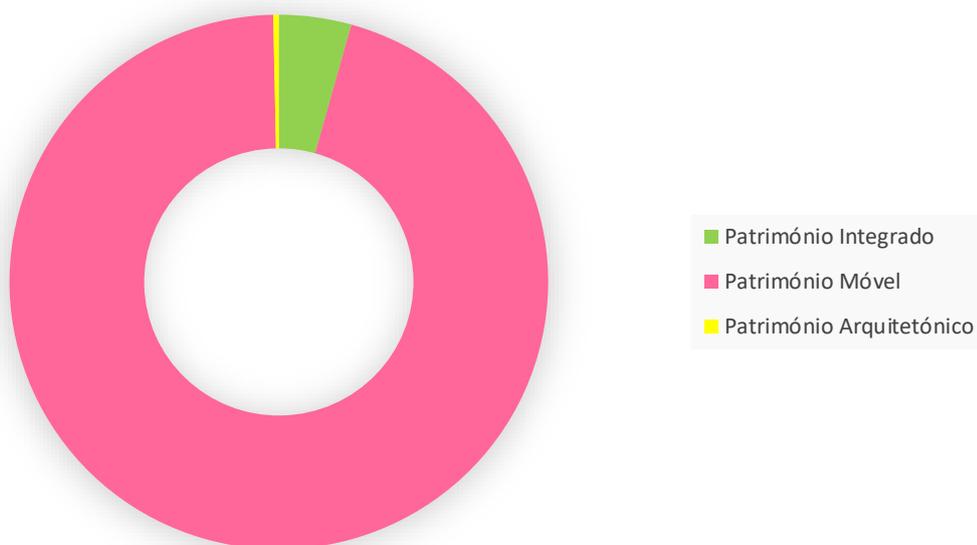


Gráfico 2: O património cultural da SCMM: (integrado; móvel; arquitetónico)

O património integrado da SCMM é constituído pelo retábulo-mor (inv. SCMM19), retábulos laterais (N^{os} inv. SCMM20; SCMM124), porta (inv. SCMM25), púlpito (inv. SCMM26), tribuna dos mesários (inv. SCMM27), arcaz (inv. SCMM46), lamparina de altar (inv. SCMM47), pias de água benta (N^{os} inv. SCMM108; SCMM109), lavabo da sacristia (inv. SCMM110), armário incorporado numa das paredes da sacristia (inv. SCMM114).

O único bem que se insere no conceito de património arquitetónico e que foi inventariado no âmbito do presente trabalho para fins de salvaguarda imediata, foi o cruzeiro (inv. SCMM61).

O património móvel é o grupo com maior número de peças inventariadas, com um total de 285 objetos das diversas categorias⁴¹. Podemos, assim, concluir que no inventário da SCMM, 94% do património inventariado é móvel, 5% é integrado e 1% é património arquitetónico.

Durante este processo de inventariação, toda a metodologia por nós usada foi de encontro aos normativos e boas práticas museológicas, nacionais e internacionais, designadamente os cadernos de *Normas de Inventário* editados pelos organismos da Cultura, com competências diretas na execução das políticas museológicas (IPM, IM-IP, antecedentes da DGPC).

Concluída esta fase do trabalho, foram inventariados 299 bens culturais. Os números de raiz usados no nosso inventário vão até 148, ou seja, o último número de inventário atribuído é SCMM148, correspondente a um sino. Os conjuntos criados respeitam a função original dos objetos e a sua unidade estética e funcional, sendo que o número de raiz, equivalente à unidade que é o *conjunto*, foi depois desdobrado, para que cada desdobramento correspondesse a um elemento desse mesmo conjunto (ex.: SCMM 1, SCMM 1-1, SCMM 1-2, e assim sucessivamente).

Gráfico 3.- Categorias de bens culturais móveis da SCMM

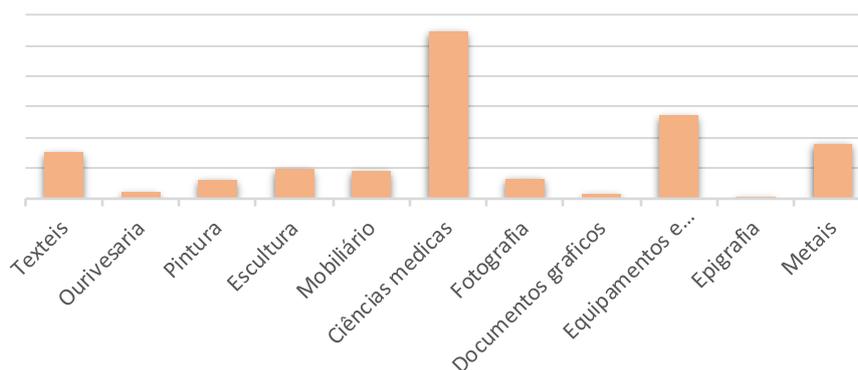


Gráfico 3: Tratamento de dados dos bens culturais da SCMM inventariados divididos por categorias

⁴¹ Têxteis, pintura, escultura, documentos gráficos, ourivesaria, metais, fotografia, ciências médicas, epigrafia, equipamentos e utensílios, como já referido.

Os bens da Antiga Farmácia e do Hospital, que foram inventariados, constituem a maior percentagem no universo em estudo, tendo-se optado por agrupá-los consoante as suas características funcionais. No seguimento do critério escolhido para os frascos, fizemos o mesmo com as lanternas processionais, criando 3 conjuntos distintos: o primeiro com 6 exemplares (correspondendo ao nº de raiz SCMM123), o segundo com 4 (n.º de raiz SCMM122) e o terceiro com 2 (n.º de raiz SCMM76) lanternas processionais.

Os bens classificados na categoria de ourivesaria constituem uma percentagem menor, em relação aos bens que se encontram classificados na categoria *Ciências Médicas*; sendo as categorias com menos bens, a *Pintura*, a *Epigrafia*, a *Ourivesaria*, a *Fotografia* e o *Espólio Documental*, muito embora na primeira se incluam alguns dos melhores do acervo.

Como já mencionado anteriormente, devido à diversidade do património da Santa Casa, fizemos uma seleção, deixando por inventariar os bens que nos suscitaram dúvidas, sendo que a entidade proprietária poderá sempre integrá-los posteriormente no inventário, se lhes for reconhecido valor cultural, uma vez que aquele é um instrumento de gestão sempre em aberto.



Figura 19: Lanterna processional não inventariada; ©Clotilde Pratas

A título de exemplo, poderemos citar algumas medalhas cujo valor cultural questionámos, ou ainda as lanternas, incompletas ou bastante degradadas (Fig.19); também deixámos de parte os parâmetros que não têm valor museológico e que foram guardados pela SCMM com o propósito único de virem a servir no restauro de outras peças.

Dúvidas surgiram-nos também porque estas instituições frequentemente executam cópias de bens, entretanto deteriorados, com o intuito de os substituir nas suas funções habituais, o que dificulta a datação dos objetos. Esse tipo de atitude é comum relativamente às

bandeiras, por exemplo, visto que estas eram - e são - uma peça utilitária e, simultaneamente, uma identificação de cada Misericórdia.



Figura 20: Cálice de Comungantes; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968:300)



Figura 21: Custódia; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968: 299)

Ao longo deste processo deparámo-nos com um caso bastante peculiar, e que é uma consequência de não ter existido, até à presente data, um registo cientificamente correto do património cultural da SCMM.

Existem 3 peças - um *Cálice de Comungantes* (Figs. 20 e 21), uma custódia e uma imagem do *Senhor Morto* - deslocadas na Igreja Matriz de Monchique, que estão no inventário dessa Igreja, com a indicação de pertencerem à SCMM, porém, a Santa Casa não tem acesso aos mesmos. Relativamente à imagem do *Senhor Morto*, conseguiu-se apurar que, em tempos recuados, um padre recolheu dádivas para se comprar uma imagem, porém esse padre era também provedor da SCMM, o que levanta dúvidas em saber se foi nessa condição que o padre pediu os contributos para a Igreja Matriz, ou se o fez na qualidade de Provedor para a Igreja da Misericórdia; a verdade é que no altar-mor deste último templo existe um local designado para colocar uma imagem, o *Senhor Morto*, o que não acontece na Igreja Matriz.

Ainda tentámos ter acesso a esses bens no intuito de os incluirmos no nosso inventário, mas sem sucesso. Embora tenhamos fotos desses bens visto estarem referidos no livro *As Misericórdias do Algarve*, que os identifica como sendo propriedade da SCMM.



Figura 22: Naveta e Turíbulo; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968:299)

A naveta e o turíbulo (Fig. 22) também estavam na Igreja Matriz, mas pensa-se que foram furtadas; do mesmo modo, um cálice de prata do século XVII, é outra das peças que são referidas, pelos mesmos autores (PINTO & PINTO, 1968:299), como sendo património da SCMM, embora, atualmente, esta instituição desconheça qual o seu paradeiro.



Figura 23: Retrato de Benfeitor não identificado; Autor desconhecido; início Séc. XX; fotografia-positivo p/b; 71x66x4; N° Inv.: SCMM67;©Clotilde Pratas

Quanto aos retratos dos Benfeitores (Fig. 23), pouco sabemos, ou seja, as fotografias existentes, ou são reproduções recentes do original, que estavam em muito mau estado, ou são originais que, por terem sido emoldurados de novo (2017) e as molduras “seladas”, não nos foi permitido verificar os versos das fotografias, para recolher dados importantes. Todavia, e apesar das incertezas, integrámo-las neste inventário pois, admitindo que o seu valor material possa ser questionável, para a instituição estes têm um valor de memória e de reconhecimento. No total, são 11 retratos

para os quais, devido à falta da identificação dos retratados, não conseguimos apurar a genealogia e a história familiar que, talvez num futuro próximo, na sequência de uma investigação mais aprofundada, possa vir a ser realizado. A SCMM teve, em tempos, uma farmácia, cujo espólio remanescente é composto por frascos de medicamentos, alguns utensílios farmacêuticos, almofarizes, entre outros bens que não possuem significativo valor material ou intrínseco, mas que fazem parte da memória da SCMM; consequentemente, integrámo-los no presente inventário.



Figura 24: Frasco de medicamento (Carmim); Séc. XX; Vidro; 12x3,5; N° Inv.: SCMM131-17; ©Clotilde Pratas

2.1. Metodologia para a inventariação

Quando nos propusemos iniciar o inventário do património cultural móvel da SCMM, começámos por procurar e identificar a eventual existência de inventários anteriores, bem como, de documentação arquivística que pudesse fornecer dados relevantes para o reconhecimento e valorização dos bens em análise, assim como para a reconstituição dos seus percursos e valor histórico-artístico. Apesar de se ter conhecimento que existe um inventário antigo, referido na bibliografia estudada, não foi possível ser consultado, por não o conseguimos localizar.

Iniciámos o estudo sobre a SCMM, compilando e consultando a bibliografia existente sobre a mesma. Posteriormente, criámos e assinámos um protocolo com a instituição, com diversas cláusulas, onde são definidos os termos da colaboração para realização do trabalho de inventário do acervo, tendo sempre em mente a necessidade maior: preservar o nosso trabalho e acautelar a salvaguarda do património da instituição.

Não havendo, até à data, um inventário rigoroso e fidedigno, mas somente alguns registos incompletos e fotografias de algumas peças, tivemos de iniciar o trabalho de raiz, começando pelo levantamento tendencialmente exaustivo das existências, isolando de todo o universo patrimonial da SCMM os bens móveis de possível valor cultural.

A definição de inventário museológico, pela qual nos guiámos, é a referida na Lei-Quadro dos Museus Portugueses: *O inventário museológico visa a identificação e individualização de cada bem cultural e integra a respectiva documentação de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características.* (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto de 2004, Secção IV, artigo 16.º, n.º 2)

Partindo deste pressuposto legal, concebemos uma ficha de inventário adaptada à realidade e à especificidade do universo patrimonial da SCMM, como adiante teremos oportunidade de especificar.

Mais, o inventário por nós realizado de acordo com os princípios e as boas práticas do inventário museológico, sustenta-se num estudo tanto quanto possível aprofundado e cientificamente correto, fundamental para a identificação individualizada e inequívoca de cada um dos bens culturais em apreço, assim como, para a futura preservação deste património. A inventariação não pode ser entendida somente como um simples registo, mas também como um instrumento essencial à gestão de uma coleção, em todas as suas vertentes, incluindo a conservação, a sua segurança e a valorização da mesma.

Quando existe um inventário rigoroso e atualizado, estamos perante um conhecimento real dos bens culturais, tanto na sua materialidade, como em termos do respetivo percurso histórico, sendo ainda possível saber e acompanhar o seu comportamento físico, bem como, o local onde se encontram, ou seja, questões indispensáveis à gestão do universo patrimonial em causa, e à criação de uma proposta de conservação preventiva adequada.

Relativamente ao vasto património cultural da SCMM e ao curto tempo de que dispusemos para desenvolver esta dissertação, restringimos o inventário, unicamente, ao património artístico de valor museológico.

Aliás, a documentação de cariz histórico existente na SCMM, encontra-se em mau estado de conservação, facto esse que condicionou o acesso à mesma. Conscientes, a priori, de que ao manusear todo aquele espólio documental, seríamos *obrigados* a acondicioná-lo corretamente e a organizá-lo, o que seria impossível, devido ao tempo limitado de que dispúnhamos, bem como, à abrangência do objeto do presente estudo, centrado unicamente, como ficou dito, no património cultural móvel e integrado, de valor histórico-artístico. Abrimos uma exceção, ao incluirmos três bens no nosso estudo, pertencentes à categoria de *Espólio Documental*, três missais (N^{os} inv. SCMM41; SCMM42; SCMM43), por estes serem bens que se encontravam exposto num dos armários da sala de despacho, e em boas condições de conservação.

Neste sentido, não foram inventariados os fundos bibliográficos e arquivístico da Santa Casa, que obedecem a diferentes critérios de catalogação.

Contudo, a partir do recenseamento feito em 2002 pela Universidade Católica⁴², podemos ter uma noção do tipo de documentação ali existente, bastante interessante, e cuja correta catalogação - que urge fazer - contribuirá, certamente, para um conhecimento mais aprofundado da instituição e do seu património, como se entende pela descrição⁴³.

Reconhecendo a dificuldade maior em identificar de entre um determinado universo patrimonial, os bens que, mais do que objetos utilitários, efetivamente se revestem de valor cultural, tivemos em consideração as definições constantes da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro de 2001, designadamente no seu artigo 2.º, n.ºs 1 a 3, como segue:

Para efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante devam ser objeto de especial proteção e valorização. (artigo 2.º, n.º 1).

(...) o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleolítico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. (artigo 2.º, n.º 3).

A nosso pedido, e por questões de logística e de segurança, a SCMM disponibilizou uma pessoa para nos ajudar a movimentar os objetos, contributo que se revelaria igualmente fundamental para a compreensão de muitos desses

⁴² Referido em: *Portugaliae Monumenta Misericordium – Volume 1: Fazer a história das misericórdias* (PAIVA, 2002)

⁴³ O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da misericórdia. Segundo o "Recenseamento...", a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos e expediente, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdão da Mesa (1733-1844); atas das sessões da Mesa (1851- 1958); registo de eleições (1652- 1838); registo de Irmão (1650- 1890); copiadores de correspondência (1864-1873); tombos e inventários de bens (1791-1910); documentação referente a legados (1906) e registo de defuntos (1714-1844). No domínio das actividades de gestão hospitalar da misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo do movimento de doentes (1844-1911) e receituário (1897-1930). A documentação mais antiga do fundo pertence à serie de registo de despesa (1594-1776). (PAIVA, 2002: Volume1, 191).

bens, em virtude de esse funcionário estar há muito ligado à instituição e conhecer bem o seu historial.

O património inventariado está espalhado por vários locais, pelo que foi necessário, em cada local, improvisar um *estúdio fotográfico portátil*, bastante simples, usando, para tal, um pano branco ou preto como fundo - contrastando com as características da peça a fotografar - uma escala de cinco centímetros, uma máquina fotográfica digital e um tripé.

Muitos bens móveis estavam na Igreja da Misericórdia, onde também encontramos e inventariámos algum património integrado, designadamente, na sacristia, na sala onde ficava a antiga farmácia da Misericórdia, na sala de despacho onde se reúnem os irmãos e no atual Centro de dia, ou seja, o antigo Hospital da Misericórdia.

No que respeita ao manuseamento dos bens, tomámos todas as precauções de segurança: usámos bata, luvas de algodão ou latex (consoante a categoria e o material das peças), adotando as atitudes que julgámos mais corretas em cada momento, por modo a não fazer perigar a integridade física dos bens e das pessoas.

Para minimizar o transporte e o manuseamento dos objetos (princípios básicos da conservação preventiva), aqueles foram fotografados nos locais onde se encontravam e para onde deslocámos o nosso pequeno *estúdio fotográfico*.

Também por razões de conservação dos bens culturais, o inventário foi sendo realizado em função dos espaços onde aqueles se situavam, não tendo por isso seguido uma ordenação tipológica, o que não constitui qualquer impedimento à correta inventariação, uma vez que foi respeitado o princípio básico e incontornável, segundo o qual, a um objeto corresponde um único número de inventário, e vice-versa.

Para a realização do inventário, criámos um formulário próprio, baseado na ficha de inventário *Matriz*, desenvolvida pelo extinto Instituto Português de

Museus⁴⁴ mas adaptado à realidade em estudo e não muito diferente da ficha da UMP. Do mesmo modo, seguimos os princípios e as boas práticas preconizadas nas *Normas Gerais de Inventário - Artes Plásticas e Artes Decorativas*, e as *Normas de Inventário temáticas*⁴⁵ referentes às diversas categorias de bens museológicos, também editadas pelos organismos do *Ministério da Cultura* que hoje integram a DGPC, e que servem os museus e palácios da rede nacional e toda a comunidade museológica portuguesa.

A ficha⁴⁶ que desenvolvemos para a SCMM é constituída por 17 campos, agrupados em diferentes zonas de informação, a primeira das quais dedicada à identificação do bem cultural, de que constam os campos de: instituição/proprietário; super-categoria; categoria; denominação e/ou título; n.º de inventário e n.ºs de inventário anteriores; elementos de um conjunto (incluindo identificação, localização e n.º de inventário de cada elemento autónomo), e descrição. Outras zonas da ficha consideradas de absoluta relevância para o inventário museológico são as da representação (permitindo registar informação de tipo iconográfico e/ou heráldico); autoria e produção, marcas e inscrições; datação; informação técnica; dimensões; estado de conservação; origem (ou historial); modalidade de incorporação; localização; bibliografia; observações e validação pelo inventariante. Estrutura que respeita também o preconizado pela *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* (nomeadamente o seu artigo 19.º), sendo necessário, para além destes dados, anexar à ficha uma ou mais imagens do bem cultural inventariado.

Na descrição dos bens da SCMM, procurámos ser objetivos e claros, respeitando assim os normativos nacionais segundo os quais se deve *Começar por descrever do geral para o particular; - Identificar o tema/assunto representado; - Identificar o tema ou motivo principal, primeiro e secundário(s) ou envolvente(s), depois; - Identificar/ descrever primeiro a forma/estrutura e*

⁴⁴ A estrutura desta ficha Matriz encontra-se publicada em *Normas Gerais de Inventário: Artes Plásticas e Artes Decorativas* (FREITAS & PINHO, 2000:71-74).

⁴⁵ Entre os vários títulos dos cadernos de normas temáticas publicados até à presente data, foram-nos particularmente úteis os dedicados à Pintura, à Ourivesaria, à Escultura e aos Têxteis.

⁴⁶ Cf. Anexo documental 6– *Ficha Modelo de Inventário dos Bens Culturais Móveis da Santa Casa da Misericórdia de Monchique*

depois os elementos decorativos; - Descrever a forma e/ou a composição abstrata ou figurativa de um objeto e/ou elementos decorativos, quando aplicável. (FREITAS & PINHO, 2000: 33).

A atribuição do número de inventário aos bens culturais respeitou, uma vez mais, as boas práticas museológicas e a legislação em vigor (Lei-Quadro dos Museus Portugueses, 19 de agosto de 2004, artigo 18.º), consistindo num código de individualização alfa-numérico, composto pelo acrónimo da entidade proprietária (SCMM) e numeração sequencial.

Quanto aos bens culturais que formam um conjunto (por exemplo, as imagens de roca que são constituídas por corpo escultórico e respetivas vestes), foi-lhes atribuído o mesmo número de raiz, com acréscimo de outro separado por um traço (inv. SCMM1-1), sendo, deste modo, fácil associar os elementos do mesmo conjunto. Ou seja, à imagem de roca foi atribuído, por exemplo, o número de inventário SCMM1-1, enquanto ao respetivo resplendor, coube o número de inventário SCMM1-2, e assim sucessivamente.

Para marcação do número de inventário nos objetos foram utilizadas diferentes técnicas, dependendo do material da peça, tendo aquele sido inscrito numa zona que não interferisse com a estética do bem. Assim, nas pinturas (grade e/ou verso da moldura), e esculturas utilizou-se o método do *Paraloid B-72*⁴⁷, uma resina acrílica, combinado com uma caneta (*Faber-Castell*).

Os objetos de vidro foram identificados com a técnica de etiqueta de papel não ácido com fio de algodão; usámos essa técnica por ser mais simples de aplicar, visto que existe um número considerável de frascos, e por alguns não estarem em condições de serem manuseados, para além de que a adoção de outra técnica poderia interferir com a *leitura* dos bens, atendendo ao material de que são feitos.

Nos objetos da categoria de *Ourivesaria* e *Metais* (ALVES & FERRÃO et al., 2011:29) o número de inventário foi inscrito num local não visível, com recurso ao *Paraloid B-72*: primeiramente, foi aplicada uma camada de resina

⁴⁷ A solução é preparada conforme estas medidas: Paraloid B72 = 20 gr, Acetona=600 ml.

sobre a superfície devidamente limpa, e depois, com recurso a uma caneta (*Faber-Castell* de acetato preto), foi marcado o respetivo número, sendo de seguida, aplicada outra camada de resina, para fixação.

Os têxteis (PEREIRA & ALARCÃO, 2000: 25) foram identificados com uma fita de nastro, contendo o n.º de inventário, cosida sobre as costuras, no reverso, de modo a não serem visíveis os pontos.

Nos bens cujo suporte é em papel, os n.ºs de inventário foram apostos no verso por meio de lápis suave (FREITAS & PINHO, 2000: 31).

Todos os objetos inventariados foram medidos criteriosamente (as peças de ourivesaria foram ainda pesadas), nas respetivas fichas foram indicadas as dimensões máximas e, quando julgado necessário, também as dimensões parcelares.

Para além de o número ter sido inscrito em todos os objetos inventariados, foi-o também no *Livro Geral de Inventário*⁴⁸, documento de fácil leitura e análise, e a *coluna vertebral* do inventário museológico.

Este documento serve também, para que não se dupliquem os números de inventário, assim como para fazer uma rápida e imediata conferência do inventário, de forma prática e acessível aos irmãos. Este *livro*, que em rigor consiste numa tabela em formato *Word*, é constituído pelas seguintes colunas: n.º de inventário, designação/breve descrição, localização, datação, incorporação e observações, parâmetro onde colocámos pormenores, como o estado de conservação da peça, se tiver sido marcada. (FREITAS & PINHO, 2000:24).

Como a SCMM não dispõe atualmente de qualquer sistema de informação digital para registo e gestão do respetivo acervo, a ficha de inventário em questão foi concebida digitalmente, em formato *Word*, e no final, igualmente guardada em formato *PDF*. A cada ficha, identificada pelo n.º de inventário do objeto a ela

⁴⁸ Segundo o livro *Normas Gerais de Inventario*, também pode ser referido como Livro do tomo ou livro de registo

respeitante, foram associadas as respetivas imagens⁴⁹ em formato *JPEG* (FREITAS & PINHO, 2000: 63), identificadas com o número da peça e todos os ficheiros atinentes a um mesmo bem cultural compilados numa pasta digital, também ela identificada pelo n.º de inventário do objeto correspondente.

Para além do arquivo em formato digital, criámos um dossier com as fichas impressas e o *Livro Geral de Inventário*⁵⁰ (LGI). Todo este material ficou depositado na Igreja para que as fichas possam vir a ser atualizadas, segundo indicações que natural e atempadamente transmitimos aos irmãos, como por exemplo, quando algum bem sair da Igreja para uma procissão, de modo a que seja registada essa saída e o seu regresso, ou na eventualidade de um bem ser intervencionado por razões de conservação e restauro.

⁴⁹ Fotografias trabalhadas e editadas no programa de edição de imagem *PHOTOSCAPE*.

⁵⁰ Cf. Anexo documental 9- *Excerto do Livro Geral de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique*

2.2. O Universo Inventariado

Neste subcapítulo apresentaremos, genericamente, os diversos bens culturais que integram o nosso estudo, um trabalho de grande fôlego em que tivemos de ter um olhar crítico e analítico sobre o extenso património da SCMM, sem dispormos de qualquer sustentáculo informativo prévio que facilitasse o reconhecimento do universo em apreço, como ficou dito. Foi, por isso, necessário *começar do zero*. Apesar de não ser um dos patrimónios móveis mais relevantes no panorama das Misericórdias, as várias espécies dos séculos XIX e XXI agora registadas, encontram-se com alguma frequência em outras casas religiosas, mas, apesar da relativa importância artística que possuem, o facto de terem sido inventariadas no âmbito deste estudo irá contribuir para que a própria instituição possa gerir a sua coleção e investir nos bens de maior valor cultural, em particular, no que respeita a conservação preventiva.

O levantamento do património cultural móvel da Santa Casa da Misericórdia de Monchique visa, pois, contribuir para um conhecimento rigoroso desse mesmo património, tendo em vista a sua salvaguarda, conservação, divulgação e fruição pela comunidade. O inventário foi feito de acordo com as metodologias que a UMP-Gabinete do Património Cultural, usa na execução dos vários inventários realizados nas várias Misericórdias do país.

Apreendemos que o património cultural que constitui o acervo da Misericórdia provém de situações diversas: bens que se encontram na Igreja, que foram deliberadamente encomendados pela Santa Casa para servirem o culto religioso, outros oriundos do antigo convento de Nossa Senhora do Desterro, situado na Vila de Monchique, de onde foram transferidos dois retábulos laterais doados pelo Reverendo Vigário da Vila de Monchique, no séc. XIX, quando o convento já não estava ativo; também encontramos bens ligados à medicina e à saúde, procedentes da antiga farmácia e hospital, adquiridos pela instituição para cumprimento desta sua função social e que, após extinção daqueles serviços, acabaram por assumir um papel testemunhal do passado da Santa Casa.

Esta instituição tem sobrevivido, mantendo a capacidade de continuar a ajudar as populações, graças aos seus benfeitores; daí que a SCMM preserve e exponha, como forma de reconhecimento, vários retratos de gentes da terra que, em diferentes momentos, lhe doaram bens móveis e imóveis ou fizeram algo pela instituição.

Muitos dos bens ofertados por estes beneméritos não têm relação direta com a missão da instituição agraciada, embora não tenhamos encontrado na SCMM esse tipo de património. Sabemos, contudo, que se a SCMM mostrar que cuida e preserva o seu património, o número de doações pode aumentar.

Primeiramente, devemos referir que os bens culturais que integram o nosso estudo são datáveis de diferentes períodos, num arco temporal que abrange os séculos XVIII, XIX, XX e mesmo XXI (o caso mais recente é o da bandeira real; inv. SCMM13), conforme expresso no Gráfico 4, infra. Apesar da dificuldade que encontrámos em datar com rigor todos os bens, devido à escassa informação disponível, assim como, às várias intervenções de restauro que as peças foram sofrendo ao longo dos anos, conseguimos fazer remontar a respetiva produção a um determinado período, após realizarmos alguma pesquisa e compararmos certos bens com outros de outras Misericórdias. Dos 299 bens incluídos no inventário que realizámos, a maior percentagem corresponde a bens do séc. XX, 59%, sendo do séc. XIX uma percentagem de 33%, do séc. XVIII a percentagem é de 7% e, por último, do século XXI, existe somente uma percentagem de 1%. O património do séc. XVIII é maioritariamente constituído por bens integrados; o do séc. XX, por equipamentos médicos da antiga farmácia (números de inventário de raiz: SCMM130; SCMM131; SCMM132; SCMM133; SCMM134; SCMM135; SCMM136), sendo, os restantes bens inventariados, residuais, que são as peças que a instituição adquiriu há pouco tempo, por exemplo, a bandeira da Virgem da Misericórdia (inv. SCMM13).

Gráfico 4.-Datação dos bens culturais móveis da SCMM

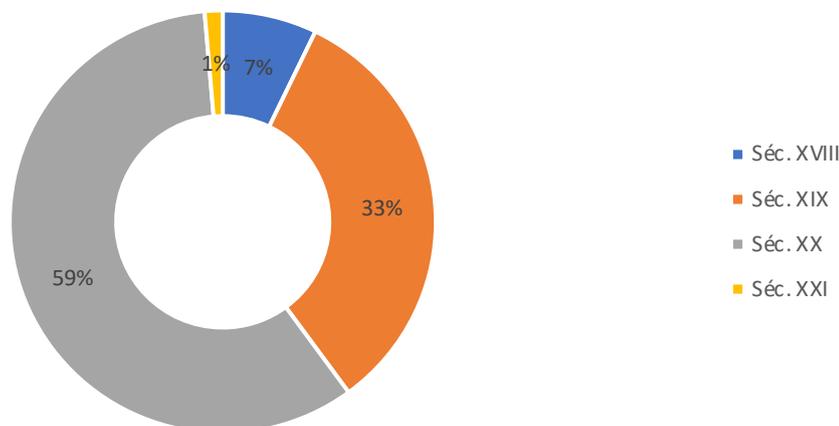


Gráfico 4: Distribuição bens culturais móveis da SCMM por períodos cronológicos.

É comum existir nas Misericórdias um número elevado de elementos do século XIX ou do início do séc. XX, sendo que esse património, normalmente, chega até nós já com alguns problemas de conservação, mas com a implementação das medidas adequadas de conservação preventiva, esses bens ainda podem ter uma vida longa.

O espólio que encontramos na SCMM não possui um valor artístico/estético importante, mas possui valor de memória, fazendo parte da história da instituição, portanto é essencial para uma gestão sustentável investir na preservação imediata e continuada dos bens com maior valor cultural.

Entre os bens culturais móveis mais comuns nas Misericórdias estão as **bandeiras**, que agrupámos na categoria de *Pintura*, e que se organizam em cinco tipos distintos, consoante a sua função e iconografia, como segue: i) bandeira real; ii) bandeiras da paixão; iii) bandeiras votivas; iv) bandeiras de alma; v) as bandeiras dos condenados. Estas últimas surgem na sequência da assistência que os Irmãos davam aos condenados.

Não obstante a diversidade tipológica, as bandeiras mais comuns, que encontramos nas Misericórdias são as bandeiras da paixão e a bandeira real.

Esta última era flanqueada, no cortejo processional, pelos pendões⁵¹ onde se representavam os passos da Paixão de Cristo (DESTERRO, 2001: 57).



Figura 25: Bandeira Real- Virgem da Misericórdia (anverso); Joaquim Mendça Faísca; Séc. XVIII; Óleo s/ tela; 119x107x6; N° Inv.: SCMM12; ©Clotilde Pratas

No *Compromisso* de 1516 (Compromisso de 1516 apud SERRÃO, 2011: 646), podemos constatar que já existia referência à bandeira real com a iconografia da *Virgem da Misericórdia*⁵², pelo que podemos afirmar que esta imagem



Figura 26: Bandeira Real- Virgem da Piedade (reverso); Joaquim Mendça Faísca; Séc. XVIII; Óleo s/ tela; 119x107x6; N° Inv.: SCMM12; ©Clotilde Pratas

simbólica passou a ser obrigatória, servindo de modelo para todas as Misericórdias. De facto, todas as Misericórdias mandaram elaborar a sua bandeira real que, mantendo aquela representação iconográfica, diferem entre si em riqueza e qualidade artística, consoante as possibilidades e a dimensão da instituição encomendadora. No mesmo *Compromisso* são definidos, criteriosamente, para além do uso da imagem da Virgem da Misericórdia, a constituição da bandeira real que, sendo o símbolo da Misericórdia, deveria permitir a sua fácil identificação pelo povo. Assim, a bandeira real, deveria ter uma cruz no topo e uma vara grande que permitisse o seu transporte. No caso da bandeira real⁵³ da Misericórdia de

⁵¹ Atualmente o termo mais comum usado pelas as SCM é bandeiras da paixão, e não pendão.

⁵² A iconografia da Virgem da Misericórdia é um símbolo que surge na remota na Antiguidade. Esta imagem iconográfica foi sendo apropriada pelas Ordens Monásticas, que reivindicavam a proteção direta da Virgem, tendo conhecido grande fulgor em momentos particularmente difíceis na história do mundo ocidental, nomeadamente por ocasião dos surtos pestíferos da Idade Média.

⁵³ A bandeira real original foi substituída em 1789 pela a bandeira real (N° inv.:SCMM12), que se encontra bastante degradada (Figs. 25 e 26) e as restantes bandeiras foram substituídas em 1791, a mesa administrativa manda fazer outras bandeiras por chegarem à conclusão que as anteriores eram incapazes de servir os propósitos da SCMM. (PINTO & PINTO, 1968: 287)

Monchique, no anverso representa-se a *Virgem da Misericórdia* e no reverso a *Virgem da Piedade*. Devido ao avançado estado de degradação da bandeira⁵⁴ (Figs. 25 e 26)⁵⁵, para conseguirmos analisar com mais detalhe a respetiva pintura, socorremo-nos de uma imagem retirada da obra *As Misericórdias do Algarve* (Fig. 27), que apesar de ser a preto e branco, permite identificar as diversas personagens nela representadas.



Figura 27: Bandeira Real - *Virgem da Misericórdia*; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968:298)

Do ponto de vista da composição, todas as bandeiras reais são divididas em dois planos: o superior e o inferior. No plano superior está representada a Virgem⁵⁶ com o manto aberto segurado por dois anjos; no inferior, representam-se o poder divino e o poder terreno. Apesar de haver uma composição que deve ser respeitada, conforme o que o *Compromisso* defende, é comum encontrarmos vários pormenores que traduzem a liberdade criativa do artista e também a imagem das respetivas Santas Casas. As personagens representadas vão alterando, sendo, por vezes, comum encontrarmos representados os Provedores da altura em que a bandeira real foi feita.

Em particular, a atual bandeira real da SCMM, apresenta uma qualidade artística fraca, da autoria do pintor local Joaquim Mendonça Faísca⁵⁷(PINTO & PINTO, 1968:287), muito embora do ponto de vista compositivo exhiba vários pontos comuns a outras bandeiras reais, de outras

⁵⁴ A idêntico tipo de mobiliário fixo, pertencem outros armários feitos propositadamente para arrecadar os painéis e onde actualmente se guardam sete bandeiras, estando a bandeira real-insígnia de Santa Casa – em exposição numa das paredes. É de todas as pinturas, a de maior interesse, embora o seu estado de conservação seja mau (PINTO & PINTO, 1968: 287)

⁵⁵ Não existem outras imagens atuais da peça, devido ao estado de degradação em que se encontram impossibilita obter-se uma melhor imagem, devido à acumulação de poeiras em toda a camada pictórica e patine do verniz.

⁵⁶ Virgem do Manto, Virgem da Misericórdia, Mater Omnium.

⁵⁷ Pintor regional da vila de Loulé, biografia inexistente.

Misericórdias. A composição da pintura é constituída, no lado direito da Virgem, pelo Papa com a mitra (sem esta estar deposta), um membro do Clero, e outra personagem de difícil identificação, mas que parece ser uma figura masculina ligada à vertente religiosa. No lado esquerdo da Virgem, está representado o Rei, a Rainha e provavelmente uma aia da Rainha, sendo habitual essa representação nas várias bandeiras reais espalhadas pelo país. Aos pés da Virgem não conseguimos concluir, se está representado um mendigo, uma criança ou um desvalido, figuras que tradicionalmente representam os mais protegidos da Virgem e das Santas Casas, como é referido no excerto do Acórdão de 1576: (...) *mais dous velhos graves, e devotos, companheiros do Venerável Instituidor, e aos pés da Senhora algumas figuras de miseráveis, que representem os pobres* (Acórdão de 15 de setembro de 1576 apud SERRÃO, 2011:643)

No reverso da tela onde está representada a *Virgem da Piedade* (Fig.28), encontra-se Jesus Cristo deposto e Maria a chorar o seu Filho morto. É pertinente referir que, contrariamente ao que é mais comum do ponto de vista iconográfico, isto é, Maria ter o seu Filho morto ao colo, neste caso particular a Virgem é representada somente a tocar com uma das mãos no seu Filho morto; à esquerda, em baixo, Maria Madalena em posição de oração, e no canto superior direito, São João (figuras associadas ao Calvário), todas as figuras estão representadas à mesma escala. Na SCMM existe uma bandeira real contemporânea, que veio substituir a bandeira real antiga, já que esta não é usada nas procissões, havendo uma urgência para que seja intervencionada.



Figura 28: Bandeira Real (reverso)- *Virgem da Piedade*; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968:298)

As bandeiras eram uma imagem que servia de identificação e que congregava os Irmãos das Misericórdias e, por isso, saíam, muitas vezes, em

várias cerimónias; não eram, pois, um bem para ser guardado e preservado, razão pela qual é raro terem chegado até nós bandeiras que não tenham sido repintadas, ou bandeiras que remontem à criação da respetiva Misericórdia. A preservação destes bens nunca foi acautelada, porque as bandeiras eram interpretadas como um objeto utilitário (no sentido em que tinham uma função específica) e simbólico, e não como um mero objeto artístico ou de valor museológico.

A necessidade de se manter visualmente perceptível a imagem pictórica – com o significado e o simbolismo que lhe estavam associados – determinou, como ficou dito, que estas bandeiras fossem repintadas com alguma frequência, o que naturalmente dificulta a sua correta datação. Atualmente, já não se tomam este tipo de decisões e a SCMM, numa tentativa de preservar e de dar a conhecer este tipo de objetos, só possível de encontrar numa instituição como esta, organiza uma exposição na Igreja, onde expõe as bandeiras da paixão e a bandeira real, o que revela uma preocupação louvável e um orgulho institucional no seu património cultural.



Figura 29: Bandeira Real (reverso)-*Virgem da Piedade*; Autor desconhecido; Séc. XXI; Óleo s/ tela; 240x89x9; N^o Inv.: SCMM13; ©Clotilde Pratas



Figura 30: Bandeira Real (anverso)-*Virgem da Misericórdia*; Autor desconhecido; Séc. XXI; Óleo s/ tela; 240x89x9; N^o Inv.: SCMM13; ©Clotilde Pratas

A bandeira real contemporânea (inv. SCMM13) (Figs. 29 e 30) foi concebida com o objetivo de ser mais leve e mais facilmente transportada, mas esse critério não foi cumprido. Esta bandeira tem duas faces pintadas: no anverso, temos a Virgem da Piedade, representada com o Filho ao colo, Maria Madalena a beijar a mão de Jesus Cristo e São João Evangelista, com a legenda *LIVORE EYES SANATI SUMUS*, que basicamente significa *fomos curados nas suas feridas*. No reverso, a Virgem da Misericórdia (popularmente conhecida por Virgem do Manto), tal como na bandeira real antiga e, para além de todos os pontos em comum com uma composição que uma bandeira real segue, esta tem representado a legenda *SUB TUUM PRASIDIUM CONFUGIMUS SANTA DEI GENITRIX*, isto é, *À Vossa proteção recorremos, Santa Mãe de Deus*. Esta bandeira é de cariz marcadamente regional, devido à composição e técnica aplicada.

As bandeiras da paixão, antigamente identificadas como pendões, representam os passos da Paixão de Cristo, pelo que, também, são vulgarmente conhecidas por Passos



Figura 31: Bandeira da Paixão- *Jesus perante o Sumo Sacerdote* (anverso); Autor desconhecido; Séc. XIX; Óleo s/ tela; 106x88x6; N° Inv.: SCMM5; ©Eduardo Jacinto

(DESTERRO, 2001: 54). A SCMM possui no total sete bandeiras da paixão. A bandeira da paixão com o número de inventário, SCMM5⁵⁸, encontra-se degradada, com o verniz amarelecido, rasgões, perda de material, *craquelê*, acumulação de poeiras, um



Figura 32: Bandeira da Paixão- *Anjo da Paixão* (reverso); Autor desconhecido; Séc. XIX; Óleo s/ tela; 106x88x6; N° Inv.: SCMM5; ©Eduardo Jacinto

pouco à semelhança de todas as bandeiras que a SCMM possui e que não se encontram guardadas nas

⁵⁸ Cf. Anexo documental 8- *Ficha de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique* (inv. SCMM5)

melhores condições ambientais e de armazenamento, encontrando-se na sala de despacho, encostadas a uma parede.

De um lado da bandeira da paixão (Figs. 31 e 32), SCMM5, está representado o anjo (reverso), com os símbolos da Paixão (corda), e no outro lado (anverso) um episódio da Via Sacra, em que Cristo é levado à presença do Sumo Sacerdote (Pilatos) e é condenado à morte, por afirmar que era o Messias.



Figura 33: *Visitação*; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Óleo s/ tela; 274x230x11; N^o Inv.: SCMM138; ©Eduardo Jacinto

Para além das bandeiras que estão incluídas na categoria de *Pintura*, outras peças também se encontram classificadas nessa categoria, como é o caso da *Visitação* (Fig.33), um óleo sobre tela, de formato retangular, e técnica um pouco rudimentar, que servia para tapar a boca da tribuna do retábulo-

pictórica,
foi

intervencionada em tempos.

A pintura *O Menino Jesus Profetizando* (Fig. 35), supostamente foi trazida para a Igreja inserida num dos retábulos do antigo Convento da Nossa Senhora do Desterro, de onde terá sido posteriormente retirada e colocada numas das paredes livres da Igreja. Este tipo de iconografia não sendo comum nas Misericórdias, representa o Menino, com os seus pais (Maria e José), e seus avós, Santa Ana e São Joaquim. Santa Ana é representada adormecida por simbolizar o Antigo



Figura 34: Altar-mor da Igreja da Misericórdia de Monchique em 1968; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968:296)

Testamento, enquanto o Menino Jesus anuncia o Novo Testamento. A partir da sua análise chegámos à conclusão de que esta pintura é de cariz regional, devido à técnica utilizada, às faces *abonecadas* e à incipiência com que as vestes das personagens foram representadas.

Sendo na categoria de *Pintura* que se encontram as peças com maior valor cultural deste acervo, bens que são importantes conservar e preservar.

Para além das bandeiras serem das peças mais comuns que encontramos nas Santas Casas, existem outros bens que são comuns nas variadas Misericórdias espalhadas pelo país, os quais se agrupam noutras categorias, como os que passamos a enumerar:

- a) Dentro da paramentaria, a opa (Fig. 37), é considerada um traje de serviço idêntico a um hábito de um monge, simples, negro, aproximando assim a Confraria à religião católica. Possui capuz para tapar o rosto, não tem mangas e é aberta à frente, para deixar movimentar os braços.



Figura 35: *Menino Jesus Profetizando*; Diogo Magina (?); Séc. XVIII; Óleo s/ tela; 200x22; N.º Inv.: SCMM16; ©Eduardo Jacinto



Figura 36: Opa; Autor desconhecido; Séc. XX; Algodão; 110x77; N^o Inv.: SCMM90; ©Clotilde Pratas



Figura 37: Casula; Autor desconhecido; Séc. XIX; Seda/Linho; 120x68; N^o Inv.: SCMM50-1; ©Clotilde Pratas

Para além das Opas, encontrámos outras peças na SCMM, que pertencem à categoria de *Têxteis*, de entre as quais se destacam algumas casulas, estolas e manípulos, expostos na Sala de Despacho, encontrando-se estes últimos bastante degradados, conforme referiremos noutra capítulo deste trabalho. Nesta categoria não encontrámos bens raros, mas sim bens bastante comuns, como a casula (Fig.36) de damasco branco com galões dourados, uma peça do séc. XIX bastante comum no património geral do culto religioso católico. Não obstante, inventariámos estes bens, porque se encontram expostos e são o testemunho da história da instituição, apesar de não possuírem nenhum valor artístico.

- b) A vara, símbolo de quem prega a palavra de Jesus Cristo, de quem orienta o seu rebanho, é outro objeto recorrente no património das Misericórdias e que também se encontra presente na SCMM. As varas são usadas pelos Irmãos da Misericórdia, quando saem, para manterem a ordem nas procissões (Figs. 38 e 39).



Figura 38:
Varas
(conjunto);
©Clotilde
Pratas



Figura 39: Varas (pormenor); Autor desconhecida; Séc. XIX;
Madeira; Nº Inv.: SCMM93 a SCMM98; ©Clotilde Pratas

A SCMM possui seis varas (Fig. 39), todas pintadas a preto, tendo na zona superior, listras douradas; as duas varas do conjunto que possuem o brasão da Misericórdia, são usadas pelo Provedor e pelo Vice-provedor, sendo as varas mais grossas, com 4 listras douradas e uma cruz, usadas por outros Irmãos com funções na Mesa administrativa (secretário e tesoureiro, por exemplo), e finalmente, as mais finas por outros Irmãos.

As varas e as matracas incluímo-las na categoria de *Equipamentos e Utensílios*, por serem objetos que ainda são usados no culto religioso e, por não possuírem nenhum elemento escultórico, nem pictórico único e raro.

- c) As matracas (Figs. 40 e 41) são usadas nas procissões da Semana Santa. Este objeto é constituído por uma tábua de madeira, com duas maçanetas que batem na madeira, fazendo um barulho forte, que marca a saída da procissão da Igreja, acompanhando-a ao longo de todo o percurso.



Figura 40: Matraca; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira/ Ferro; 59x25x2; N° Inv.: SCMM15; ©Clotilde Pratas



Figura 41: Matraca; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira/ Ferro; 55x22x3,5; N° Inv.: SCMM14; ©Clotilde Pratas

d) A Mesa de mesários (Fig. 42), utilizada pelos Irmãos nas reuniões, encontra-se na Sala de Despacho e simboliza o poder de decisão administrativa dos homens que nela se reuniam e reúnem. As cadeiras (Fig. 43) que fazem parte do conjunto apresentam o brasão da SCMM no espaldar, estes elementos integram a categoria de *Mobiliário*.



Figura 42: Cadeira da mesa dos mesários; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira/ Couro; 100x40x46; N° Inv.: SCMM58-2; ©Clotilde Pratas



Figura 43: Mesa de Mesários; autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira/ Couro; 187x115x155; N° Inv.: SCMM58-1; ©Clotilde Pratas

O brasão da SCMM (Fig. 44) é constituído por um escudo ovalado partido, o primeiro com cruz latina e resplendor dourado (símbolo de Cristo Redentor) e, no contrachefe, uma caveira com duas tíbias passadas em aspa, alusiva ao amparo espiritual que a instituição dá no momento da morte; o segundo, com as armas de Portugal e em coronel, uma coroa fechada, símbolo da origem das Misericórdias e da proteção régia de que estas gozavam. Suportes: uma coroa de carvalho (símbolo da fortaleza) e listel com a seguinte inscrição, em maiúsculas relevadas, *Misericórdia de Monchique*.



Figura 44: Brasão de armas da Misericórdia de Monchique; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; 131x94x10; N° Inv.: SCMM45; ©Clotilde Pratas

Os dois brasões que a SCMM possui e que são duas peças que caracterizam a identidade da instituição (N°s inv. SCMM44; SCMM45) estão incluídos na categoria de *Esculturas*. Existem outras peças que integram essa categoria, sendo as quatro imagens de roca, as detentoras de maior valor cultural, seguidamente referidas.



Figura 45: Imagem de Roca- São Francisco; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; 150x40x40; N° Inv.: SCMM3; ©Clotilde Pratas



Figura 46: Imagem de Roca- São Francisco (pormenor); Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; N° Inv.: SCMM3; ©Clotilde Pratas

A imagem de roca (Figs. 45 e 47) representa *São Francisco das Chagas* (designação mais popular para São Francisco de Assis), datado originalmente da primeira metade do séc. XVIII (LAMEIRA, 1997:146), embora bastante intervencionada. Como todas as imagens de roca é uma escultura de vestir, cujo tronco é formado por uma armação (quatro traves verticais unidas à base circular) à qual são aplicados a cabeça e os braços (CARVALHO, 2004:140). No presente caso, o rosto do Santo, policromado, é marcado pelo olhar frontal e penoso, pela barba densa, que contrasta com a palidez da face, destacando-se ainda, as duas mãos abertas, que expõem as chagas, irrompendo por entre o

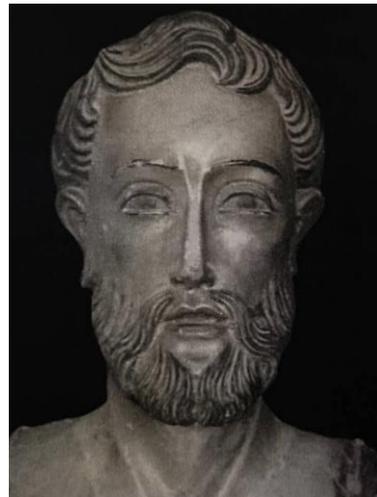


Figura 47: Cabeça de imagem de roca- São Francisco; Fonte: *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968: 301)

hábito de franciscano. Os membros superiores são articulados para que a escultura seja vestida facilmente. De salientar ainda que esta imagem tem pés, fixos à base da armação o que não é vulgar, neste tipo de escultura.



Figura 48: Imagem de Roca - São João Evangelista; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; 136x40x40 N^o Inv.: SCMM1; ©Clotilde Pratas

Sendo referido no livro *As Misericórdias do Algarve*, que esta imagem se encontrava só com a cabeça, e que todo o corpo articulado e vestes não existiam, tendo sido guardada na sacristia da Igreja, por volta de 1966. Já no livro *Inventário Artístico do Algarve - A Talha e a Imaginária* (LAMEIRA, 1997) a peça é fotografada completa, tendo sofrido uma grande intervenção de restauro.⁵⁹

A identificação do Santo não é unanimemente aceite, como se pode ver pela leitura do seguinte excerto: *Esta imagem a que chamam de S. Francisco, talvez por ter pertencido, com se supõe, ao Convento de S. Francisco, dizem algumas pessoas que não representa este Santo mas o Senhor no Horto* (GASCON, 1955: 223). No entanto, e

apesar de algumas dúvidas que persistem, esta é aceite e localmente venerada como sendo *São Francisco de Assis*.



Figura 49: Imagem de Roca - Virgem das Dores; Autor desconhecido; Séc. XIX; Madeira; 136x40x40 N^o Inv.: SCMM2; ©Clotilde Pratas

⁵⁹ A partir da análise feita à peça podemos concluir que quem restaurou esta peça não era uma pessoa com formação, repintou a cabeça, colocou dois pés na base circular sendo incomum as imagens de roca terem pés.

A segunda imagem de roca que a SCMM possui, representa a *Virgem das*



Figura 50: Retábulo com as esculturas *Virgem das Dores* e *São João Evangelista*; ©Clotilde Pratas

Dores (Fig. 49) e data do séc. XIX. Figura de pé, frontal e com olhar em frente. Escultura de vulto pleno, cuja armação é formada por dez traves verticais e base circular, tem o rosto policromado, pálido e de olhar penoso, sendo representada a chorar (duas lágrimas desenhadas em cada lado do rosto). Os membros superiores são articulados e a imagem possui peruca de cabelos verdadeiros, resplendor e vestes roxas, cor da Paixão. A terceira imagem de roca representa *São João Evangelista*⁶⁰ (Fig. 48) e, tal como as demais, encontra-se na sacristia. Estas duas imagens de roca são imagens de Calvário, sendo que nesse conjunto de imagens deveria também estar incluído um crucifixo.

Antigamente, estas imagens saíam nas procissões, mas devido à sua fragilidade foram substituídas por outras, modernas, que desempenham a mesma função. Estas encontram-se num dos retábulos laterais da Igreja da SCMM (Fig. 50), com o crucifixo no centro (inv. SCMM60), no lado direito *Virgem das Dores* (inv. SCMM22) e no esquerdo *São João Evangelista* (inv. SCMM21). Ambas foram feitas pelo escultor José Ferreira Thedim⁶¹ (1892- 1971), de São Mamede (Portugal) (Fig.51).



Figura 51: Assinatura das esculturas (Nº Inv.:SCMM21; SCMM22) (pormenor); ©Clotilde Pratas

⁶⁰ Não nos foi autorizado despir nenhuma das imagens de roca, tendo sido prejudicial para a nossa análise e avaliação como inventariantes.

⁶¹ Grande escultor português mais conhecido por ter feito a estatua de Nossa Senhora de Fátima, da Capelinha das aparições, Fátima.



Figura 52: Crucifixo; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 200x120x25; Nº Inv.: SCMM60; ©Clotilde Pratas

Crucifixo (Fig.52), da primeira metade do séc. XVIII, esculpido em madeira com as técnicas de encarnação e estofamento. É considerado um crucifixo indo-português, devido às características, Cristo morto, cabeça inclinada para o lado direito com os olhos fechados, um pouco orientais.

Faz parte do património integrado, da Igreja da Misericórdia o púlpito (Fig.53), peça da primeira metade do séc. XVIII, com vários elementos entalhados, com formas de voluta, com a técnica de douramento e marmoreado. Com guarda-voz que permite que a voz seja projetada durante os sermões, o púlpito possui uma pomba branca no centro, representando o Espírito Santo. A porta que se encontra a dar acesso à antiga farmácia, sendo esta, atualmente, uma sala para os familiares do defunto terem alguma privacidade, durante os velórios. Trata-se de uma porta toda trabalhada, que chama a nossa atenção. Originalmente, esta porta⁶² era a que dava acesso ao púlpito, mas por esta ser bela e por ser um

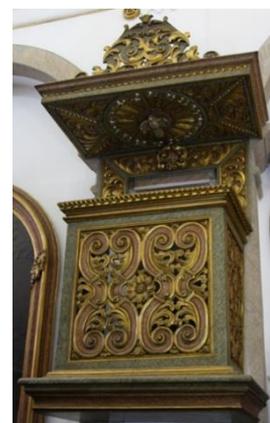


Figura 53: Púlpito; Autor desconhecido; Séc. XVIII; Madeira; 220x84x130; Nº Inv.: SCMM26; ©Clotilde Pratas

⁶² É verdade que no local onde se encontra atualmente chama muito a atenção, apesar de agora estar um pouco descontextualizada. Devido às características utilitárias e estéticas, de madeira entalhada, a porta e o púlpito, foram incluídos na categoria de Mobiliário

trabalho artístico de qualidade, foi retirada do seu local original e colocada onde todos a podem ver.



Figura 54: Missal Romanum; Autor desconhecido; Séc. XIX; Papel/Couro/Cartão; 23x9x28,5; Nº Inv.: SCMM41; ©Clotilde Pratas

Existem três exemplares de missais (Nºs inv. SCMM41; SCMM42; SCMM43) (Fig. 54) guardados na sala de despacho, que não são usados atualmente e que já sofreram restauros; apesar de não serem exemplares únicos, enriquecem o património cultural da SCMM, por aludirem à sua atividade virada para o culto religioso, ao longos dos anos, por essa razão, e atendendo à genuína preocupação da SCMM em preservar estes exemplares, tendomantendo-os expostos num armário, foram aqueles incluídos no nosso

inventário, apesar de se incluírem na categoria de *Espólio Documental*.

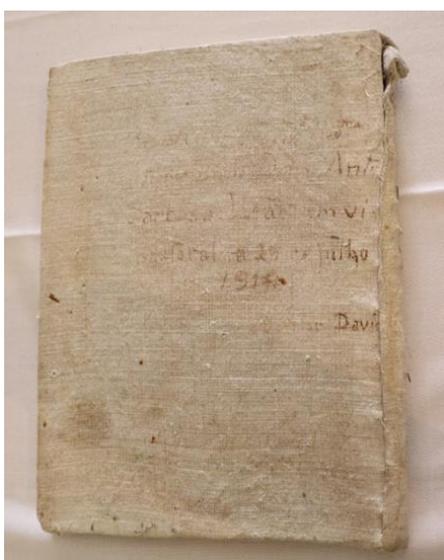


Figura 55: Pedra de Ara; Autor desconhecido; Séc. XX; Linho/ Calcário (?); 24x4x35; Nº Inv.: SCMM99; ©Clotilde Pratas

Pedra de ara (Fig. 55), exemplar ainda usado para o culto, encontra-se no Retábulo-mor na Igreja da SCMM, retangular benzida e colocada no altar onde o sacerdote fazia a consagração da missa. Esta é forrada por um tecido de linho, tafetá, encontrando-se no altarmor da Igreja. Embora nos tenhamos debatido sobre a categoria em que deveria o mesmo ser incluído, acabámos por decidir que o mais correto seria colocá-lo na categoria de *Epigrafia*, por exclusão de inclusão em outras

categorias. Apesar do que está escrito se encontrar um pouco ilegível, foi possível chegarmos à conclusão que esta pedra é de 1917, e que foi benzida pelo Bispo António Barbosa Leão⁶³.

Também na Sala de Despacho encontrámos outras alfaias religiosas como cálices, castiçais, jarros de estanho, agrupados nas categorias de *Ourivesaria* (Fig. 57) e *Metais*, consoante o material constitutivo (Fig. 56).



Figura 56: Marca em jarro de estanho; Santiago; Séc. XX; Estanho; 20x14x12; Nº Inv.: SCMM32; ©Clotilde Pratas



Figura 57: Contraste em cálice de prata; Águia do Porto; Séc. XIX; Prata; 20x12,5x575; Nº Inv.: SCMM53; ©Clotilde Pratas

No Centro de dia, encontram-se também expostos cálices em prata datáveis do século XX, conforme atesta o contraste Águia do Porto (1938-1984), e cuja marca de ourives é ilegível (Fig.57). Muito embora sem grande relevância histórica, estas peças estão associadas ao culto religioso da Santa Casa o que, associado ao seu valor intrínseco, determinou a respetiva inclusão no inventário da Misericórdia.



Figura 58: Armário com frascos de medicamentos; ©Clotilde Pratas

⁶³ Bispo do Algarve entre 1908- 1919

Uma das obras de misericórdia, consiste em dar assistência aos doentes. Ao longo da história, muitos hospitais, farmácias e enfermarias estavam associadas às Misericórdias, por isso, é comum encontrar muito património relacionado com essa atividade. Na SCMM encontrámos também alguns bens relacionados com a antiga farmácia, nomeadamente frascos de medicamentos (Figs.58 e 59), assim como, outros materiais ligados à saúde, que genericamente classificámos na categoria de *Ciências Médicas*. Devido à quantidade extensa de frascos, agrupámo-los em vários grupos conforme as suas características físicas.



Figura 59: Frasco de medicamento (Cochonilha); Autor desconhecido; Séc. XX; Vidro/Papel; 12x3,5 ;Nº Inv.: SCMM131-2; ©Clotilde Pratas

Para além deste património relacionado com a medicina, a SCMM possui património relacionado com os benfeitores, designadamente retratos fotográficos que possuem valor de memória, e que são imagens únicas, foi assim criada a categoria de *Fotografia*. Tentámos ainda saber quem eram estas pessoas em particular, mas muito pouco conseguimos apurar, salvo que foram beneméritos da Santa Casa.

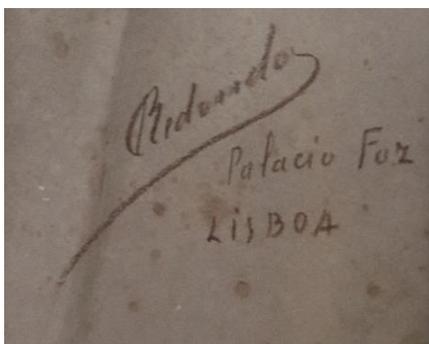


Figura 60: Pormenor da Figura 61- Estúdio fotográfico- Redondo, Palácio Foz. Lisboa; ©Clotilde Pratas



Figura 61: Retrato de Benfeitores; Redondo; Séc.XX; fotografia p/b; 67,5x77,5; Nº inv.: SCMM62; ©Clotilde Pratas

Apenas foi inventariado um retrato de casal (Fig. 61), o qual foi realizado no Estúdio Fotográfico Redondo, instalado no Palácio da Foz, Lisboa, em 1901, então bastante conhecido e reputado entre os lisboetas.



Figura 62: Retrato fotográfico de um Benfeitor - Dona Micaela; José Ayres; Séc.XX; fotografia p/b; 89x76; N° Inv.: SCMM63; ©Clotilde Pratas

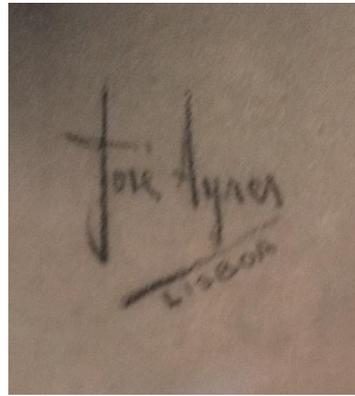


Figura 63: Pormenor da Figura 62; Estúdio fotográfico José Ayres, Lisboa; ©Clotilde Pratas

Dos retratos dos beneméritos, uma das personagens mais antiga é o de Dona Micaela (Fig.62), realizado no estudo fotográfico José Ayres em Lisboa (Fig.63). É interessante perceber que os monchequeiros mais abastados se faziam retratar por fotógrafos de renome ou em estúdios da capital portuguesa, então na moda.

Gráfico.5- Retratos Fotograficos dos Benfeitores da SCMM
- Estudios Fotográficos

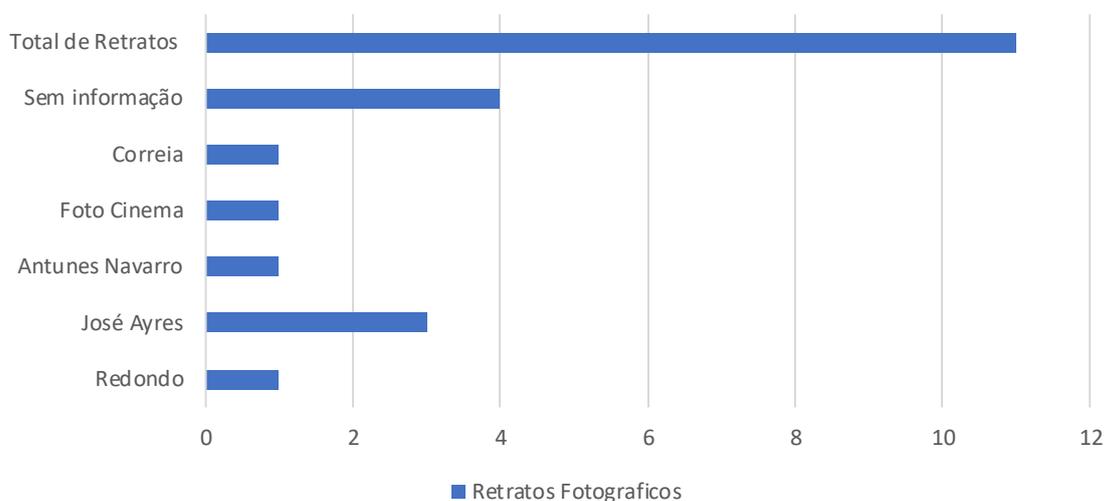


Gráfico 5: Tratamento dos dados dos estúdios fotográficos dos retratos dos Benfeitores da SCMM- Estúdios Fotográficos

Tal como é possível analisar no gráfico 5, no total existem no acervo da SCMM 11 retratos fotográficos, sendo que para alguns não foi possível detetar a autoria, visto que os retratos foram recentemente emoldurados, não nos foi permitido desemoldurá-los, sabendo-se que, muitas vezes, os autores dos retratos estão identificados no verso. Os estúdios que realizaram os retratos inventariados são: Correia (Faro), José Ayres (Lisboa), Foto Cinema (Portimão), Antunes Navarro (Lisboa), Redondo - Palácio Foz (Lisboa). Esta informação é relevante pois, futuramente, estes dados poderão vir a servir para um estudo que tenha por objeto este património fotográfico, tanto do ponto de vista artístico como do seu valor imaterial.

Todos os retratos estavam antes espalhados pelos vários edifícios da Misericórdia, no hospital, Centro de dia, lar e Igreja. Recentemente, foram todos emoldurados e encontram-se agora reunidos numa das salas do Centro de dia.

Em suma, todos os bens culturais, que integram este inventário foram escolhidos tendo em consideração as suas características, estéticas, utilitárias e pelo seu valor imaterial. Os bens que suscitaram dúvidas não foram incluídos neste estudo. Nos bens que incluímos podemos refletir se estes contam uma

história, do tempo, da atividade e das pessoas, que marcaram e marcam a atividade e a essência desta instituição. Encontrámos bens ligados diretamente à atividade social da Misericórdia, ao culto religioso nela praticado, e bens relacionados com os benfeitores, personalidades que dão vida e memória a esta instituição como também bens relacionados com a atividade médica, outra das missões que a Misericórdia assumia e oferecia à comunidade.

Após a análise deste espólio, conseguimos concluir que somente uma parte do património religioso, ainda hoje, é usado para o culto religioso. Constatámos também a preocupação da SCMM em preservar os elementos da cultura material mais antigos que ainda possui, substituindo-os por bens mais novos e guardando os mais antigos que se encontram em precário estado de conservação, com o fito de os vir a intervencionar num futuro próximo. Nas procissões em que a Santa Casa é precursora, e noutras em que participa em parceria com a Igreja Matriz, somente algumas peças é que ainda são usadas; as imagens de roca, as lanternas processionais antigas já não são usadas nesses rituais. Essa realidade encontra-se expressa no Gráfico 6, seguidamente apresentado.

Gráfico.6- Análise dos dados dos bens que ainda são usados nos rituais religiosos

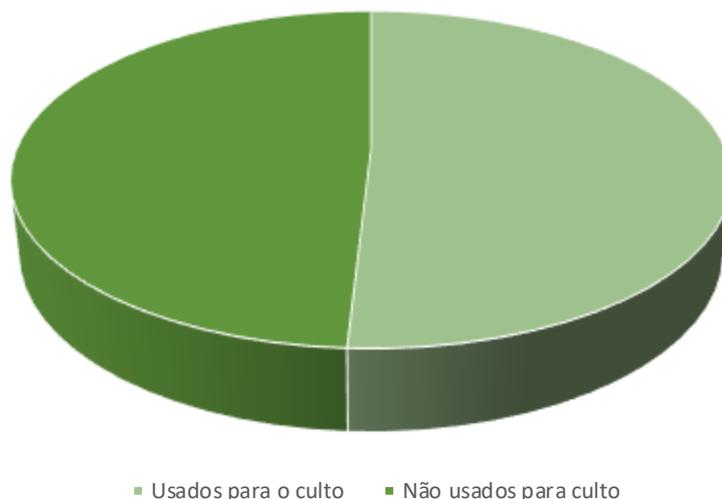


Gráfico 6: Análise dos dados dos bens que ainda são usados nos rituais religiosos

Concluimos, por último, que a Santa Casa da Misericórdia de Monchique é possuidora de um património cultural relativamente vasto, que atesta do seu percurso institucional, do seu contexto histórico e da sua missão social e económica, tendo sido influenciadores daquilo que atualmente a Misericórdia possui. Apesar de esta não ser uma instituição com um número elevado de património cultural, possui elementos chave, que não nos fazem questionar a veracidade desta instituição. Ao chegarmos ao fim do nosso inventário, deparámo-nos com o facto dos bens que esta detém variarem entre quatro séculos, e que, por isso, o estado de conservação destes bens é um dos pontos cruciais de referência no nosso estudo, embora a SCMM já se esteja a preocupar em preservar os seus bens, a fim de que as gerações futuras possam fruir destes. Muitas das decisões tomadas pelos mesários não são as mais corretas, porém com a realização deste inventário passar-se-á a ter um olhar mais particularizado de como esses bens se encontram e de qual deverá ser a nossa atitude numa vertente de conservação preventiva.

Com a realização deste inventário, que pretendeu ser tão rigoroso e abrangente quanto possível, passou a SCMM a conhecer o património cultural móvel e integrado de que é proprietária, e a dispor de um instrumento de gestão essencial à tomada de decisões futuras sobre a sua preservação e difusão.

Parte III- A Conservação Preventiva do património cultural móvel da SCMM

Antes de começarmos qualquer plano de conservação preventiva⁶⁴, temos que entender em que consta esta prática. Foi Gãel de Guichen⁶⁵ o primeiro a usar o termo conservação preventiva, e até aos nossos dias ainda existem muitas confusões sobre este conceito (ALARCÃO, 2007: 9). Genericamente, e depois de alguma investigação, entendemos que a conservação preventiva⁶⁶, é o conjunto de atitudes que podemos tomar direta ou indiretamente sobre um bem, com o objetivo de prevenir a sua degradação ou até mesmo a sua perda total.

Se for praticada uma boa conservação preventiva, e as condições ideais para determinados materiais forem asseguradas, a vida da peça será mais longa e estável e, conseqüentemente, não será necessário haver intervenções de restauro, o que permitirá a preservação da autenticidade da peça e conseqüentemente, não serão gastas grandes quantias de dinheiro em restauros (ALARCÃO, 2007:10).

O estado de conservação de um objeto está intrinsecamente ligado ao material no qual foi elaborado, na técnica construtiva e na trajetória das condições de armazenagem e exposição. (TEXEIRA & GHIZONI: 2012,15)

A criação de um plano de conservação preventiva (documento obrigatório para todas as entidades museais, de acordo com a LQMP), deve ser feita perante as necessidades de cada instituição, sendo necessário identificar os fatores de risco e identificar os bens que essa possui. Para tal, tem de haver um inventário, pois sem conhecermos o património cultural existente, dificilmente poderá ser criado um plano de conservação preventiva correto e eficaz. Claro que ao criarmos um plano para um museu ou para uma instituição, que tenha

⁶⁴ Podemos definir a conservação preventiva, em traços gerais, como um conjunto de ações que, agindo direta ou indiretamente sobre os bens culturais, visa prevenir ou retardar o inevitável processo de degradação e de envelhecimento desses mesmos bens.(CAMACHO: 2007, 7)

⁶⁵ Licenciado em Engenharia Química pela Escola Politécnica de Lausanne; Percursor da Conservação Preventiva.

⁶⁶ Conservação passiva ou indireta

como objetivo a utilização desses bens para exposição, as atitudes a tomar são aplicadas e pensadas de uma outra forma, muito diferentes do panorama que estamos a relatar na instituição que nos ocupa.

Surge-nos, assim, o problema de criar um plano de conservação preventiva para uma instituição não museológica, num edifício antigo e usado para fins religiosos e em que muitas das peças ainda são usadas para o culto religioso, nos nossos dias. Tendo em mente esta circunstância, o presente capítulo tem como objetivo elencar os princípios básicos para a elaboração de um primeiro plano de conservação preventiva do acervo da SCMM, identificando os fatores de risco e avançando com propostas para a sua salvaguardar.

Temos, portanto, que começar por uma análise geral, sobre como proteger os bens no todo, sendo o elemento mais importante o edifício que os contém e, precisamente, aquele que nos cria mais desafios, pois é a partir deste que todos os fatores de degradação são determinados. (CAMACHO, 2007: 14)

O edifício é a primeira barreira de proteção para as coleções que alberga. Por esse motivo, é fundamental considerar as suas características, compreender o seu comportamento e conhecer a sua localização e envolvente, uma vez que estes fatores podem influenciar a conservação do acervo (CAMACHO, 2007:14)

Apresenta-se-nos desafiante a criação deste plano, porquanto estamos a falar de uma instituição não museológica, em que o edifício não foi criado com o objetivo de ser um museu ou um polo museológico, mas sim para ser um ponto de culto religioso. Implantado em Monchique, no centro da vila, com um microclima diferente do resto do Algarve, numa zona montanhosa com existência de muita vegetação (hoje em grande parte ardida com o incêndio, do verão de 2018), e onde a humidade e a temperatura oscilam sempre muito. À volta da Igreja da SCMM existem edifícios de habitação e de comércio. As ruas são predominantes e circulam nelas diariamente muitos veículos automóveis, fator muito negativo devido às trepidações que estes provocam bem como à poluição atmosférica, que vão degradando o edifício e os bens culturais existentes no seu interior. Observando com atenção a envolvente da Igreja, é notório na envolvente onde está implantada que as casas têm quintais, varandas com

plantas, existindo uma florista mesmo à frente da Igreja, e a *rádio Foia* funciona ao lado desta, no seu espaço exterior tem uns dois carros abandonados (acumulação de resíduos pode ser um fator negativo para a conservação, precisamente porque pode trazer atividade biológica não benéfica); variados fatores podem prejudicar a conservação dos bens da instituição, pois existe um acumular de flora que pode originar atividade biológica nociva. A luz à noite é amarelada e reduzida, permitindo que a atividade biológica noturna seja mais ativa.

Como ficou dito, a construção do edifício remonta ao séc. XVII, com o intuito de ser usado para o culto religioso, as paredes são de grande espessura, o telhado é antigo, são visíveis as marcas dos vários terremotos que já sofreu e existem várias infiltrações. O Centro de dia, paredes meias com a Igreja é um edifício reconstruído, possuindo algumas paredes ainda da velha edificação que existia no local (antigo hospital da SCMM), na sala principal está exposta uma pintura *Visitação* (referida anteriormente), bem como, os retratos dos Benfeitores, existindo nesta área/sala muitas janelas que deixam entrar a luz direta, sem filtros UV, sendo precisamente um dos fatores de degradação das pinturas e retratos⁶⁷.

A nossa preocupação alerta-nos para a preservação deste património, sabemos que quando o património deixa de ser usado, poderá ser esquecido e guardado, por vezes, em condições deficientes, visto que um bom acondicionamento é o ponto essencial para uma boa conservação.

Na SCMM, para percebermos a que nível se encontra a degradação deste património, temos primeiro que identificar os fatores de degradação, para que possamos tomar atitudes e assegurar uma vida mais longa aos bens. O nosso estudo não tem como objetivo criar um plano extensivo, mas, simplesmente,

⁶⁷ *Ao longo dos tempos, alguns dos bens patrimoniais presentes nas igrejas tem vindo a deixar de serem utilizados (confessionários, teias, etc.), porque muitos deles perderam a sua funcionalidade ao serviço da liturgia atual, Porém, o património da Igreja conserva sempre um valor histórico e artístico, e a perda do seu caráter funcional não deve levar nunca a atitudes negligentes. A deslocação, desmembramento, degradação progressiva ou a intervenção irrefletida potência o desaparecimento destes testemunhos. Esses bens patrimoniais fazem parte da história da igreja e da nossa memória cultural e devocional.* (CARVALHO & ALMEIDA, 2007)

avançar com indicações sumárias, para que tanto a curto prazo como a médio prazo, venham a ser tomadas medidas concretas e direcionadas para a preservação dos bens móveis e integrados que a SCMM possui.

1. Fatores de risco presentes na SCMM

Foram identificados vários fatores de risco para o património cultural da SCMM, sendo que os primários são: a luz, a humidade relativa e a as oscilações de temperatura, as pragas, os poluentes atmosféricos e o deficiente manuseamento dos bens. Não sendo a SCMM uma unidade museológica, surgem outros fatores, que num museu devidamente organizado dificilmente podem aparecer, tais como o roubo e o vandalismo, é bem conhecido que as igrejas muitas vezes são assaltadas, devido aos bens que possuem de prata, ouro e até as imagens de roca que têm grande valor de mercado, também os recursos humanos não têm formação em património e conservação, o afluxo dos visitantes, turistas e dos fiéis, que têm por hábito tocarem nas imagens (a *Virgem das Dores* que se encontra na Igreja é frequentemente mexida, onde deixam uns papéis com promessas debaixo da sua base), entre outros rituais que prejudicam a integridade física do bem. O fogo, como os acontecimentos relativamente recentes vieram demonstrar, é um fator de risco maior, até porque são poucas as igrejas que possuem um sistema anti-incêndio, e no caso da SCMM não existe nenhum sistema anti-incêndio, nem sequer um plano de emergência e de evacuação. Por último, temos um fator que pode destruir por completo o património da SCMM; referimo-nos aos sismos, uma vez que o Algarve é propício aos tremores de terra.

Começamos pelos fatores de degradação primários, que identificámos para o património da SCMM na sequência da elaboração do nosso inventário que realizámos, o qual, apesar de ser um estudo individual de cada bem cultural também permite analisar o conjunto patrimonial no seu todo, assim como, verificar como estão e como devem ser, idealmente, as condições ambientais para cada tipo de material.

a) Luz

Na SCMM, a luz está presente em todos os locais onde estão os bens: na nave da Igreja da SCMM, na sacristia, na Sala de despacho e no Centro de dia. Conforme o Plano de Conservação Preventiva, a luz visível e ultravioleta, é um fator de risco bastante prejudicial, para todos os bens e em particular para os têxteis que, no caso em apreço, estão expostos à luz direta e natural, bem como, à luz artificial, razão pela qual os têxteis que integram este inventário estão desbotados e degradados, com as fibras fragilizadas, sobretudo os que se encontram mais degradados e mais expostos à luz, encontram-se na sala de despacho.



Figura 64: Aspeto da Sala de despacho, com exposição direta dos bens culturais à luz solar; ©Eduardo Jacinto

As casulas (N^{os} inv. SCMM50-1; SCMM51-1; SCMM52-1), bolsas corporais (N^{os} inv. SCMM116; SCMM117; SCMM118), manípulos (N^{os} inv. SCMM50-2; SCMM51-3; SCMM52-3), estolas (N^{os} inv. SCMM51-2; SCMM52-2) e opas (N^{os} inv. SCMM90; SCMM91; SCMM92) encontram-se penduradas em cruzetas na vertical, num armário que deixa passar a luz e poeiras. Nesse mesmo armário na parte de baixo encontram-se as bolsas corporais (N^{os} inv. SCMM116; SCMM117; SCMM118), sem qualquer tipo de proteção, os têxteis encontram-se desbotados e com buracos devido às traças e ao pó. Nesta situação, para além da luz, existe um mau acondicionamento que prejudica a integridade do têxtil. Na Figura 65 podemos ver o tipo de degradação que os têxteis sofrem, com perda de material, desgaste, desbotamento, destacamento, manchas de fungos e oxidação, somente na casula (inv. SCMM50-1) podemos ver as diversas patologias que se concentram numa mesma peça têxtil.



Figura 65: Pormenor da Casula N^o inv.: SCMM50-1; ©Clotilde Pratas

Para além dos têxteis/paramentaria, as esculturas com camada de policromia e as pinturas sobre telas também se vão degradando com o tempo e com a constante exposição à luz (amarelecimento do verniz e alteração dos pigmentos), devemos entender que este tipo de degradação é irreversível. A luz pode criar uma reação química acelerando a degradação do bem. Na sacristia temos as imagens de roca (Fig. 66) (*Virgem das Dores* (inv. SCMM2-1); *São João Evangelista* (inv. SCMM11)), expostas à luz natural todos os dias, a qual entra no espaço através de duas janelas ali existentes, que não possuem qualquer tipo de filtro UV ou mesmo simples cortinas de pano cru.



Figura 66: Sacristia da SCMM, pormenor das duas imagens de roca; ©Clotilde Pratas

Apesar de ainda não ser visível grandes alterações na camada de policromia, as vestes destas imagens de roca, embora sejam modernas, já estão desbotadas devido à frequente exposição à luz.

Embora não estando incluído no nosso inventário, consideramos importante referir que também o espólio documental não se encontra nas

condições ideais de acondicionamento, pois está constantemente exposto à luz, num armário com portas de vidro (Fig. 67), do mesmo género àquele onde estão expostos os têxteis. Por causa da grande humidade existente neste compartimento, todos os dias é aberta uma janela existente nesta divisão, procurando-se assim arejar o espaço e controlar a humidade relativa com o aumento da temperatura exterior, quando é o caso.



Figura 67: Sala de despacho, armário com o espólio documental não inventariado e armário com os frascos de medicamentos; ©Clotilde Pratas

Proposta

Para minimizar os danos causados pela exposição à luz, propomos algumas medidas, que podem contribuir para um aumento de tempo de vida dos bens, nomeadamente, colocação de filtros UV nas janelas da Igreja, sacristia, sala de despacho e no Centro de dia, uso de lâmpadas Led de luz branca (baixa radiação UV e IV), principalmente na Igreja, uma vez que são as luzes que estão mais tempo ligadas. Sempre que possível, as janelas deverão estar fechadas e as luzes apagadas quando não são necessárias.

Para além destes pontos que contribuirão para a diminuição da quantidade de luz, que entra para dentro do edifício e o tempo de exposição, temos que abordar a questão do acondicionamento, principalmente dos têxteis e do espólio documental. Perante a situação como estão acondicionados os têxteis, na vertical, em cruzetas, não sendo essas as condições ideais para o material como o têxtil, propomos uma forma mais segura para guardar este tipo

de material. Antigamente, estes eram guardados no arcaz da sacristia em gavetas e na penumbra e, dessa maneira, os têxteis perduravam bastante tempo; entendemos, com base nessa teoria, propor que voltem a ser acondicionados dessa forma; devendo ser guardados sem dobras, com papel de seda *acid free*, as gavetas do arcaz da sacristia deverão ser limpas e forradas com pano de algodão e não deverão ser empilhadas muitas peças têxteis na mesma gaveta.

Quanto ao espólio documental, por não ter sido ainda estudado e ser arriscado andarmos a mexer sem antes o catalogarmos, propomos que se coloquem umas cortinas de pano cru nos vidros do armário para não entrar tanta luz.

Para as bandeiras, cujo verniz se encontra a oxidar, propomos uma opção simples, criar umas capas de pano cru para tapar as telas, quando estas não são usadas, o que irá contribuir para que as telas não apanhem luz direta e assim não se degradarem mais.

b) Humidade Relativa (HR%) e Temperatura (° C)

A humidade relativa⁶⁸ varia perante vários parâmetros, tais como: humidade exterior, chuva, massas de água, humidade no solo e nas paredes (infiltrações), inundações, temperatura, respiração e transpiração de pessoas. Sabemos que a H.R. e a temperatura estão interligadas quando a temperatura é mais alta a H.R. diminui e vice-versa.

Devido a esses fatores, é muito difícil de controlar a humidade relativa na Igreja, mas a verdade é que os bens que nela se encontram, já se adaptaram às suas oscilações e à instabilidade criada pelo facto da porta ser aberta todos os dias, pois vários grupos de pessoas entram na Igreja da Misericórdia e as janelas

⁶⁸ A humidade relativa (H.R.), expressa em percentagens (%), define-se com sendo a relação entre a quantidade de vapor de água existente num determinado volume de ar e a quantidade máxima de vapor de água, que esse mesmo volume pode conter a uma dada temperatura. Assim, um valor de 100% de H.R. corresponde a um volume de ar saturado de vapor de água, enquanto que 0% corresponde a um volume de ar totalmente seco (CAMACHO, 2007: 101)

são abertas constantemente. Na sala de despacho devido a uma grande infiltração que existe nas paredes, as janelas são abertas todos os dias para tirar o cheiro a bolor.

Proposta

Devido à elevada humidade exterior, e para que essa não afete as condições ambientais no interior no edifício, haverá que calafetar as janelas e portas, mas também tratar das infiltrações na sala de despacho, e usar um desumidificador. E, claro, convém não abrir as janelas constantemente, quando abrimos uma janela existe uma drástica alteração de humidade relativa, essa alteração brusca é bastante prejudicial para a conservação das peças.

As bandeiras, que são guardadas na sala de despacho, não devem ser colocadas no chão pois se houver uma inundação essas serão logo as primeiras a serem afetadas; devem, por isso, ser colocadas em cima de um suporte ou uma base que não permita o contacto direto com o chão.

O armário onde está o espólio documental, deverá ser afastado da parede, que se apresenta com claros vestígios de infiltração, e que urge ser reparada.

O controlo da temperatura no interior da Igreja será um ponto fundamental para o controlo da H.R..

c) Poluentes atmosféricos

Apesar de ser uma vila e não haver grandes níveis de poluição como numa grande cidade, devemos ter em atenção que este fator de degradação pode existir sem que ainda tenhamos notado; os gases poluentes podem surgir dos veículos motorizados, como também da reação dos vários materiais em contacto uns com os outros, mas também pelos detergentes que possam ser usados nas limpezas. Não conseguimos detetar degradação causada por estes fatores nos bens objeto deste trabalho, mas propomos várias medidas com o propósito de se conseguir evitar futuras degradações.

Proposta

Para não continuar a haver degradação dos bens devido a este fator, aqueles devem estar protegidos e acondicionados em caixas de cartão (*acid free*), sejam eles têxteis, papéis, metais, imagens. Essa prática só é viável para os bens que estão guardados sem qualquer utilidade.

Mais, torna-se necessário dar formação a quem limpa a igreja e salas anexas (sacristia, sala de despacho e Centro de dia), para não serem usados produtos tóxicos, pelo contrário, optarem por produtos o mais neutro possível, para que não libertem gases prejudiciais aos bens. Na limpeza devemos usar aspiradores com filtros, e não vassouras que levantam poeiras. Não lavar a pedra (lavabo da sacristia, pias de água benta) com detergentes, pois aquela é porosa.

d) Pragas

Infelizmente a presença de pragas é uma realidade na SCMM; na sacristia é visível a presença de térmitas no teto (são visíveis os excrementos).

Nos documentos, encontramos muitos lepismas (vulgo peixinhos de prata), difíceis de controlar na sala de despacho e noutras divisões. Esta é uma realidade devido à humidade ser elevada, sendo o papel e os têxteis os principais materiais afetados por esta praga.

Proposta

Deverá ser efetuado, com a máxima urgência possível, um levantamento aprofundado das zonas que referimos, para que sejam tomadas as devidas e urgentes medidas de combate às pragas existentes, algumas por nós identificadas. Uma desinfestação adequada é fundamental.

Como prevenção e a fim de impedir que se agrave a atual situação, deverão ser tomadas medidas em relação às pragas, moscas e mosquitos e outros insetos, que danificam os vários materiais de que são feitos os bens inventariados, colocando armadilhas anti-pragas, autocolantes, que não são tóxicas e devem ser removidas quando estiverem cheias. Não devem ser deixadas as carcaças dos insetos durante muito tempo, pois atrai outras pragas.

Colocar ratoeiras, para saber se existe ou não roedores, que deverão ser verificadas frequentemente. Os armários devem ser abertos frequentemente pois os roedores gostam de locais escuros e sossegados.

Todos os bens de madeira afetados por algum tipo de xilófago (caruncho da madeira) deverão ser logo colocados separados dos outros, bem como, levados para que lhes seja aplicado o método de anoxia, em que é retirado o oxigénio, este método não é tóxico, sendo o ideal para este tipo de peças. Deverá ser feita, todas as semanas, uma verificação nas diversas divisões onde se encontram as diversas peças inventariadas, porquanto o controlo das áreas será a nossa melhor arma, para termos uma resposta rápida e eficiente.

e) Fator humano

Os recursos humanos existentes na SCMM são os possíveis, poucos para as necessidades reais da instituição, não havendo nenhum funcionário com formação especializada em património cultural. Ali, todos exercem um trabalho polivalente, cuja dedicação e experiência são o basilar da guarda e manutenção de todo o espólio aqui estudado. Se estivéssemos perante um museu, teríamos especialistas na gestão do património, técnicos esses que adotariam várias atitudes para preservar este património, como por exemplo, manusear estes bens com luvas, manteriam as janelas fechadas, por causa da luz, bem como, para impedir a entrada de insetos (moscas, mosquitos e outros), aquelas também interferem com a humidade relativa do edifício. Como são peças que estão em uso constante, pois servem o culto religioso, permanecem expostas para os crentes e o público em geral, sendo possível ver estes bens nas procissões da Semana Santa em Monchique, nestas alturas ficam sujeitos a todas as intempéries e, ainda, a possíveis pequenos acidentes, por estes factos sofrem degradações que com o decorrer do tempo, poderão ser de grande impacto para o bem. Surge-nos, ainda, um outro grande problema com o público religioso ou não religioso, que gostam de tocar nas imagens pedindo a sua intercessão por algo que os aflige, estando as imagens nessas zonas com gordura e a camada cromática gasta.

Proposta

Deverá existir uma pessoa (uma espécie de *courier*) que tenha o conhecimento de cada peça e, se esta sair num ato religioso, deverá registar o respetivo estado de conservação, assim como, anotar o percurso que a peça fará, a hora de saída e a de recolha, pois muitas vezes, nas cerimónias religiosas as peças ficam na Igreja Matriz. Este *Courier*, será o zelador da peça, e quando esta voltar ao seu local de origem, ou seja, à Igreja da SCMM, deverá ser realizada nova recolha de dados para se verificar se houve danos e, em caso afirmativo, tomar as medidas necessárias para proceder à intervenção adequada de conservação ou de restauro. Mais, este tipo de controlo vai permitir que as peças do acervo não se degradem, nem sejam desviadas, evitando ainda que permaneçam indefinidamente noutra local que não o seu, pois a saída destes bens do seu local de origem é indesejável, uma vez que todos eles estão no seu contexto preferencial ligados ao culto religioso.

Deveria ainda ser proporcionado às pessoas que manuseiam os bens culturais uma formação adequada, para que possam ter o conhecimento mínimo de como se deve conservar e preservar, preventivamente, o património objeto deste estudo. Podemos identificar algumas atitudes a tomar que contribuirão para ajudar a fazer a diferença na conservação preventiva, por exemplo, as esculturas, as pinturas e a maior parte dos bens culturais deverão ser manuseados com luvas de algodão ou de latex, evitando-se sempre o contacto direto com as partes mais sensíveis dos objetos, como é o caso da camada cromática, nas pinturas. Dar formação aos funcionários da SCMM sobre como devem proceder com o património cultural da SCMM, será certamente um objetivo imprescindível a concretizar, para assegurar a preservação destes bens.

A colocação de sinalética no local, com o propósito de informar o público sobre como deve ser utilizado o espaço a visitar, bem como, quais os comportamentos a adotar em relação aos bens móveis, (por exemplo, não usar *flash* quando tirarem fotografias, não correr dentro da Igreja, evitar ao máximo o contacto físico com os bens, etc.), são questões que, por norma, um crente sabe e pratica, contudo, uma vez que existe um grande volume de turistas a visitarem

Monchique, por vezes, esse conhecimento não existe, por isso, impõe-se-nos o dever de informar todos os visitantes.

Nas limpezas, sempre que sejam necessárias, deve-se utilizar um aspirador, assegurando que não se espalhem poeiras no espaço, e aquando da limpeza normal de uma peça, o pó nelas depositado deverá ser removido com espanadores, trinchas ou pincéis macios, tendo um aspirador, com sucção fraca, para sugar os pós libertados, sendo aconselhável colocar uma rede de gaze no bocal do aspirador para impedir que, inadvertidamente, seja aspirado algum fragmento do bem (CARVALHO, 2012: 82).

Em conclusão, formar e informar serão dois pontos imprescindíveis, para uma boa e eficiente conservação preventiva do património cultural da instituição.

f) Incêndio

Os incêndios são uma realidade, desencadeando-se quando menos esperámos. Os fatores mais relevantes num edifício com as características do nosso estudo são as instalações elétricas e os bens de combustão rápida que o integram.

O Decreto-Lei nº 224/2015, de 9 de outubro, vem no artº 4º, Capítulo II - Caracterização de Edifícios e Recintos⁶⁹. A *alínea f)* do artigo 8º do referido decreto-lei refere:

f) Tipo VI «espetáculos e reuniões públicas», corresponde a edifícios, partes de edifícios, recintos itinerantes ou provisórios e ao ar livre que recebam público, destinados a espetáculos, reuniões públicas, exibição de meios audiovisuais, bailes, jogos, conferências, palestras, culto religioso e exposições, podendo ser, ou não, polivalentes e desenvolver as atividades referidas em regime não permanente, nomeadamente teatros, cineteatros, cinemas, coliseus, praças de touros, circos, salas de jogo, salões de dança, discotecas, bares com

⁶⁹ Artigo 4.º Princípios gerais

1 - O presente decreto-lei baseia-se nos princípios gerais da preservação da vida humana, do ambiente e do património cultural. (Decreto-Lei nº224/2015 de 9 de outubro)

música ao vivo, estúdios de gravação, auditórios, salas de conferências, templos religiosos, pavilhões multiusos e locais de exposições não classificáveis na utilização - tipo X; (Decreto-Lei nº 224/2015, Capítulo II – Caracterização de Edifícios e Recintos, Artigo 8)

Este diploma vem estabelecer um regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios, para que a prevenção contra incêndios seja uma realidade, fazendo referência a que as igrejas também têm que criar as suas próprias defesas contra esta catástrofe. O fogo destrói em minutos todo um património cultural, perdendo-se, assim, parte da identidade de uma instituição, ou mesmo, de uma comunidade, podendo ainda trazer graves consequências para tudo o que se situar à sua volta.

A Igreja da SCMM é um edifício antigo, o seu património integrado, sendo maioritariamente constituído por retábulos de madeira e outros materiais inflamáveis. Mais, a Igreja não possui nenhum dispositivo anti-incêndio ou plano de emergência interno⁷⁰.

Proposta

Propomos que seja criado um plano de emergência interno, colocadas plantas de evacuação, à entrada do edifício que assinalem os pontos de saída. Os bombeiros deverão ter conhecimento da planta do edifício, e colaborar na elaboração do próprio plano de emergência.

A instituição deverá colocar extintores⁷¹ especiais, a fim de impedir a degradação dos bens, em posições estratégicas do edifício, principalmente ao pé dos retábulos, devendo o referido plano de emergência identificar os bens de maior valor, quais os que devem de ser evacuados e os procedimentos a tomar. Nesta categoria, incluiríamos as bandeiras (inv. SCMM5 a SCMM12), as pinturas *Visitação* (inv. SCMM138), *Menino Jesus Profetizando* (inv. SCMM16), as imagens de roca *São João Evangelista* (inv. SCMM1-1), *Virgem das Dores* (inv.

⁷⁰ De um Plano de emergência interno, constam: o plano de atuação; o plano de evacuação; instruções de segurança e plantas de emergência.

⁷¹ Preferencialmente, extintores de água pulverizada, sem aditivos.

SCMM2-1) e *São Francisco* (inv. SCMM3-1), assim como, as peças em prata, com as píxides (N^{os} inv. SCMM101; SCMM102), o cálice (inv. SCMM53), e a patena (inv. SCMM57).

A SCMM deverá ainda providenciar no sentido de ser colocada uma boca de incêndio junto à Igreja, verificar se o acesso até à Igreja é suficiente para permitir a passagem de um camião de bombeiros e identificar na estrada, por meio de sinalética adequada, a Igreja da SCMM, para que seja rápida a resposta. Deverá também ser efetuado um simulacro com uma explicação antecipada para que todos os habituais utilizadores saibam como agir em caso de incêndio, solicitar aos vizinhos da Igreja para estarem atentos a algum sinal de incêndio, dando de imediato o alerta aos bombeiros.

Na Igreja da SCMM não acontece, mas é sempre bom lembrar que não devemos acumular objetos, sem que estejam devidamente acondicionados, nas entradas, na Igreja e salas adjacentes, pois esse amontoar pode ser um fator agravante e um obstáculo ao sucesso de uma resposta pronta na evacuação de pessoas e bens.

g) Sismo

De extrema relevância tendo em conta que o Algarve é uma região onde a atividade sísmica é elevada, por exemplo, a Igreja objeto do nosso estudo, já sobreviveu ao terramoto de 1755, para além de outros tremores de terra de menor intensidade, que se fizeram sentir ao longo dos anos.

Embora sendo impossível impedir esta provação da mãe natureza, deparámo-nos com várias situações em que podemos tomar uma atitude para prevenir e, subsequentemente, reduzir possíveis danos nos bens da SCMM. Neste sentido, passamos a indicar algumas medidas pontuais, que deverão ser adotadas pela instituição, a título preventivo.

Proposta

As imagens de roca que se encontram na sacristia devem ser fixadas às respetivas bases.

Na sala de despacho, devem ser colocados nos armários os elementos mais pesados, e os que se quebrem, nas prateleiras de baixo.



Figura 68: Centro de dia sala com os retratos dos Benfeitores expostos; ©Clotilde Pratas

No centro de dia (Fig. 68), os retratos dos benfeitores não devem estar apoiados somente nos sofás, sendo necessário pendurá-los, visto que se apresentam em risco de cair.



Figura 69: Centro de dia, com o armário com as peças de ourivesaria; ©Clotilde Pratas

Este armário (Fig.69), por exemplo, encontra-se no centro de dia, sendo um armário de prateleiras de vidro, as quais precisavam de ser de madeira ou outro material que não se parta se houver uma atividade sísmica forte.

h) Furto e Vandalismo

A SCMM não possui nenhum sistema de alarme, nem de videovigilância, conseqüentemente, e por se tratar de um templo de oração, frequentemente, mantém a porta da Igreja aberta aos fiéis, mas também assegurando a todos os que visitam Monchique, que possam usufruir daquele património cultural. As janelas também costumam estar abertas para proporcionar a circulação de ar aos vários compartimentos, ficando assim facilitada a entrada de indivíduos estranhos, que venham com intenção de furtar os bens ali existentes. Sendo este tipo de situação frequente no Algarve, cujas vilas e cidades são pequenas e onde todos se conhecem, daí haver um menor cuidado na questão da segurança.

Caso uma peça do acervo seja furtada ou até vandalizada, o inventário que realizámos facilitará a rápida identificação do bem em questão, podendo desde logo ser transmitida essa informação às autoridades para que esta possa tomar as devidas providências.

Notámos, contudo, que por esta Igreja se encontrar no interior da vila de Monchique e de estar rodeada de casas de habitação e comércio, diminui o risco de assalto e o controlo efetivo é mais fácil.

As imagens de roca, que são bens considerados, pela sua técnica e estética, dos mais valiosos do acervo, estão colocadas em sítios de fácil acesso, a *Virgem das Dores*, *São João Evangelista* e *São Francisco* encontram-se na sacristia, mas devido às suas dimensões, são difíceis de furtar.

Os bens de ourivesaria que já não são usados para o culto religioso, são guardados em armários com vitrines de vidro na sala de despacho e no Centro de dia, o que é bastante positivo, pois assim é mais fácil de controlar se alguma peça desaparecer. O ideal seria os armários terem fechaduras, que somente uma pessoa responsável tivesse as chaves.

Proposta

Propomos a colocação de um alarme e de um sistema de videovigilância na Igreja e nos espaços adstritos, onde se encontrem bens culturais, assim

como, trincos de segurança nas janelas, e redes de aço nas mesmas, para que seja mais difícil o acesso ao interior, quando estas estão abertas.

Compreendemos que seja difícil colocar um vigilante em permanência, quando a Igreja está aberta, mas esta seria a solução ideal⁷².

Sugerimos ainda que nas imagens de roca, que se encontram na sacristia, seja colocado um fio de aço à volta da base (devidamente revestido para não lesar o bem), e que estas sejam fixadas aos nichos onde se encontram. Também propomos que sejam criadas vitrines de acrílico, para que nelas se possam guardar as imagens de roca que já se encontram disponíveis ao culto, por modo a evitar a acumulação de poeiras.

Os bens que integram a categoria de ourivesaria, no nosso inventário, devem permanecer nos respetivos armários, onde se encontram atualmente, devendo estes passarem a estar munidos com fechaduras e portas fechadas.

Aquando do fecho da Igreja, deverá ser feito um controlo, a fim de verificar se alguém permanece dentro da mesma, escondido em algum local.

Em suma, depois de identificadas as principais fragilidades em termos de segurança do acervo da SCMM, este capítulo tem como objetivo alertar para várias situações de risco que este património cultural sofre no dia a dia na SCMM, e durante as diversas celebrações religiosas a que está associado, sempre com o intento de propor soluções simples, relativamente pouco onerosas e exequíveis, que possam contribuir para uma melhor gestão desse património, tendo, sempre, em consideração, o facto de estarmos perante uma instituição não museológica e que exige respeito para com as práticas e rituais religiosos, e os costumes comunitários.

Criámos, assim, uma tabela para facilitar a informação de quais são os fatores de risco que degradam mais cada tipo de material. Esta tabela foi

⁷² Nas grandes cidades não temos esta noção, mas as pessoas de locais pequenos são muito protetoras do seu património, neste nosso caso quando estávamos a trabalhar no inventário, muitas pessoas da comunidade vinham perguntar o que se estava a fazer, essa curiosidade contribui para dificultar a vida de alguém que queira roubar ou com intenções maliciosas.

baseada no *Plano de Conservação Preventiva – bases orientadoras, normas e procedimentos* (CAMACHO, 2007).

Riscos		Materiais							
		Pedra	Têxteis	Ourivesaria	Vidro	Papel	Madeira	Porcelana	
F A T O R E S D E R I S C O	Água	Inundações	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Verde	Vermelho	Verde	
		Infiltrações	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Verde	Vermelho	Verde	
		Humidade elevada	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Verde	Vermelho	Verde	
	Luz	Visível	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Verde	
		Ultravioleta	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Amarelo	Verde	
	Ataque Biológico	Microrganismos	Amarelo	Vermelho	Verde	Verde	Vermelho	Verde	
		Insetos	Amarelo	Vermelho	Verde	Verde	Vermelho	Verde	
	Negligência	Armazenamento incorreto	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho
		Manuseamento incorreto	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Vermelho
	segurança	Roubo	Amarelo	Verde	Vermelho	Vermelho	Verde	Vermelho	Vermelho
		Vandalismo	Vermelho	Verde	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho
	Sismo	Baixa intensidade	Vermelho	Verde	Amarelo	Vermelho	Verde	Amarelo	Vermelho
Alta Intensidade		Vermelho	Verde	Amarelo	Vermelho	Verde	Amarelo	Vermelho	

Legenda: Baixo risco ■
Médio Risco ■
Elevado Risco ■

Tabela 2: Fatores de risco dos vários materiais

Este estudo foi feito particularmente para as situações que estão a ocorrer na SCMM, e que conseguimos apurar durante o nosso trabalho de campo, espelhando aquilo que as peças têm sofrido ao longo dos tempos. Chegámos à conclusão que a bandeira real (inv. SCMM12) será a peça que precisa, rapidamente, de uma intervenção de restauro, pois a tela apresenta *craquelê*, rasgões, lacunas e oxidação do verniz, bem como, uma grande acumulação de poeiras e sujidade.

Reiterámos a importância fulcral para que a SCMM aposte num plano de conservação preventiva, passando a adotar pequenas atitudes, que podem contribuir para uma vida mais longa do seu património cultural.

Conclusões

Partimos do pressuposto de que os responsáveis pelas Santas Casas da Misericórdia têm vindo a tomar consciência, ao longo dos anos, da relevância da inventariação dos respetivos patrimónios culturais, e conseqüentemente, aumentado o sentido de responsabilização inerente ao facto das Santas Casas serem detentoras de um imenso valor histórico-artístico, indubitavelmente com um marcante significado socio-cultural. Tendo, neste sentido, a UMP trabalhado em busca de fundos e programas a fim de assegurar a realização de vários inventários de cariz museológico, constatámos que algumas das Misericórdias têm-no realizado por si próprias, embora mantendo idênticos princípios de rigor científico e adotando as mesmas boas práticas museológicas.

Assim sucedeu, também, com a Santa Casa da Misericórdia de Monchique, a cuja preocupação de salvaguardar o património cultural móvel de que é proprietária, associámos o nosso gosto pela Museologia e as ligações pessoais que temos a Monchique, levando-nos a aceitar o desafio que daria origem à presente dissertação.

Justificando-se, deste modo, o foco fundamental desta dissertação, sumariamente, o de contribuir para o conhecimento global do património cultural vasto, que aquela instituição possui, mas que é de todos e, por conseguinte, que todos têm o direito de fruir quer a responsabilidade de preservar. Por outras palavras, trata-se de entendermos o quão importante é, não só para a SCMM, como inclusive, para toda a comunidade a que a instituição tem vindo a prestar apoio sociocultural e religioso, ao longo dos últimos séculos.

Desde a criação da SCMM, que esta tem desempenhado um papel relevante junto da comunidade local, razão pela qual é tão importante preservar o património cultural material e imaterial que a instituição possui, para que as próximas gerações tenham a possibilidade de continuar a fruir do mesmo. No que respeita a proteção do valor histórico-cultural, que o património da SCMM abrange, o nosso estudo constituiu uma premência, na vertente da salvaguarda e proteção deste património. A realização deste inventário científico, dos bens

móveis e integrados com valor cultural, revelou-se fundamental para a instituição conhecer melhor o seu acervo, a fim de conseguir uma gestão eficaz do mesmo.

Tendo-se planeado, inicialmente, inventariar todo o espólio da SCMM, devido ao limitado tempo de que dispúnhamos, acabámos por efetuar uma triagem, na qual excluímos o espólio documental, cuja catalogação respeita regras muito próprias, assim como, algumas peças cujo valor material e imaterial se nos apresentou questionável, precavendo-nos para que não tivéssemos mais tarde de os retirar do inventário. Não obstante termos tomado esta decisão, nada impede que no futuro, na sequência de um estudo mais aprofundado e, evidentemente, se a SCMM assim o entender, outros bens possam vir a integrar este inventário. Como sabemos, um inventário resulta do registo e de um estudo científico individual de cada bem, cujo somatório resulta no conhecimento global de todo o património da instituição, que vai crescendo ao longo do tempo em resultado de novas incorporações, conseqüentemente, o inventário está permanentemente a ser atualizado.

O inventário do acervo da SCMM permite, ainda, uma valorização do património, através da sua divulgação. A SCMM tenciona, aliás, criar no futuro uma exposição, onde possa contar a sua história, ambicionando ainda, a criação de um núcleo museológico, projeto que somente será exequível pelo facto de termos os bens inventariados e a coleção genericamente estudada.

Desde logo, não podemos deixar de transmitir as dificuldades com que nos deparámos enquanto estávamos em campo, nomeadamente, articular horários com a instituição, coordenar o nosso tempo com o tempo em que os respetivos espaços estavam vazios, possibilitando, assim, a realização do nosso trabalho, mas também, a dificuldade em manusear certas peças de grandes dimensões ou com algum nível de degradação. Começámos a inventariar pela Igreja, onde tivemos a possibilidade de criar um estúdio fotográfico portátil, tirar medidas, analisar, avaliar e marcar as peças, alternando os espaços conforme a disponibilidade destes. Numa vertente mais teórica, convém assinalar que a etapa que nos levantou mais questões foi a classificação por categorias, dos diversos bens.

As fichas usadas foram inspiradas na ficha *Matriz*, depois de adaptadas à realidade da SCMM e das suas coleções. A inventariação foi feita manualmente, não tendo sido adquirido qualquer sistema informático para a sua informatização, o que poderá vir a ser equacionado no futuro próximo. Elaborámos as fichas em formato digital, as quais foram ordenadas por pastas, cada uma com o respetivo número raiz de inventário, dentro das referidas pastas, foram reunidas as fichas do inventário, numeradas, e incluídas também as respetivas imagens digitais, já anteriormente editadas e tratadas pelo programa *PHOTO SCAPE*.

Elaborámos um dossier com todas as fichas de inventário impressas, bem como, o Livro Geral de Inventário, uma peça fundamental para a organização do processo, e para uma fácil pesquisa dos bens, o qual foi entregue à SCMM, sendo este, naturalmente, um documento em aberto, tal como o próprio inventário.

Ainda na vertente teórica entendemos que seria necessário dividir a nossa dissertação em três partes. Incorporando na primeira parte, *O inventário como instrumento fundamental para a salvaguarda do património*, onde abordámos a importância do inventário museológico, como tem sido realizado pelas Misericórdias Portuguesas e a sua importância na gestão das coleções das Santas Casas. A segunda parte, foi, especificamente, dedicada à Santa Casa da Misericórdia de Monchique e ao seu património artístico. Divide-se em 2 capítulos que apresentam, respetivamente, a SCMM e o seu património cultural, descrevendo o processo de inventariação, bem como, caracterizando o património móvel e integrado que esta instituição possui. E por último, a terceira parte, sobre conservação preventiva.

Sabendo que as Santas Casa das Misericórdias possuem três tipos de património móvel: arte sacra (culto religioso), ciências médicas (farmácia e hospital das Misericórdias) e as doações de fiéis e beneméritos, que integram uma plêiade de bens, apraz-nos concluir que identificámos, neste inventário, a existência dos três tipos de património, e que constatámos que o património da SCMM, proveniente de doações, está intrinsecamente ligado ao culto religioso.

De mencionar ainda, que para as 299 peças inventariadas, foram criados unicamente 148 números de raiz, a partir dos quais foram criados vários conjuntos, de acordo com as características estéticas e utilitárias dos objetos, tendo sido preenchidas 157 fichas de inventário.

Sabemos agora que a maioria do património inventariado é móvel, datável dos séculos XVIII a XXI, e que a percentagem de património integrado é reduzida, sendo maioritariamente constituído por bens do séc. XVIII.

Na SCMM as bandeiras, são os bens que se encontram mais degradados, exigindo uma intervenção de restauro urgente. Neste tipo de bens, é frequente existir um nível de degradação elevado, pois são bens que são utilizados nas procissões e outros eventos em que a Misericórdia participa, ou seja, continuam em uso. As bandeiras são a imagem identificativa da instituição, por isso, apesar da sua baixa qualidade artística, considerámos estes bens dos mais importantes desta coleção.

No acervo da SCMM surge ainda uma pequena coleção de retratos fotográficos de benfeitores, cuja identificação é inexistente até ao momento, não havendo conhecimento dos nomes corretos, nem do que doaram à SCMM. Contudo, este tipo de património constitui a prova de que o valor de memória se sobrepõe ao valor material, tendo sido, por isso, imperativo termos incluído no nosso inventário estes bens.

Não faria sentido realizar um inventário sem aprofundarmos as questões da conservação preventiva, duas práticas que estão de alguma forma interligadas. Entende-se que uma sem a outra não faz sentido. Perante esta sinergia, criámos uma onde analisámos os fatores de risco que encontramos na SCMM, uma instituição não museológica. Claro que quando ao fazermos uma análise desses fatores, tivemos que propor a implementação de algumas medidas e de novas atitudes que poderão contribuir para a preservação e aumento de vida do bem, sempre respeitando e tendo em consideração que muitos destes bens se encontram ainda afetos ao culto religioso e são utilizados diariamente.

Com a conclusão deste inventário, será possível a criação e implementação de um plano de conservação preventiva, fundamental para uma boa gestão da coleção. Sendo de realçar que uma administração correta do património contribui para a sua salvaguarda e proteção, bem como, para a poupança de recursos financeiros.

Confiámos que o presente estudo será crucial para investigações futuras, enquanto fonte de consulta de dados úteis e importantes, porquanto se trata do inventário mais atualizado do património cultural que a Santa Casa da Misericórdia de Monchique possui.

Terminámos, enfatizando, novamente, a importância que um inventário cientificamente correto desempenha, no que diz respeito, à gestão das coleções, mas também, na oportunidade que oferece para assegurar a prática da conservação preventiva. E, embora este património não seja muito rico no que respeita as questões estéticas e materiais, representa, certamente, uma pedra basilar para contar a história da instituição e da comunidade a que pertence. Ocupando um lugar próprio na História de Portugal.

Bibliografia

1 – Fontes de Direito

República Portuguesa, Assembleia da República, 2004, Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto (aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses)

< <https://dre.pt/pesquisa/-/search/480516/details/maximized>>

República Portuguesa, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, (altera o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social) <

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/58900566/details/normal?l=1>>

República Portuguesa, Resolução da Assembleia da República N.º 74/2004 – Aprova, para ratificação, a Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada em 18 de maio de 2004 na cidade do Vaticano.

<https://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/concordata_entre_a_republica_portuguesa_e_a_santa_se_assinada_em_18_de_maio_de_2004_na_cidade_do_vaticano_resolucao_da_assembleia_da_republica_n.%C2%BA_74-2004_de_16_de_novembro.pdf>

República Portuguesa, Ministério dos Assuntos Sociais- Secretaria de Estado da Segurança Social, 1983, Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro (aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social)

<<https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/311401/details/normal?types=SERIEI&numero=119%2F83&tipo=%22Decreto-Lei%22>>

República Portuguesa, Assembleia da República, 2001, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural)

<<https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>>

República Portuguesa, Ministério da Administração Pública, 2015, Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro (altera o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios)

<<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/224/2015/10/09/p/dre/pt/html>>

Operação NORTE-09-0347-FEDER-000038 apresentada ao Eixo III – Valorização do Espaço Regional, intitulada “Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Norte”, Novo Norte-QREN, consult. 15 de dezembro de 2018<<http://www.novonorte.qren.pt/pt/investimento-publico/projectos- aprovados/>>

Operação ALENT-08-0347-FEDER-000395, designada “Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Alentejo, consult. 15 de dezembro de 2018

<http://www.alentejo.portugal2020.pt/phocadownload/inalentejo/operacoes_aprovadas/eixo2.pdf>

UNESCO, 2003, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Paris < <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>

2- Estudos e Monografias

Alarcão, C., 2007, *Prevenir para preservar o património museológico MUSEAL*, *Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro*, 2, 8-34

Alemão, G. & Raimundo, P., 2011, *O Património das Misericórdias – Um olhar a Norte*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas

Almeida, C., Brito, J.P. & Melo, P., 2007, *Normas de Inventário: Tecnologia Têxtil: Etnologia*, Lisboa, Instituto Português de Museus

Alvarez, J.C. & Patrão, S., 2009, *Normas de Inventário: Espólio Documental-Artes Plásticas e Artes Decorativas*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação-IP

Alves, F., Ferrão, P.M., Carvalho, R.G. & Maranhães, T., 2011, *Normas de Inventário- Ourivesaria*, Instituto dos Museus e da Conservação- IP, Lisboa

Amaral, J., 2005a, *Avaliação do estado de conservação de um objeto*, Lisboa (policopiado), Museu Nacional de Etnologia

Amaral, J., 2005b, *Normas para inscrição do número de inventário*, Lisboa (policopiado), Museu Nacional de Etnologia

Boylan, P.J. (coord.), 2004, *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, ICOM

Caetano, J., 2007, *Normas de Inventário: Pintura - Artes Plásticas e Artes Decorativas*, Instituto dos Museus e da Conservação-IP, Lisboa

Camacho, C. (coord.), 2007, *Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos* (coleção 'Temas de Museologia'), Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação-IP

Campos, T., 1999, *Normas de Inventário - Artes Plásticas e Artes Decorativas: Cerâmica de revestimento*, Lisboa, Instituto Português de Museus

Carvalho, M.J.V., 2004, *Normas de Inventário - Artes Plásticas e Artes Decorativas: Escultura*, Lisboa, Instituto Português de Museus

Carvalho, G. & Almeida, A., 2007, *Vade-mecum. Preservação do Património histórico e artístico das igrejas*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro / Conferência Episcopal Portuguesa

Carvalho, G., 2012, *Guia de conservação preventiva de bens culturais à guarda de entidades não museológicas*, Lisboa (texto policopiado), Direção-Geral do Património Cultural

Correia, F.S., 1944, *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Henriques Torres- Editor

Costa, P.F & Costa, M.S., 2010, *Normas de Inventário: Ciência e Técnica - Normas Gerais*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, IP

Desterro, T., 2001, *Bandeira Real da Misericórdia, Tempo e Devoção. Sete séculos de arte sacra em Sesimbra*. Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra

Dionísio, S. (apresent.), 1927, *Guia de Portugal II – Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Fernández, L.A., 2013, *Museología y Museografía*, Espanha, Ediciones del Serbal

Fonseca, J. (coord.), 2008, *A Misericórdia de Montemor-o-Novo. História e Património*, Montemor-o-Novo, Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo/ Tribuna da História

Freitas, I. & Pinho, E.G., 2000, *Normas Gerais de Inventário: Artes Plásticas e Artes Decorativas*, 2ª edição revista, Lisboa, Inventário do Instituto Português de Museus

Gascon, J A. G., 1993, *Subsídios para a monografia de Monchique*, 2ª edição (fac-similada), Vila Real de Santo António, Algarve em Foco Editora

Goodolphim, C., 1897, *As Misericórdias*, Imprensa Nacional, Lisboa

Guedes, N.C. (coord.), 2004, *Thesaurus: Vocabulário de objetos do culto católico*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança

Lamas, P. & Morgado, F., 2012, *O Património das Misericórdias – Um passado com futuro*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas,

Lameira, F., 1997, *Inventário artístico do Algarve: a talha e a imaginária. Concelho de Monchique* (vol. 14), Faro, Ministério da Cultura- Delegação Regional do Algarve

Lameira, F., 2005, *O Retábulo em Portugal das origens ao declínio*, Faro, Universidade do Algarve

Lameira, F., 2009, *Retábulos das Misericórdias Portuguesas*, Faro, Universidade do Algarve

Lima, M.A.2014, *A Senhora do Manto Largo - Um olhar contemporâneo* (catálogo da exposição), Lisboa, Greca- artes Gráficas

Mântua, A.A., Henriques, P. & Campos, T., 2007, *Normas de Inventário: Cerâmica- Artes Plásticas e Artes Decorativas*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação-IP

Mariz, J. (coord.), 1997, *Recenseamento dos arquivos locais: Câmaras Municipais e Misericórdias* (vol.6 - Distrito de Faro), Ministério da Cultura, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, *Inventário do Património Cultural Móvel*

Mendes, A.R., Oliveira, A.P.D. & Santos, C.F., 2013, *Contributos para a história: da saúde no Algarve*, Faro, CEPHA / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Universidade do Algarve

Mineiro, C. (coord.), 2017, *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade: Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*, Lisboa, Turismo de Portugal / Direção-Geral do Património Cultural

Montenegro, M. (coord.), 2016, *O Compromisso 1516-2016*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montenegro, M.M., (coord.), 2017, *Um Compromisso Para o Futuro – 500 anos da 1ª edição impressa do compromisso da Confraria da Misericórdia* (catálogo da exposição), Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Nagel, L., 2009, *Manual de Registro Y Documentación de Bienes Culturales*, Chile, Centro de Documentación de Bienes Patrimoniales

Nunes, S. (coord.), 2000, *As Misericórdias de Portugal: 1º e 2º volumes*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas

Paiva, J.P. (pres.), 2002, *Portugaliae Monumenta Misericordium- Fazer a História das Misericórdias* volume 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, SerSilit-Empresa gráfica

Paiva, J.P. (pres.), 2004, *Portugaliae Monumenta Misericordium- A Fundação das Misericórdias: O Reinado de D. Manuel I*, volume 3, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, SerSilit-Empresa gráfica

Paiva, J.P. (pres.), 2005, *Portugaliae Monumenta Misericordium - Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580*, volume 4, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, SerSilit-Empresa gráfica

Paiva, J.P. (pres.) 2007, *Portugaliae Monumenta Misericordium- Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V*, volume 6, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, SerSilit-Empresa gráfica

Pereira, T.P., 1999, *Normas de Inventário: Têxteis*, Lisboa, Instituto Português de Museus

Pinto, M.H.M. & Pinto, V.R.M., 1968, *As Misericórdias do Algarve*, Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência / Direção-Geral de Assistência

Reis, B. (coord.), 2018, *Dia do património das Misericórdias 2017- Atas*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas

Ribeiro, V., 1902, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Subsídios para a sua história- Instituição, vida histórica, estado presente e o seu futuro*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias

Rodrigues, M.J.M., Sousa, P.F. & Bonifácio, H.M.P., 1990, *Vocabulário técnico e crítico de arquitetura*, Coimbra, Gráfica de Coimbra

Roque, M.I., 2011, *O Sagrado no museu*, Lisboa, Universidade Católica Editora, LABGRAF

Saldanha, S.C. (coord.), 2018, *Manual de procedimentos de inventário de bens culturais da Igreja*, Lisboa, Secretariado Nacional para os bens Culturais da Igreja

Santos, G.A.B. & Desterro, M.T., 2010, *A Santa Casa da Misericórdia de Tomar- 500 anos de História (1510-2010)*, Tomar, Santa Casa da Misericórdia de Tomar

Silva, M.F., 1998, *A Rainha D. Leonor e as Misericórdias portuguesas*, Lisboa, Rei dos Livros

Silva, N.V. (coord.), 1995, *Mater Misericordiae*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Livros Horizonte

Sousa, I., 1999, *Da Descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito – Editores e Livreiros

Sousa, M. & Bastos, C., 2004, *Normas de Inventário - Artes Plásticas e Artes Decorativas: Mobiliário*, Lisboa, Instituto Português de Museus

Stiff, M., 2007, *Manual de Protección del Patrimonio Cultural: La Documentación de las colecciones de arte*, Paris, UNESCO - Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Teixeira, L.C. & Ghizoni, V.R., 2012, *Conservação Preventiva de Acervos volume 1* (Coleção 'Estudos Museológicos'), Florianópolis, FCC edições

Tojal, A.A. & Pinto, P.C., 2002, *Bandeiras das Misericórdias*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias

Vieira, Eduarda (coord.), *Manual de Boas Práticas: Conservação de Peças de Ourivesaria em Instituições Religiosas*, Porto, Universidade Católica Editora-Porto/ CIONP / CITAR

3 - Teses e Dissertações

Amaral, J.R., 2011, *Gestão de Acervos: Proposta de Abordagem para a organização de reservas*. Trabalho de projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia. Realizado sob a orientação científica da Prof. Doutora Raquel Henriques da Silva, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Universidade Nova de Lisboa, <<http://hdl.handle.net/10362/7244>>

Capela, F.F.G.S., 2014, *Contributos para o conhecimento da pré-história Recente e da Proto-história da Serra de Monchique*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, especialização em Arqueologia Proto-histórica,

orientada pela Doutora Raquel Vilaça, apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Arandis Editora, Albufeira

Costa, A.M.R..P, 2011, *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010) Espaços. Momentos, Museografia*, Tese de Doutoramento em Letras, área de História, na especialidade de Museologia e Património Cultural, Faculdade de Letras- Universidade de Coimbra <<http://hdl.handle.net/10316/18833>>

Lameira, F., 1989, *A escultura Barroca Algarvia* (3 vols.). Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Departamento de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa <<http://hdl.handle.net/10400.1/6923>>

Lameira, F., 1999, *A talha no Algarve durante o Antigo Regime*. Dissertação de em Historia da Arte Moderna apresentada à Unidade de Ciências Exatas e Humanas da Universidade do Algarve < <http://hdl.handle.net/10400.1/6925>>

Pinto, A.M.L., 2013, *Realizações e Utopias: O Património Arquitetónico e Artístico das Caldas de Monchique na Cenografia da Paisagem Termal*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras <<http://hdl.handle.net/10451/11357>>

Pinho, J.B., 2012, *As casas da Misericórdia: confrarias da misericórdia e a arquitetura quinhentista portuguesa*, Tese de Doutoramento em História (História da Arte), Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras <<http://hdl.handle.net/10451/9686>>

4 - Recursos na Internet

Câmara Municipal de Monchique. disponível em

< <http://www.cm-monchique.pt/pt/menu/186/compendio-historico.aspx>> [consult. 22 de janeiro de 2018]

Casa da Misericórdia de Aveiro. Disponível em <http://www.scmaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=2309> [consult. 20 de dezembro de 2018]

Conferência Episcopal Portuguesa, Bens Culturais da Igreja, Lisboa. Disponível em < <https://www.bensculturais.com/>> [consult. 24 de janeiro de 2018]

DGPC - Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em <www.patrimoniocultural.gov.pt> [consult. 22 de abril de 2018]

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). Disponível em < <https://dicionario.priberam.org/inventário>> [consult. 12 de dezembro de 2018]

DRCA – Direção Regional de Cultura do Algarve. Disponível em < <http://www.cultalg.pt/>> [consult. 12 de agosto de 2018]

Imprensa Nacional-Casa da Moeda / Contrastaria, Lisboa. Disponível em <https://www.incm.pt/portal/uco_marcas.jsp> [consult. 26 de agosto de 2018]

Kits-Património Kit06 Igrejas da Misericórdia, IHRU /IGESPAR/DGPC. Disponível em, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/inventario/kit06.pdf> [consult. 13 de março de 2018]

MatrizNet / Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em < <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>> [consult. 23 de fevereiro de 2018]

Museu de São Roque. Disponível em < <http://mais.scml.pt/museu-saoroque/museu/>> [consult. 22 de janeiro de 2019]

Ourivesaria Portuguesa. Disponível em < <http://www.ourivesariaportuguesa.info/marcas.html>> [consult. 13 de novembro de 2018]

Santa Casa da Misericórdia de Armação de Pera. Disponível em <<http://scmap.weebly.com/a-instituiccedilatildeo.html>> [consult. 12 de março de 2018]

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Disponível em <<http://www.scml.pt/>> [consult. 10 de dezembro de 2018]

Serrão, V., 2011, Iconografia da Mater Omnium na arte portuguesa: do culto do Espírito Santo ao de Nossa Senhora da Misericórdia (séculos XVI-XVIII). Disponível em < <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/a-misericordia-de-vila-real-e-as-misericordias-no-mundo-de-expressao-portuguesa/iconografia-da-mater-omnium-na-arte-portuguesa-do-culto-do-espírito-santo-ao-de-nossa-senhora-da-misericordia-seculos-xvi-xviii>> [consult. 22 de novembro de 2018]

SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitetónico / Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8> [consult. 5 de maio de 2018]

União das Misericórdias Portuguesas (UMP). disponível em <<https://www.ump.pt/Home/uniao/missao-e-visao/>> [consult. 12 de dezembro de 2018]

Anexo documental 1- Memória Descritiva Complementar do Programa de inventário da UMP- Gabinete do Património Cultural

Memória Descritiva Complementar

Justificação

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP), ciente da enorme importância de que se reveste o património cultural das Misericórdias, tem vindo a desenvolver, desde 2000, um projecto que visa a elaboração do inventário do património móvel e integrado que se encontra à guarda destas instituições, com vista à sua salvaguarda e ao reconhecimento do seu real valor. Trata-se de um projecto que, dada a extensão do património envolvido, distribuído por quase 400 Santas Casas, tem vindo a ser programado e executado por fases, para a realização das quais tem sido de extrema importância a comparticipação financeira de fundos comunitários¹. A presente candidatura é feita no contexto deste projecto e pretende configurar mais uma etapa para a sua concretização. A sua pertinência justifica-se pois, não só pela urgência que se reconhece em salvaguardar o património em questão, pois ele constitui um forte traço caracterizador da identidade histórica das várias zonas em que se pretende actuar, mas também pelo incentivo que ela representa para a continuidade deste projecto, bem expresso no número de Santas Casas envolvidas nesta fase.

Objectivos

A operação que a UMP pretende realizar no âmbito do programa *O Novo Norte* tem como objectivo principal a inventariação do espólio de 20

¹ Ver *Curriculum* da UMP

Santas Casas da Misericórdia situadas na região Norte do País, e terá a duração de dois anos. Para esta fase do projecto está prevista a participação das Santas Casas de Guimarães, Santo Tirso, Vila do Conde, Azurara, Esposende, Murça, Penafiel, Peso da Régua, Ponte de Lima, Póvoa do Lanhoso, Póvoa do Varzim, Amarante, Espinho, Monção, Melgaço, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, Fão, Mogadouro e Alfândega da Fé, prevendo-se que o número de peças inventariadas possa ascender a cinco mil. No final do período estipulado para a execução da operação, as fichas de inventário elaboradas deverão estar disponíveis on-line com recurso ao software *Matriz*, que é o programa usado pelo Instituto dos Museus e da Conservação. Complementarmente, pretende-se publicar duas edições de carácter científico relativas ao património inventariado. O fim da operação será assinalado com a realização de uma exposição sobre o património inventariado e com um seminário onde se fará o balanço final desta fase do projecto.

Caracterização da Operação e Descrição das Actividades

A operação que se pretende executar é de carácter imaterial, sendo o seu modo de execução especificado em seguida.

Por uma questão de coerência, e uma vez que a presente operação se reveste de um carácter de continuidade, o seu modo de execução segue, no que concerne ao processo de inventariação, os procedimentos anteriormente adoptados, e que são os recomendados pelo organismo competente do Ministério da Cultura, nomeadamente o IMC.

A operação compreenderá diversas fases, sendo que se iniciará

primeiro a do levantamento de dados no terreno, ou seja nas Santas Casas que integram o projecto. Nela proceder-se-á à inventariação física dos objectos: a recolha dos seus dados identificativos e caracterizadores², a verificação do seu estado de conservação, a atribuição de um número de inventário e respectiva marcação, bem como a execução do seu registo fotográfico. Para cada peça é elaborada uma ficha contendo os dados recolhidos. As imagens são realizadas em suporte digital.

Uma vez recolhidos os primeiros dados, poderá ter início a segunda fase da operação, que será o tratamento dos mesmos em contexto de gabinete. As imagens são tratadas em software apropriado, sendo os respectivos ficheiros identificados com o número de inventário da peça a que se referem. Procede-se então, com recurso ao registo de imagem, às fichas elaboradas no terreno e a bibliografia especializada, à elaboração das descrições das peças e à sua datação. Segue-se a introdução das imagens, descrições e restantes dados no software Matriz. A UMP fica assim na posse de uma base de dados contendo os inventários realizados.

A terceira fase é a colocação on-line da referida base de dados³, estando o seu conteúdo sujeito a constante actualização.

Paralelamente à realização destas fases da operação, proceder-se-á à elaboração de dois estudos - um sobre o património inventariado e outro mais direccionado para os equipamentos processionais usados pelas Misericórdias nas procissões da Semana Santa -, que serão editados sobre a forma de livros.

O fecho da operação será assinalado com a realização de um seminário e de uma exposição de cartazes⁴.

² Dimensões, matéria, técnica de execução, etc.

³ O resultado do inventário correspondente a esta candidatura será adicionado àquele que já se encontra efectuado e disponível no sítio do Matriz Web, acessível através da página da União das Misericórdias.

⁴ Ver Plano de Comunicação.

Recursos Técnicos, Humanos e Físicos Para a Realização da Operação

Os recursos técnicos, físicos e humanos para a boa execução da operação serão assegurados com a aquisição de equipamento e com a contratação de dois técnicos. Estes procederão à execução das fases da operação descritas com recurso ao equipamento adquirido. Assim, para a elaboração do registo fotográfico das peças será adquirido um kit de fotografia. Os computadores portáteis destinam-se à digitalização e tratamento dos dados e imagens recolhidos no terreno e à constituição da respectiva base de dados que será posteriormente colocada on-line.

O conteúdo científico das edições a publicar será assegurado pelos mesmos técnicos, sendo a parte gráfica adjudicada a uma empresa especializada.

A realização do seminário final e da exposição programados será assegurada, em termos de logística⁵ e divulgação, pela UMP.

Relativamente aos recursos físicos, a UMP dispõe de adequado espaço de trabalho bem como de um centro de documentação especializado na temática das Misericórdias, que deverão, a partir de Junho próximo, ser potenciados pela mudança para novas instalações.

A UMP assegura igualmente, para além dos recursos financeiros correspondentes à Contrapartida Nacional do orçamento geral da operação, o pagamento de despesas correntes a efectuar com outros pequenos equipamentos e consumíveis.

⁵ O seminário terá lugar nas instalações do Centro João Paulo II, em Fátima, valência que pertence à UMP.

Referência às Boas Práticas na Execução da Operação

No que respeita à execução da operação, as boas práticas encontram-se implementadas desde que a UMP iniciou o projecto de inventariação que espera ver continuado com esta candidatura: como já foi referido, os procedimentos de inventariação utilizados são os recomendados pelo IMC. Numa outra perspectiva, pretende-se incentivar, junto das Santas Casas que integrarão o projecto, as boas práticas de conservação do património, quer através dos técnicos que estarão em contacto com os funcionários dessas instituições, quer através da publicação do já mencionado manual de conservação.

Indicadores de Realização e de Resultado

O progresso da operação poderá ser verificado através da constante actualização do número de Santas Casas visitadas, do número de peças inventariadas e de fichas elaboradas⁶, do número de fotografias realizadas, e do número de fichas que vão sendo disponibilizadas on-line. Este último indicador é verificável através da Internet, podendo os outros dados ser facultados pela UMP mediante solicitação.

Os indicadores de resultado serão essencialmente os mesmos utilizados para o acompanhamento da operação. Uma vez terminado o prazo definido para a execução da operação, o espólio das vinte Santas Casas que integram o projecto deverá estar inventariado na sua totalidade⁷ e editado

⁶ O número de fichas elaboradas não corresponde, regra geral, ao número de peças inventariadas, devido à existência de peças que formam conjuntos indissociáveis, e que são por isso tratados na mesma ficha.

⁷ Prevê-se que seja equivalente a cerca de cinco mil peças.

on-line⁸. As duas publicações previstas deverão também estar editadas⁹, constituindo outro indicador. Finalmente, tanto o seminário de fecho da operação como a exposição que o acompanhará versarão eles próprios a análise e quantificação do trabalho realizado.

⁸ No formulário da candidatura, devido à ausência de um indicador pré-definido que se adegue melhor ao por nós aqui descrito, seleccionámos “nº de visitantes das páginas web”, sendo que este também constitui, de alguma forma, um modo de aferir o resultado da operação. Na mesma página do formulário, os números anuais indicados são estimados. Os indicadores de resultado serão na verdade equivalentes àqueles apontados como indicadores de realização.

⁹ O estudo versando as procissões da Semana Santa terá cerca de 100 páginas de texto e imagem; a publicação contendo um estudo sobre o património inventariado terá cerca de 150 páginas de texto e imagem.

Anexo documental 2- Programa de Inventário 12/12 da UMP- Gabinete do Património Cultural

Gabinete do Património Cultural

Programa de Inventário 12/12

APRESENTAÇÃO:

Considerando que as Misericórdias são detentoras de importantes acervos de bens culturais móveis, merecedores de uma inventariação sistemática e científica, importa, tendo em conta os interesses convergentes, reunir as condições necessárias para a sua prossecução.

Deste modo, o Gabinete do Património Cultural da UMP no seguimento da conclusão de quatro projetos de inventariação do património móvel em que foram envolvidas 83 Santas Casas da Misericórdia vai iniciar um novo projeto mais restrito, levado a cabo com fundos próprios da União das Misericórdias em parceria com as Santas Casas aderentes. No projeto em causa, serão incluídas para já 12 Misericórdias a nível nacional.

Neste âmbito permitimo-nos Informar que os valores a suportar pelas Misericórdias neste programa correspondem aproximadamente a 1/3 dos custos totais de uma operação desta natureza, só possível graças ao suporte que a UMP garante a todo o processo.

Resta esclarecer que as regras de inventário seguidas pelo Gabinete do Património Cultural da UMP, são as preconizadas pelo Instituto dos Museus e Conservação, assim como o programa MATRIZ, que é o utilizado pelo referido instituto.

METODOLOGIA:

Relativamente à metodologia de trabalho, irá processar-se da seguinte forma: as equipas de inventário deslocar-se-ão às Misericórdias para a primeira parte do trabalho de inventário que consiste na identificação das peças, fotografia, medição, marcação da peça com o respetivo número de inventário, caracterização estilística da mesma e observação do estado de conservação.

Após esta fase, terá lugar o trabalho mais minucioso, realizado em gabinete, o qual resumidamente consiste no preenchimento da ficha de inventário, nomeadamente a redação da descrição da peça e preenchimento dos restantes campos.

Numa terceira fase, as fichas são colocadas no programa de inventário MATRIZ que finalmente, disponibilizará o inventário on-line em (<http://matriz.softlimits.com/ump/MWBINT/MWBINT02.asp>).

Em fase posterior a equipa do Gabinete do Património Cultural procederá a uma revisão regular das fichas por forma a atualizar dados, procedendo a eventuais correções ou adicionando informação relevante

Anexo documental 3 – Projeto Viver Património da UMP- Gabinete do Património Cultural

VIVER PATRIMÓNIO

Vir Ver o Património

das Misericórdias

Apresentação

Contexto de intervenção

As Misericórdias são detentoras de um vasto e valioso património artístico e arquitetónico.

No universo das mais de 400 instituições são conhecidas importantes Igrejas e Capelas que ao longo de cinco séculos constituíram o verdadeiro testemunho físico da presença da Misericórdia em cada localidade.

Podemos mesmo dizer que a par da realidade municipal e da paroquial, a Misericórdia assumiu-se como um dos pilares fundamentais da estrutura organizativa regional e local.

A pretexto disto se diz que, no passado, a organização e a soberania das localidades portuguesas assentava numa política dos três M. Município, Misericórdia e Matriz.

É também nesta linha que muitos investigadores identificam a marca arquitetónica e as malhas urbanas das cidades e vilas portuguesas através de três torres: a torre da Igreja Matriz, a torre da Igreja da Misericórdia e a torre do Relógio do Município.

A partir desta realidade e com a crescente consciência da necessidade de valorização do património, as Misericórdias Portuguesas individualmente, ou com a colaboração da União das Misericórdias Portuguesas, foram promovendo iniciativas que responderam minimamente às preocupações de afirmação da sua identidade histórica e cultural.

Com o aumento destas intervenções e sobretudo com o desejo de as aperfeiçoar a UMP criou o Gabinete do Património Cultural que tem vindo a apoiar as Misericórdias nas várias áreas de abordagem do património.

O GPC, neste contexto, assumiu uma intervenção concertada ao nível do Património Imóvel, Património Móvel e Património Arquivístico das Misericórdias. Neste âmbito, tem desenvolvido iniciativas de prevenção, restauro e conservação de património, assegurando a qualidade das intervenções efetuadas.

Também estendemos esta atividade à área da formação e informação de dirigentes e trabalhadores que mais diretamente assumem responsabilidades na área do património. Num sector, aparentemente menos prioritário em instituições sociais, houve que proceder a uma sensibilização dos principais responsáveis e à mobilização dos diferentes agentes.

Este trabalho, que tem vindo a revelar os seus resultados, nomeadamente pelos números de instituições inventariadas, pode e deve, quanto a nós, conhecer agora uma nova vertente de divulgação e promoção.

Assumindo que o trabalho efetuado anteriormente nos garante segurança e qualidade pensámos estarem reunidas as condições para que o património das Misericórdias portuguesas possa ser apresentado dignamente ao público.

Desejámos igualmente nesta estratégia promover a criação de programas de atividades, inovadores e criativos, que dinamizem culturalmente as instituições e as localidades onde estas se inserem.

Objetivos: Patrimonial, Social, Turístico e Económico

Objetivo Patrimonial

O projeto que denominámos “**VIVER PATRIMÓNIO - Vi®Ver o Património das Misericórdias**” pretende que as 400 Misericórdias abram as suas Igrejas ao público com regularidade e em coordenação mutua. Algumas já o fazem e muito bem, mas o objetivo passa por mobilizar a maioria das instituições para este desiderato.

Em muitas localidades estes imóveis permanecem mesmo desconhecidos aos residentes, situação que urge inverter avançando, quanto antes, com esta, e muitas outras iniciativas congregadoras de vontades.

A especificidade da arquitetura destas igrejas, assim como a singularidade do seu espólio são motivos suficientes para dinamizar este projeto.

Tanto ao nível arquitetónico como artístico são evidentes as opções influenciadas pela prática das catorze obras de Misericórdia, o que constitui um património único em Portugal.

A ideia de criar um programa que incentive as Misericórdias a constituírem-se em rede na defesa e promoção do património tem acolhido a melhor receptividade.

Objetivo Social

Neste projeto pretendemos inovar com o recurso a seniores voluntários (institucionalizados ou não) que assegurem a abertura dos imóveis.

Esta tarefa, que será partilhada sempre por duas pessoas, permite que os vigilantes façam igualmente a manutenção no património e assim assegurem também as melhores condições de conservação das obras de arte.

Outra componente a destacar é que os próprios vigilantes seniores poderão acrescentar valor ao imóvel que apresentam, dando o seu contributo com relatos históricos de vivências tradicionais ligadas ao património que mostram ao visitante.

Acresce a esta dinâmica a mais valia de permitir a estas pessoas um envelhecimento ativo e uma valorização das suas vidas e dos seus saberes.

Pretendemos assegurar a seleção destas pessoas em coordenação com os dirigentes da Misericórdia, após o que será efetuada uma ação de formação destinada a capacitar os vigilantes para as funções que vão exercer.

Objetivo: Promover o Voluntariado

Este projeto permite igualmente vivenciar o voluntariado mobilizando as pessoas para uma atitude cívica em relação ao património.

Terá esta inovação de promover voluntariado cultural o que entre nós infelizmente ainda não é prática corrente.

Neste âmbito poderemos sugerir que os vigilantes sejam não só pessoas ligadas à Misericórdia mas também habitantes locais, tanto seniores, como jovens.

Devemos até aconselhar que a par dos seniores se convidem jovens para os acompanhar o que permitirá uma troca de conhecimentos e sinergias entre gerações.

Objetivo Turístico e Económico

Este programa permitirá dinamizar o turismo de localidades que pouco têm sido incentivadas a mostrar a sua riqueza e o seu património. Teremos capacidade para disseminar um conjunto de boas práticas em matéria de defesa e salvaguarda da identidade própria de cada terra.

Poderemos e devemos cruzar esta oferta com os agentes turísticos (Agências e outros) que devem ser incentivados a arriscar outros destinos e outras áreas de intervenção.

A Turicórdia, estrutura da UMP que mobiliza o turismo sénior deverá ser parte integrante desta estratégia.

Neste contexto não podemos esquecer o potencial económico do projeto.

A partir de uma oferta turística, dinamizada em rede, poderemos estimular localmente o aparecimento de equipamentos de apoio ou de pequenos negócios de suporte ao turismo.

Conseguindo esta dinâmica, através dela poderemos desenvolver iniciativas e programas vários que irão comprometer as Misericórdias a manter o seu património cuidado e disponível à comunidade. Ciclos de conferências, concertos, palestras, exposições, concursos de fotografia, ateliers de arte, cursos de formação, programas

pedagógicos com escolas, são algumas das inúmeras iniciativas que podem reforçar e ajudar a cimentar este projeto.

Em última instância por esta via poderemos demonstrar às Misericórdias a necessidade de terem uma ou mais pessoas a tempo inteiro nestes locais o que pode vir a configurar, esperemos, a criação de postos de trabalho.

Todos ficamos a ganhar nesta equação,

o património artístico,

o património humano,

o património imaterial,

a componente turística,

e a componente económica

Pretendemos com este projeto, através de um património único das Misericórdias, mobilizar as populações locais assim como os turistas nacionais e internacionais a :

Vir Ver o Património

Vir Viver o Património

Viver o Património

**Anexo documental 4- Projeto Capacitação (Relatório Final) da
UMP- Gabinete do Património Cultural**

Projeto de Capacitação

Atividade: *Identidade e Património* (2016-2018)

Relatório Final

Índice

I.	Introdução	1
II.	Metodologia seguida	3
III.	Misericórdias contactadas	5
IV.	Validação final dos dados	6
V.	Dados obtidos	7
VI.	Conclusão	8
VII.	Anexos	9

I. Introdução

A atividade *Identidade e Património* foi programada com o objetivo de tornar mais eficiente a intervenção da União das Misericórdias Portuguesas no que toca à salvaguarda, estudo e divulgação do Património Cultural de que as Misericórdias são proprietárias. Para a prossecução desse fim entendeu-se como condição essencial o levantamento, o mais rigoroso e exaustivo possível, daquela que é a realidade atual desse Património, designadamente nas vertentes Imóvel, Móvel, Arquivística e Imaterial.

Conscientes do imenso valor cultural e identitário de que este Património se reveste, bem como da especificidade e complexidade das abordagens que as diversas solicitações dirigidas à UMP relativas ao mesmo requerem, foi definida como prioritária a sistematização de toda a informação atualmente disponível sobre esse Património numa base de dados digital, para que a mesma possa ser, não só acedida e comunicada com a máxima rapidez possível, como também permanentemente atualizada.

Para esse efeito procurou-se, numa primeira fase:

Condensar e sintetizar toda a informação existente a nível interno, produzida ao longo de 20 anos de atividade do Gabinete do Património Cultural e da valência a ele mais estreitamente associada, a saber, o Centro de Documentação e Informação;

E, numa segunda fase:

Completar e atualizar essa informação recorrendo a fontes externas de natureza diversa.

Uma terceira e última fase visou obter da parte das Misericórdias uma validação da informação apurada.

Como ferramenta principal para a sistematização da informação compilada elegeu-se o software de inventário Matriz. Esta escolha deveu-se:

1. À existência de experiência prévia na sua utilização, nomeadamente ao nível da elaboração do inventário de património móvel de mais de oitenta Misericórdias;
2. À possibilidade de articulação na mesma plataforma da informação relativa ao dito património móvel com a informação recolhida na presente Atividade;
3. À rapidez de consulta (nomeadamente através da pesquisa por termos) e de edição da informação que este software permite.

No final da Atividade, a União das Misericórdias Portuguesas ficou apta a realizar com eficiência, tanto a nível individual como a nível de diversos contextos geográficos e administrativos:

1. A identificação do contexto em que se baseiam as solicitações por parte das Misericórdias;
2. A configuração de respostas adequadas às realidades patrimoniais das mesmas;
3. A identificação de Misericórdias elegíveis para efeitos de concursos, candidaturas ou outras oportunidades de financiamento relacionadas com a salvaguarda e promoção do seu Património;
4. A atualização das informações, nomeadamente através de indicações das próprias Misericórdias.

Com efeito, pretendeu-se também, com a realização desta Atividade, inaugurar simbolicamente uma linha de comunicação mais sólida e assídua entre a UMP e as Misericórdias Portuguesas no que respeita ao Património Cultural, que será consubstanciada numa validação anual, em calendário a definir, da informação relativa ao Património de cada uma das Santas Casas - sem prejuízo da atualização de informações efetuadas no decurso do funcionamento quotidiano do Gabinete do Património Cultural.

II. Metodologia seguida

II.1 Calendarização

A calendarização seguida na execução da Atividade *Identidade e Património* teve como referência os conjuntos de Misericórdias contidos em cada Distrito de Portugal continental, ou seja, seguiu-se uma lógica de organização temporal de referência geográfica. Assim, para cada Distrito – e para cada Misericórdia desse Distrito - foram executadas consecutivamente as duas primeiras fases da Atividade atrás descritas, antes de se repetir o procedimento no Distrito seguinte.

Esta opção permitiu que as informações compiladas na primeira fase pudessem ser imediatamente confrontadas com as informações recolhidas na segunda, tornando mais fácil o seu cotejo e triagem e permitindo descartar, numa fase precoce, informações já desatualizadas. Salvaguardou-se também, com a adoção desta metodologia, a possibilidade de solicitar às Misericórdias, com maior facilidade, quaisquer pedidos de colaboração com esta Atividade nas Reuniões Distritais que periodicamente se realizam.

Na prática, devido a fatores diversos relacionados com a possibilidade que cada Misericórdia teve para responder com maior ou menor celeridade aos pedidos de informação endereçados (cf. ponto seguinte), fomos avançando para um novo Distrito sem que a recolha de informação estivesse completa para todas as Santas Casas do Distrito anterior, tendo a informação em falta sido completada consoante foi ficando disponível. Para cada Distrito, a obtenção dos dados foi sendo assinalada em ficha criada

para o efeito (cf. Anexo 2), o que permitiu manter um registo do que estava feito e do que faltava fazer. Após a informação de um Distrito estar completa, os dados genéricos respetivos foram sendo sumarizados em ficha própria (cf. Anexo 3).

Como último ponto a cumprir no âmbito da Atividade foi programada uma validação final da informação recolhida, por parte de cada Misericórdia. Optou-se por deixar este passo para o fim da Atividade uma vez que a duração da mesma fazia prever que até à sua conclusão haveria já alterações aos dados anteriormente recolhidos, o que veio a verificar-se.

II.II Processo de recolha de informação

Assim, Distrito a Distrito, reuniu-se para cada Misericórdia toda a informação existente nas instalações da Sede da UMP (inventários, correspondência, bibliografia, etc) e efetuou-se o seu cruzamento com informações recolhidas em sites diversos, tanto especializados (SIPA, DGPC, MATRIZWEB, Arquivos Distritais, etc) como generalistas (municípios, blogues, noticiosos, etc), como ainda os das próprias Misericórdias. Esta informação foi depois completada com inquéritos telefónicos ou por email realizados junto de interlocutores de cada Misericórdia (cf. Cap. III).

A informação foi sistematizada no software Matriz com a criação de uma ficha “Entidade” (cf. Anexo 1), sob os tópicos principais *Património Imóvel, Património Móvel, Património Arquivístico e Património Imaterial*, bem como outros que, dada a sua importância estratégica e identitária, respetivamente, se achou importante registar: a existência de *Realidades Museológicas* e a existência na instituição de uma *Galeria de Retratos*.

III. Misericórdias Contactadas

O número de Misericórdias abrangidas pela Atividade *Identidade e Património* corresponde à totalidade das Santas Casas ativas em Portugal continental, ou seja, **360**. Por impossibilidade de enquadramento na presente candidatura, as 28 Misericórdias das Regiões Autónomas não integram o presente projeto.

O contacto com as Misericórdias foi estabelecido por telefone após a compilação e triagem da informação recolhida. Em diversos casos, as Misericórdias solicitaram o envio do respetivo questionário por email, tendo as respostas sido recebidas pela mesma via.

Em casos pontuais, a validação dos dados foi efetuada presencialmente em algumas Misericórdias.

Apenas não foi possível recolher informações nem estabelecer contacto com a Misericórdia de Miranda do Corvo (Distrito de Coimbra), dado que a mesma atualmente não exerce na prática qualquer atividade, não possuindo outro contacto para além de

um número de telefone que, nas diversas chamadas efetuadas ao longo do período de execução da Atividade, nunca obteve resposta.

Assim, das **360** Misericórdias visadas, e até ao momento da redação deste relatório, obteve-se a totalidade das informações desejadas para **359** Misericórdias.

IV. Validação final dos dados

Como anteriormente referido, decidiu-se acrescentar um último nível de consolidação à informação recolhida através de uma validação final a solicitar às Misericórdias. Esta validação foi feita por email, para que se dispusesse de um registo de fácil acesso a quaisquer alterações comunicadas e para facilitar a rapidez no esclarecimento de dúvidas surgidas. Para que se evitasse uma desnecessária perda de tempo de ambas as partes, pediu-se às Misericórdias que respondessem a esta validação apenas se verificassem existir alterações à informação a validar, sendo que a ausência de resposta seria considerada uma validação. Das **359** Misericórdias a que se remeteu a informação apurada, responderam, comunicando ou sugerindo alterações às informações por nós enviadas para validação, **61** Misericórdias, cujas respostas foram apreciadas e o respetivo conteúdo integrado na base de dados de acordo com a sua relevância e coerência. **11** outras Misericórdias, apesar de não terem alterações a comunicar, acharam por bem formalizar a validação com uma resposta.

V. Dados Obtidos

Apresentamos agora alguns dados finais relativos à totalidade das Misericórdias visadas na Atividade, que não só exemplificam o potencial da capacidade de análise alcançada, como expressam também a importância do Património em causa.

Misericórdias que possuem:

- Património imóvel: **295** (*720 imóveis*)
- Património móvel: **283**
- Património arquivístico: **302**
- Património Imaterial: **256**
- Galerias de retratos: **220** (*Galerias atualizadas – 63; Intenção de constituir galeria – 2*)
- Realidades museológicas: **70**

A mesma análise encontra-se feita a nível distrital, nas fichas criadas para o efeito.

VI. Conclusão

Os dados apresentados no capítulo anterior são apenas uma síntese das realidades patrimoniais apuradas de acordo com a sua tipologia. Mas é a pluralidade de manifestações e situações que se encontram agora descritas em cada uma dessas tipologias, e as inúmeras possibilidades de análise estatística ou pormenorizada que permitem, bem como a constante atualização das mesmas, que conferem ao trabalho realizado a sua decisiva importância.

De facto, é com estas novas capacidade e rapidez de acesso e edição à informação sobre o património cultural de cada Misericórdia, que a União das Misericórdias pode agora prosseguir com a máxima eficiência a sua missão no que respeita à salvaguarda, estudo e divulgação do Património Cultural das Misericórdias Portuguesas.

VII. Anexos

Anexo I – Exemplo de ficha “Entidade” criada no software Matriz

Anexo II – Exemplo de ficha interna de verificação por Distrito

Anexo III – Exemplo de ficha resumindo informação por tipologia para cada Distrito

ANEXO I



Documento produzido por:
Gabinete do Património Cultural

Entidades



Santa Casa da Misericórdia de [REDACTED]

Colectividade

Tipo: Proprietário

Data de fundação: 1521

Local de fundação: Loulé - Distrito de Faro (NUTs:
Portugal \ Continente \ Algarve \ Algarve)

Responsável: Área do património: mesãria Helena
Machado Santos

Não publicado na internet

Contexto

Contexto territorial

Classificação geográfica Loulé (São Clemente)

NUTs Algarve

Contactos

Contactos

Telefone: [REDACTED]

Email: [REDACTED]

Biografia/Caracterização

Património imóvel (1): Igreja e Hospital de Nossa Senhora dos Pobres / Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Loulé (o edifício não pertencia originalmente à Misericórdia e não foi sempre administrado pela sua mesa. Cf. SIPA e Bibliografia)

Património móvel: a igreja possui quatro retábulos (restaurados), imagens e património integrado (no site da SC encontra-se informação relativa ao restauro da igreja e do retábulo-mor); a igreja foi transformada em núcleo museológico onde se pode ver, para além do mencionado, pinturas (entre as quais bandeiras), ourivesaria (bons exemplares do séc. XVII), paramentaria e objetos relacionados com procissões; possui inventário do seu património móvel feito à imagem das fichas do Matriz; ficou em aberto a possibilidade de o Gabinete do Património poder vir a introduzir a respetiva informação no Matriz

Galeria de retratos: existe galeria de retratos fotográficos de provedores (os 8 últimos provedores) e uma galeria de beneméritos, também fotográfica

Património imaterial: em 2017 e 2018 realizou-se a procissão do Enterro do Senhor (Senhor Morto) na noite de Sexta-feira Santa, com a colaboração da Santa Casa; está a ser escrito um livro sobre a instituição

Património arquivístico: 11 registos, onde se inclui uma cópia do primeiro Compromisso feita em 1723 e livros administrativos do séc. XX; presentemente o arquivo encontra-se devidamente acondicionado e a sua digitalização está em curso. No Arquivo Histórico Municipal encontra-se um fundo com documentos que eram da Misericórdia: 6 registos que consistem em compromissos de 1881 e 1915, registos de inventários de 1839 e documentos de receita e despesa de 1887 a 1900

A Misericórdia criou uma biblioteca com os livros que lhe têm sido doados, incluindo, até ao momento, cerca de 1600 registos

Museu ou núcleo museológico: inaugurado em 2013, consiste no próprio espaço da igreja. Inclui uma encenação da Procissão das Matracas (Quinta-Feira Santa) com recurso a manequins. Continua o processo de restauro sistemático das peças do Museu

O Museu é visitável de terça-feira a sábado entre as 9:00 e as 13:00, sendo a entrada gratuita

Projeto Viver Património:

A Misericórdia considera ter condições para abrir a igreja uma vez por semana

A Misericórdia pode assegurar a visita à igreja com marcação prévia

A Misericórdia tenciona recorrer a voluntários para a abertura da igreja (sénior/jovens)

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
PINTO, Maria Helena Mendes; Pinto, Victor Mendes - <i>As Misericórdias do Algarve</i> . Lisboa: Ministério da Saúde Assistência, 1968	
(COORD.) BRITO, Salustiano Lopes de/SABÓIA, João; <i>Recenseamento dos Arquivos Locais - Câmaras Municipais e Misericórdias - Vol. 6 - Distrito de Faro</i> , ANTT, Lisboa, 1997	
TOJAL, Alexandre Arménio; PINTO, Paulo Campos - <i>Bandeiras das Misericórdias</i> . Lisboa: Comissão para as comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2002	

Observações

Desde 1988 que não se realizam procissões (em parte devido a Albufeira o fazer) mas considera-se retomar o costume

ANEXO III

Atividade “Identidade e Património”

Resumo do trabalho desenvolvido

DISTRITO DE BRAGA

Metodologia seguida: 1) compilação de informação a nível interno da instituição; 2) recolha de informação de fontes externas à instituição; 3) execução de resumo com base no cotejo da informação recolhida; 4) verificação dos dados através de contacto com as Misericórdias; 5) validação final da informação via email

Número de Misericórdias do Distrito: 15

Número de Misericórdias contactadas: 15

Número de fichas “Entidade” criadas/editadas na base de dados Matriz: 15

Realidades patrimoniais aferidas, por tipologia

(Número de Misericórdias)

- Património imóvel: 14
- Património móvel: 12
- Património arquivístico: 14
- Património imaterial: 11
- Galeria de retratos: 15
- Museu ou núcleo museológico: 6

Verificação das realidades patrimoniais

Efetuada para 15 Misericórdias

Validação da informação recolhida:

Efetuada para as 15 Misericórdias

Anexo documental 5- Ficha Modelo de Inventário usada no terreno da UMP- Gabinete do Património Cultural

<h3>Santa Casa da Misericórdia da Ericeira</h3>																												
Nº de inventário: SCMER	Denominação:																											
(Nº de inventário anterior:)																												
Matéria/técnica:																												
<table border="1"><tr><td>Medidas:</td><td></td></tr><tr><td>Altura</td><td></td></tr><tr><td>Largura</td><td></td></tr><tr><td>Profundidade</td><td></td></tr><tr><td>Comprimento</td><td></td></tr><tr><td>Diâmetro</td><td></td></tr><tr><td>Espessura</td><td></td></tr><tr><td>Alt. máx.</td><td></td></tr><tr><td>Alt. mín.</td><td></td></tr><tr><td>Larg. máx.</td><td></td></tr><tr><td>Larg. mín.</td><td></td></tr></table>	Medidas:		Altura		Largura		Profundidade		Comprimento		Diâmetro		Espessura		Alt. máx.		Alt. mín.		Larg. máx.		Larg. mín.		<table border="1"><tr><td>Estado de conservação:</td></tr><tr><td>Muito Bom <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Deficiente <input type="checkbox"/> Mau <input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>-----</td></tr><tr><td>Especificações:</td></tr><tr><td> </td></tr></table>	Estado de conservação:	Muito Bom <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Deficiente <input type="checkbox"/> Mau <input type="checkbox"/>	-----	Especificações:	
Medidas:																												
Altura																												
Largura																												
Profundidade																												
Comprimento																												
Diâmetro																												
Espessura																												
Alt. máx.																												
Alt. mín.																												
Larg. máx.																												
Larg. mín.																												
Estado de conservação:																												
Muito Bom <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Deficiente <input type="checkbox"/> Mau <input type="checkbox"/>																												

Especificações:																												
Peso (gramas)																												
Autoria:	Datação:																											
Marcas e inscrições:																												
Localização:																												
Observações/historial:																												

Anexo documental 6- Ficha Modelo de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Ficha de Inventário

IDENTIFICAÇÃO

Instituição/proprietário: Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Super-Categoria:

Categoria:

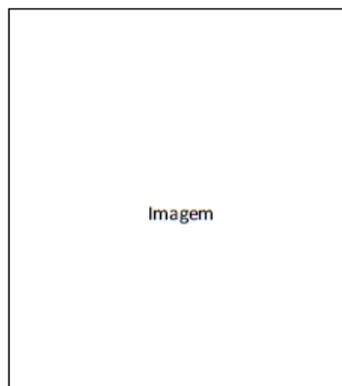
Denominação:

Título:

Nº Inventário: SCMM

Outras Denominações / Título:

Nºs de Inv. Anteriores:



Fotografia:
Nº Inventário Fotográfico: SCMM
Localização:
Autor:

ELEMENTOS DE UM CONJUNTO

Sim ___ Não ___

Localização :

Denominação:

Nº de Inventário:

Descrição:

IDENTIFICAÇÃO



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Descrição:

LOCALIZAÇÃO

Localização:

Função atual:

REPRESENTAÇÃO

Heráldica/Insignias:

Iconografia:

Inscrição:

Subscrição:

AUTORIA

Nome (autor; co-autor):

Ofício:

Justificação:

Assinatura: Sim ___ Não ___

Localização/descrição da assinatura:

PRODUÇÃO

Escola/Estilo/Movimento:



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Oficina:

Centro de Fabrico:

Grupo Cultural:

Entidade Emissora:

MARCAS/INSCRIÇÕES

Marcas:

Legenda/Inscrição:

DATAÇÃO

Época:

Data:

Séculos:

Anos:

Justificação:

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Matéria:

Suporte:

Técnica:

Técnica de Acabamento:

Precisões sobre a técnica:



DIMENSÕES

Altura (cm):

Largura (cm):

Profundidade (cm):

Espessura (cm):

Diâmetro (cm):

Comprimento (cm):

Peso (g):

Outras dimensões:

CONSERVAÇÃO

Estado de Conservação:

Muito Bom ___

Bom ___

Regular ___

Deficiente ___

Mau ___

Data de Verificação:

Especificações:

Intervenções de Conservação e Restauro:

Especificações:

Identificação do Processo:



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Data de Saída (instituição):

Data de Entrada (instituição):

ORIGEM

Historial:

Função inicial/alterações:

Objetos relacionados:

Denominação:

Localização:

Nº Inventário:

INCORPORAÇÃO

Data de Incorporação: ano:

Modo de Incorporação:

Custo:

Descrição:

LOCALIZAÇÃO (se sair da instituição)

Localização:

Especificações:

Data:



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

BIBLIOGRAFIA

OBSERVAÇÕES

VALIDAÇÃO

Preenchido por: Clotilde Ribeiro Pratas

Data: / /

Anexo documental 7 – Ficha de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (inv. SCMM1)



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Ficha de Inventário

IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA

Instituição/proprietário: Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Super-Categoria: Arte

Categoria: Escultura

Denominação: Imagem de roca

Título: São João Evangelista

Nº Inventário: SCMM1-1 a SCMM1-6

Nºs de Inv. Anteriores: -



Fotografia: Digital
Nº Inventario Fotográfico: SCMM1-1.1
Localização: Inventário/ SCMM1
Autor: Clotilde Pratas

ELEMENTOS DE UM CONJUNTO

Sim Não

Localização : Na fotografia

Denominação: Resplendor, Manto; Vestido; Saiote; Saiote

Nº de Inventário: SCMM1-2; SCMM1-3; SCMM1-4; SCMM1-5; SCMM1-6

Descrição: A imagem é constituída por o esqueleto, as suas vestes e um resplendor de uma liga metálica, que transmite a noção de santidade.



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

IDENTIFICAÇÃO

Descrição: Imagem de roca representando São João Evangelista. Escultura de pé, frontal e com olhar em frente. Escultura de vulto pleno, com sete traves verticais, base circular. Troco policromado, com rosto pálido e olhar penoso. Cabelo olhos e boca pintados e entalhados. Os membros superiores articulados.

LOCALIZAÇÃO

Informação ocultada por questões de segurança

REPRESENTAÇÃO

Heráldica/Insignias: -

Iconografia: São João Evangelista (LAMEIRA, 1997:144). Vestes indicam que é São João Evangelista, manto vermelho símbolo do sofrimento que passou por Jesus. Não possui nem pena, nem aguia elementos que nos ajudam a identificar este santo.

Inscrição: -

Subscrição: -

AUTORIA

Nome (autor; co-autor): Desconhecido

Ofício: -

Sinónimos: -

Justificação: -



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Assinatura: Sim Não

Localização/descrição da assinatura:

PRODUÇÃO

Escola/Estilo/Movimento: Escola Portuguesa

Oficina: não determinada

Centro de Fabrico: -

Grupo Cultural: -

Entidade Emissora: -

MARCAS/INSCRIÇÕES

Marcas: -

Legenda/Inscrição: -

DATAÇÃO

Época: -

Data: -

Séculos: XIX d.C.

Anos: -

Justificação: É feita referencia à imagem de roca no livro *Inventário artístico do Algarve: a talha e a imaginária. Concelho de Monchique* (LAMEIRA, 1997:144)



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Matéria: Madeira; tecido de seda

Suporte: Madeira

Técnica: madeira entalhada; policromada

Técnica de Acabamento: parcialmente policromada

Precisões sobre a técnica:

DIMENSÕES

Altura (cm): 136

Largura: 40

Profundidade: 40

Espessura: -

Diâmetro: -

Comprimento: -

Peso (g): -

CONSERVAÇÃO

Estado de Conservação:

Muito Bom ___

Bom ___

Regular X

Deficiente ___

Mau ___

Data de Verificação: 19 de outubro de 2018



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Especificações: Escultura encontra-se com sujidade e acumulação de poeira, as vestes estão desbotadas por exposição contínua à luz solar que entra pelas duas janelas da sacristia.

Intervenções de Conservação e Restauro: -

Especificações: -

Identificação do Processo: -

Data de Saída (instituição): -

Data de Entrada (instituição): -

ORIGEM

Historial: De acordo com o livro *As Misericórdias do Algarve* (PINTO & PINTO, 1968: 286), a escultura encontrava-se em 1964 no altar-mor da Igreja da Misericórdia e em 1966 foi substituída por outra de madeira estofada, tendo aquela sido colocada na sacristia onde se encontra até hoje.

Função inicial/alterações: Afeto ao culto

Objetos relacionados: -

Denominação: -

Localização: -

Nº Inventário: -

INCORPORAÇÃO

Data de Incorporação: - ano: -

Modo de Incorporação: Fundo antigo

Custo: -

Descrição: -



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

LOCALIZAÇÃO (se sair da instituição)

Localização:

Especificações:

Data:

BIBLIOGRAFIA

Lameira, F., 1997, Inventário artístico do Algarve: a talha e a imaginária. Concelho de Monchique (vol. 14), Faro, Ministério da Cultura- Delegação Regional do Algarve

Pinto, M.H.M. & Pinto, V.R.M., 1968, As Misericórdias do Algarve, Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência / Direção-Geral de Assistência

OBSERVAÇÕES

Não nos foi autorizado despir a imagem.

VALIDAÇÃO

Preenchido por: Clotilde Ribeiro Pratas

Data: 19/10/2018

Anexo documental 8 – Ficha de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (inv. SCMM5)



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Ficha de Inventário

IDENTIFICAÇÃO

Instituição/proprietário: Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Super-Categoria: Arte

Categoria: Pintura

Denominação: Bandeira Processional

Título: Jesus perante o Sumo Sacerdote / Anjo da Paixão

Nº Inventário: SCMM5

Outras Denominações / Título:

N.ºs de Inv. Anteriores: 5a/ 5r



Fotografia: Digital
Nº Inventário Fotográfico: SCMM5.1; SCMM5.2
Localização: Inventário/ SCMM5
Autor: Clotilde Ribeiro Pratas



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

ELEMENTOS DE UM CONJUNTO

Sim Não

Localização : Sala de Despacho

Denominação: Bandeiras Processionais : Jesus perante o Sumo Sacerdote / Anjo da Paixão; Cristo no Horto / Anjo da Paixão; Beijo de Judas / Anjo da Paixão; Ecce Homo / Anjo da Paixão; Flagelação / Anjo da Paixão; Senhor da cana verde/ Anjo da Paixão; Jesus a caminho do Calvário / Anjo da Paixão; Virgem da Piedade / Virgem da Misericórdia; Virgem da Piedade/ Virgem da Misericórdia.

Nº de Inventário: SCMM5; SCMM6; SCMM7; SCMM8; SCMM9; SCMM10; SCMM11; SCMM12; SCMM13

Descrição: Conjunto de 9 bandeiras processionais da SCMM, cada bandeira tem uma estrutura retangular em madeira com uma vara para sustentar, cada uma com anverso e reverso, em cada bandeira existe uma iconografia diferente, representando a via sacra. As 9 bandeiras representam diversos episódios, esses são: Jesus perante o sumo sacerdote/ Anjo da Paixão, Cristo no Horto/ Anjo da Paixão, Beijo de Judas/ Anjo da Paixão , Ecce Homo/ Anjo da Paixão, Flagelação/ Anjo da Paixão, Senhor da cana verde/ Anjo da Paixão, Jesus a caminho do clavário/ Anjo da Paixão, Virgem da Misericórdia/ Virgem da Piedade, Virgem da Misericórdia/ Virgem da Piedade.

IDENTIFICAÇÃO

Descrição: Bandeira da Misericórdia, representando no anverso, Jesus perante o Sumo Sacerdote, e no reverso o Anjo da Paixão. As telas encontram-se montadas sobre uma estrutura retangular de madeira, sustentada por vara também de madeira.

Anverso: Jesus perante o Sumo Sacerdote é representado no lado direito agarrado por um soldado romano, no lado esquerdo encontra-se representado o sacerdote de vestes vermelhas.

Reverso: O Anjo da Paixão, representado com vestes vermelhas e assas de penas brancas segurando a corda.



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

LOCALIZAÇÃO

Informação ocultada por questões de segurança

REPRESENTAÇÃO

Heráldica/Insignias:

Iconografia: Anverso: Cristo é levado ao Sumo Sacerdote, sendo condenado, por afirmar que era Messias.

Reverso: O Anjo da Paixão, segura a corda em símbolo da prisão de Cristo.

Inscrição:

Subscrição:

AUTORIA

Nome (autor; co-autor): Desconhecido

Ofício: -

Justificação: -

Assinatura: Sim ___ Não X

Localização/descrição da assinatura: -

PRODUÇÃO

Página 3 de 7



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Escola/Estilo/Movimento: Escola Portuguesa

Oficina: -

Centro de Fabrico: -

Grupo Cultural:-

Entidade Emissora:-

MARCAS/INSCRIÇÕES

Marcas: -

Legenda/Inscrição: -

DATAÇÃO

Época: -

Data: -

Séculos: XVIII d.C.

Anos:-

Justificação:

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Matéria: Tela; madeira;

Suporte: -

Técnica: óleo sobre tela

Técnica de Acabamento: -

Precisões sobre a técnica: -



DIMENSÕES

Altura (cm): 106

Largura (cm): 88

Profundidade (cm): 6

Espessura (cm):

Diâmetro (cm):

Comprimento (cm):

Peso (g):

Outras dimensões:

CONSERVAÇÃO

Estado de Conservação:

Muito Bom ____

Bom ____

Regular ____

Deficiente X

Mau ____

Data de Verificação: 19/10/2018

Especificações: A tela encontra-se com o verniz oxidado (amarelecido), grande acumulação de poeira, a camada cromática apresenta-se com craquelê e a tela encontra-se com os vincos das traves de madeira.

No reverso, a tela apresenta vestígios de ter sido intervencionada, com dois remendos com integração cromática, que terão sido colocados em data não identificadas, com o objetivo de consolidar dois rasgões.

A nível estrutural, a bandeira encontra-se um pouco trota (descentrada).



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Intervenções de Conservação e Restauro: -

Especificações:-

Identificação do Processo:-

Data de Saída (instituição):-

Data de Entrada (instituição):-

ORIGEM

Historial:

Função inicial/alterações: afeto ao culto

Objetos relacionados: -

Denominação:-

Localização:-

Nº Inventário:-

INCORPORAÇÃO

Data de Incorporação: - ano: -

Modo de Incorporação: Fundo antigo

Custo: -

Descrição: -

LOCALIZAÇÃO (se sair da instituição)

Localização:



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Especificações:

Data:

BIBLIOGRAFIA

Lameira, F., 1997, *Inventário artístico do Algarve: a talha e a imaginária. Concelho de Monchique* (vol. 14), Faro, Ministério da Cultura- Delegação Regional do Algarve

Pinto, M.H.M. & Pinto, V.R.M., 1968, *As Misericórdias do Algarve*, Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência / Direção-Geral de Assistência

OBSERVAÇÕES

VALIDAÇÃO

Preenchido por: Clotilde Ribeiro Pratas

Data: 19 / 10 / 2018

Anexo documental 9 - Ficha de inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (inv. SCMM48)



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Ficha de Inventário

IDENTIFICAÇÃO

Instituição/proprietário: Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Super-Categoria: Arte

Categoria: Escultura

Denominação: Crucifixo

Título:

Nº Inventário: SCMM48

Outras Denominações / Título:

Nºs de Inv. Anteriores:



Fotografia: Digital
Nº Inventário Fotográfico: SCMM48.1
Localização: Inventário/SCMM48
Autor: Clotilde Pratas

ELEMENTOS DE UM CONJUNTO

Sim ___ Não X

Localização :

Denominação:

Nº de Inventário:

Descrição:



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

IDENTIFICAÇÃO

Descrição: Crucifixo em madeira, com imagem representado Jesus Cristo crucificado, de corpo inteiro, pregado na cruz. As extremidades da haste e dos braços apresentam molduradas lisas por volutas. Resplendor de raios de talha dourada. Sobre o crucificado uma cartela com as iniciais "I.N.R.I" (Lesus Nazarenus Rex Ludeorum). Imagem do Senhor de vulto pleno com a cabeça inclinada sobre a direita. O rosto apresenta uma face triste, contornada por barba e cabelo. Corpo trabalho, apresenta as costelas, ligeiramente musculado com algumas chagas. Anca coberta com um abaixa branca a cair para o lado direito da imagem. Base com vários degraus, presa à cruz.

LOCALIZAÇÃO

Informação ocultada por questões de segurança

REPRESENTAÇÃO

Heráldica/Insignias: -

Iconografia: -

Inscrição: "I.N.R.I" (Lesus Nazarenus Rex Ludeorum)

Subscrição:

AUTORIA

Nome (autor; co-autor): Desconhecido

Ofício: -

Justificação: -

Assinatura: Sim ___ Não ___



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Localização/descrição da assinatura:

PRODUÇÃO

Escola/Estilo/Movimento: -

Oficina: -

Centro de Fabrico: -

Grupo Cultural: -

Entidade Emissora: -

MARCAS/INSCRIÇÕES

Marcas: -

Legenda/Inscrição: -

DATAÇÃO

Época: -

Data: -

Séculos: XIX d.C.

Anos: -

Justificação: -

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Matéria: Madeira



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Suporte: -

Técnica: Madeira entalhada, ensamblada, policromada e dourada

Técnica de Acabamento:

Precisões sobre a técnica:

DIMENSÕES

Altura (cm): 107

Largura (cm): 67

Profundidade (cm): 18

Espessura (cm):

Diâmetro (cm):

Comprimento (cm):

Peso (g):

Outras dimensões: Imagem de Cristo: alt.: 35; larg.:27; prof.: 8

CONSERVAÇÃO

Estado de Conservação:

Muito Bom ___

Bom ___

Regular X

Deficiente ___

Mau ___

Data de Verificação: 27/10/2018



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Especificações: Perda da camada cromática; antiga atividade xilófaga;
Presença de pregos com ferrugem

Intervenções de Conservação e Restauro:

Especificações:

Identificação do Processo:

Data de Saída (instituição):

Data de Entrada (instituição):

ORIGEM

Historial: -

Função inicial/alterações: -

Objetos relacionados: -

Denominação:-

Localização:-

Nº Inventário:-

INCORPORAÇÃO

Data de Incorporação: - ano: -

Modo de Incorporação: Fundo antigo

Custo: -

Descrição: -

LOCALIZAÇÃO (se sair da instituição)



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Localização:

Especificações:

Data:

BIBLIOGRAFIA

Lameira, F., 1997, Inventário artístico do Algarve: a talha e a imaginária. Concelho de Monchique (vol. 14), Ministério da Cultura- Delegação Regional do Algarve, Faro

OBSERVAÇÕES

VALIDAÇÃO

Preenchido por: Clotilde Ribeiro Pratas

Data: 27/ 10 /2018

Anexo documental 10- Ficha de inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique (inv. SCMM131)



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Ficha de Inventário

IDENTIFICAÇÃO

Instituição/proprietário: Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Super-Categoria: Instrumento científico

Categoria: Ciências médicas

Denominação: conjunto de Frascos de medicamentos (56)

Título:

Nº Inventário: SCMM131-1 a SCMM131-56

Outras Denominações / Título:

Nºs de Inv. Anteriores:



Fotografia: Digital
Nº Inventário Fotográfico: SCMM131-1.1
Localização: Inventário/SCMM131
Autor: Clotilde Pratas

ELEMENTOS DE UM CONJUNTO

Sim X Não ___

Localização : Sala de despacho- Armário

Denominação: Frasco (Cochonilha); Frasco (Beladona raiz em pó); Frasco (Caolino lavado – puro); Frasco (Escamónea); Frasco (Goma Guta); Frasco; Frasco (Mentol); Frasco (Glicerofostato de sódio); Frasco (Diuretina); Frasco (Ionigenio); Frasco (Benzoato de Bisnuto); Frasco ((?) Igima); Frasco (Tanigénio); Frasco (Kíndo); Frasco; Frasco (Carmim); Frasco (Aristol sin (?)); Frasco (Cloreto de sódio -puro); Frasco (Salol); Frasco (Citrato de ferro amoniacal); Frasco (Condurango em pó); Frasco (Alteia- pó); Frasco (Urotropina); Frasco (fitina sin.); Frasco (Paramidon); Frasco (Terpina); Frasco (Açafrão); Frasco (Calomelanos); Frasco (Criogenina sin.); Frasco (Antipirina); Frasco (Sulfato de cobre em cilindros); Frasco (Farmácia da



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Misericórdia/ Diretora Técnica/ Olinda da Silva Oliveira/ Monchique); Frasco (Farmácia da Misericórdia/ Diretora Técnica/ Olinda da Silve Oliveira); Frasco (Iodeto de chumbo); Frasco; Frasco (Bicarbonato de potássio); Frasco; Frasco; Frasco (Carvão animal em pó); Frasco (Tintura de hidrastis); Frasco (Carbonato de chumbo); Frasco; Frasco; Frasco (Salicilato de sódio); Frasco (Hexametylendiamin/Perle extra); Frasco (Farmácia da Misericórdia/ Oxydo de zinco); Frasco (Glycerophosphato de cálcio/ solúvel/ E. Merck. Darmstadt); Frasco; Frasco; Frasco (OLIVINA/ Azeite de Oliveira/ de Portugal); Frasco; Frasco; Frasco (Natrium phosphoriceum puriss cryst); Frasco (Fosfato de sódio- 500g); Frasco;

Nº de Inventário: SCMM131-1; SCMM131-2; SCMM131-3; SCMM131-4; SCMM131-5; SCMM131-6; SCMM131-7; SCMM131-8; SCMM131-9; SCMM131-10; SCMM131-11; SCMM131-12; SCMM131-13; SCMM131-14; SCMM131-15; SCMM131-16; SCMM131-17; SCMM131-18; SCMM131-19; SCMM131-20; SCMM131- 21; SCMM131-22; SCMM131-23; SCMM131-24; SCMM131-25; SCMM131-26; SCMM131-27; SCMM131-28; SCMM131-29; SCMM131-30; SCMM131-31; SCMM131-32; SCMM131-33; SCMM131-34; SCMM131-35; SCMM131-36; SCMM131-37; SCMM131-38; SCMM131-39; SCMM131-40; SCMM131-41; SCMM131-42; SCMM131-43; SCMM131-44; SCMM131-45; SCMM131-46; SCMM131-47; SCMM131-48; SCMM131-49; SCMM131-50; SCMM131-51; SCMM131-52; SCMM131-53; SCMM131-54; SCMM131-55; SCMM131-56

Descrição: Conjunto de 56 frascos de farmácia em vidro de formato cilíndrico, com bocal pequeno e estreito; dimensões compreendidas entre 12 a 24 cm de altura e 7 a 3,5 cm de diâmetro. Deste lote assinado existem 8 frascos com rolha de cortiça; 48 com tampa de vidro; maioritariamente com etiqueta original manuscrita, indicado o respetivo conteúdo do frasco.

IDENTIFICAÇÃO

Descrição: Conjunto de 56 frascos de farmácia em vidro de formato cilíndrico, com bocal pequeno e estreito; dimensões compreendidas entre 12 a 24 cm de altura e 7 a 3,5 cm de diâmetro. Deste lote assinado existem 8 frascos com rolha de cortiça; 48 com tampa de vidro; maioritariamente com etiqueta original manuscrita, indicado o respetivo conteúdo do frasco.



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

LOCALIZAÇÃO

Informação ocultada por questões de segurança

REPRESENTAÇÃO

Heráldica/Insígnias: -

Iconografia: -

Inscrição: -

Subscrição: -

AUTORIA

Nome (autor; co-autor): desconhecido

Ofício:-

Justificação: -

Assinatura: Sim ___ Não ___

Localização/descrição da assinatura:

PRODUÇÃO

Escola/Estilo/Movimento:-

Oficina: -

Centro de Fabrico: -

Grupo Cultural:-

Entidade Emissora:-



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

MARCAS/INSCRIÇÕES

Marcas: -

Legenda/Inscrição: -

DATAÇÃO

Época: -

Data: -

Séculos: XX d.C.

Anos: -

Justificação: -

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Matéria: Vidro; papel

Suporte: -

Técnica: -

Técnica de Acabamento: -

Precisões sobre a técnica: -

DIMENSÕES

Altura (cm): max.:24; min.:12



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Largura (cm):

Profundidade (cm):

Espessura (cm):

Diâmetro (cm): max.:7 ; min.:3,5

Comprimento (cm):

Peso (g):

Outras dimensões:

CONSERVAÇÃO

Estado de Conservação:

Muito Bom ___

Bom ___

Regular ___

Deficiente X

Mau ___

Data de Verificação: 28/10/2018

Especificações: etiqueta descolada; acumulação de poeiras e sujidade;
etiqueta de papel elegível; tampa partida; frasco partido

Intervenções de Conservação e Restauro: -

Especificações:-

Identificação do Processo:-

Data de Saída (instituição):-

Data de Entrada (instituição):-



Santa Casa da Misericórdia de Monchique

ORIGEM

Historial: -

Função inicial/alterações: farmácia da Misericórdia de Monchique

Objetos relacionados: -

Denominação:-

Localização:-

Nº Inventário:-

INCORPORAÇÃO

Data de Incorporação: - ano: -

Modo de Incorporação: Fundo antigo

Custo: -

Descrição: -

LOCALIZAÇÃO (se sair da instituição)

Localização:

Especificações:

Data:

BIBLIOGRAFIA

OBSERVAÇÕES

Anexo documental 11- Excerto do Livro Geral de Inventário da Santa Casa da Misericórdia de Monchique

Número de Inventário	Objeto (Identificação Sumária)	Datação	Localização (data)	Incorporação	Observações
SCMM4	São João Baptista	Séc. XIV	Arca da	Fundo antigo	Colocada
SCMM6	Bandeira Processional- Cristo no Horto / Anjo da Paixão	Séc. XVIII	Informação ocultada por questões de segurança	Fundo antigo	
SCMM7	Beijo de Judas / Anjo da Paixão	Séc. XVIII		Fundo antigo	
SCMM8	Ecce Homo / Anjo da Paixão	Séc. XVIII		Fundo antigo	
SCMM9	Flagelação / Anjo da Paixão	Séc. XVIII		Fundo antigo	
SCMM10	Senhor da cana verde / Anjo da Paixão	Séc. XVIII		Fundo antigo	
SCMM11	Jesus a caminho do Calvário / Anjo da Paixão	Séc. XVIII		Fundo antigo	
SCMM12	Nossa Senhora da Piedade / Nossa Senhora da Misericórdia	Séc. XVIII		Fundo antigo	Precisa urgentemente de ser restaurada
SCMM13	Nossa Senhora da Piedade/ Nossa Senhora da Misericórdia	Séc. XXI		Compra (?)	
SCMM14	Matraca	Séc. XIX	Fundo antigo	Ainda usada nas procissões da Semana Santa	

*Por questões de segurança o campo de localização das peças foi apagado.

Número de Inventário	Objeto (Identificação Sumária)	Datação	Localização (data)	Incorporação	Observações
SCMM104	São João Baptista	Séc. XIV	Capela de	Fundo antigo	Calçada
SCMM105-1	Galheteiro (bandeja)	Séc. XX	Informação ocultada por questões de segurança	Fundo antigo	
SCMM105-2	Galheta	Séc. XX		Fundo antigo	
SCMM105-3	Galheta	Séc. XX		Fundo antigo	
SCMM106	Sacrário	Séc. XX		Fundo antigo	
SCMM107	Caixa de esmolas	Séc. XIX		Fundo antigo	
SCMM108	Pia de água benta	Séc. XVIII		Fundo antigo	Não marcada
SCMM109	Pia de água benta	Séc. XVIII		Fundo antigo	Não marcada
SCMM110	Lavabo de sacristia	Séc. XVIII		Fundo antigo	Não marcada

*Por questões de segurança o campo de localização das peças foi apagado.